

Com confiança

A retórica e o faz-de-conta do Governo estão a entrar em rota de colisão com a realidade e as consequências de uma política social injusta.



Jerónimo de Sousa

Pág. 18

Avante!

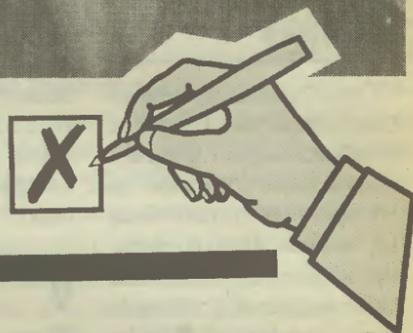
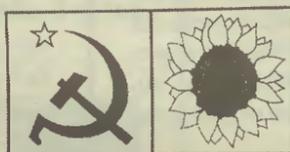
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Dezembro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1254 • Director: Carlos Brito

Vota CDU



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



EM FOCO

As "coligações negativas"

ou o regresso das "forças de bloqueio"

António Filipe

Pág. 19

As palavras e os actos do Governo PS no campo fiscal

Eugénio Rosa

Pág. 21

No dia 14, vamos votar CDU. No tempo que falta até ao encerramento da campanha eleitoral – que fecha à meia-noite de sexta-feira – é ainda tempo de esclarecimento. Entre as numerosas iniciativas promovidas pela Coligação Democrática Unitária, o «Avante!» destaca aquelas em que participou o Secretário-geral do PCP, nos distritos de Lisboa, nomeadamente no comício da Amadora (págs. centrais), de Setúbal, de Portalegre, Évora e Beja (reportagens nas págs. 5 a 10). Ontem, já fechada a nossa edição, Carvalhas foi ao Porto e a Braga. Hoje estará em Almada, na Moita e no Barreiro. Amanhã, a jornada do dirigente comunista começa em Vila Franca de Xira, passa pela Amadora e termina no comício-festa de Loures (ver Agenda).





A animada campanha da CDU

RESUMO

3
Quarta-feira

Carlos Carvalhas participa num comício no Seixal ■ Os alunos do ensino superior politécnico de Coimbra protestam contra o pagamento de propinas ■ Os trabalhadores da Cabos Ávila cortam a estrada em frente à fábrica protestando contra a gestão da empresa ■ O administrador do BCP em Maputo, Lima Félix, é assassinado ■ Cento e vinte e cinco países assinam em Otava, no Canadá, uma convenção que proíbe as minas antipessoais ■ 700 mil funcionários públicos israelitas entram em greve ■ O ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi é condenado a 16 meses de prisão por falsificação de escritura, recebendo de imediato um perdão.

4
Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa num desfile em Sacavém e num comício-festa na Damaia ■ Em Espanha, o Partido Nacionalista Basco condena a sentença decretada contra o Herri Batasuna e afirma que as penas são fruto de pressões políticas e grupos de interesse ■ Negando as acusações que o Tribunal de Verdade e Reconciliação lhe imputa, Winnie Mandela pede «perdão» por «tudo o que correu mal» ■ O presidente indiano dissolve o parlamento e convoca eleições para Fevereiro de 1998.

5
Sexta-feira

Carlos Carvalhas visita Samora Correia, Benavente, Chamusca, Constância, Golegã e Alpiarça ■ É anunciado que o Ministério da Educação vai atribuir novas bolsas aos melhores alunos do ensino superior público ■ O Ministério da Saúde recomenda a compra de carne de vaca desossada ■ O relatório anual da organização de direitos humanos «Human Rights Watch» afirma que a situação em Timor-Leste deteriorou-se drasticamente ■ Em Israel, os professores primários e os educadores de infância juntam-se à greve geral.

6
Sábado

O secretário-geral do PCP desloca-se ao Cacém, Sesimbra, S. Lourenço, Setúbal e Azambuja e participa num comício em Alverca ■ Milhares de pessoas manifestam-se em San Sebastian contra a prisão dos membros da Mesa Nacional do Herri Batasuna ■ Uma bomba explode em Praga, junto à residência do ministro das Finanças, sem provocar qualquer

vitima ■ Um avião de carga militar cai na Sibéria, provocando 150 mortos ■ Inicia-se o I Encontro dos Profissionais da GNR.

7
Domingo

Carlos Carvalhas visita Portalegre, Monforte e Viana do Castelo e intervém num comício da CDU em Évora ■ Em Quioto, a União Europeia mantém-se intransigente na defesa da redução de emissões de gases poluentes em 15 por cento até 2010 ■ Registam-se diversos incidentes violentos em várias localidades do País Basco, no dia em que são presos os últimos dirigentes do Herri Batasuna ■ A polícia angolana informa que a Unita concentrou na última semana milhares de homens armados na província do Bié ■ Os sindicatos israelitas chegam a acordo com o governo sobre os fundos de pensão da Função Pública e põe fim à greve geral que paralisou o país durante cinco dias.

8
Segunda-feira

O secretário-geral do PCP desloca-se a diversas localidades alentejanas e acaba o dia num comício em Beja ■ O presidente moçambicano Joaquim Chissano exonera o procurador-geral, uma semana depois do parlamento aprovar uma moção de censura contra Nhatitima por este se recusar a apresentar o seu relatório anual ■ É anunciado que se vai realizar uma segunda volta nas eleições presidenciais sérvias entre Milutinovic (do Partido Socialista) e Seselj (do Partido Radical) ■ O vice-presidente dos EUA, Al Gore, considera «impraticável» a proposta da UE de baixar 15 por cento os gases poluentes.

9
Terça-feira

Carlos Carvalhas prossegue campanha da CDU no Alentejo ■ Na fábrica Cabos Ávila, em Alfragide, que se mantém em conflito e parada, alguns proprietários colocam-se ao lado dos trabalhadores ■ Inicia-se, em Genebra, uma reunião entre a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, a China e os EUA destinadas a pôr fim oficialmente à guerra da Coreia ■ Assinala-se a passagem do décimo aniversário do lançamento de Intifada ■ Na oitava cimeira da Organização da Conferência Islâmica, Israel é o principal alvo das críticas de dirigentes iranianos e de vários responsáveis muçulmanos ■ Governo espanhol de José Maria Aznar inicia distribuição de detidos da ETA (15) para prisões próximas dos seus locais de origem.

EDITORIAL

O voto na CDU

Ao discursar no grande comício que a CDU realizou no passado domingo, no Teatro Garcia de Resende, em Évora, Carlos Carvalhas debruçou-se sobre as questões da actividade autárquica com vista ao desenvolvimento, afirmando que a concepção do PCP e da CDU a tal respeito tem como pedra de toque a «garantia da solidariedade com as gerações futuras».

Desta concepção resulta, como salientou o Secretário-Geral do PCP, «uma ampla experiência, enriquecida pela procura de novas formas e métodos capazes de promover o progresso, tendo em vista a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, a racionalidade do ordenamento do território, o equilíbrio ambiental e a preservação do património».

Tal é, numa síntese bastante sugestiva, um dos aspectos essenciais do projecto da CDU que está patente tanto na obra feita onde é maioria e tem a responsabilidade da gestão, como no trabalho desenvolvido na oposição, onde está em minoria.

Esta concepção de desenvolvimento, compreendido como o progresso ao serviço da pessoas, da sua realização social, cultural e ambiental e do avanço da sociedade nos caminhos da justiça, é que inspira os programas da CDU para municípios e as freguesias, apresentados nestas eleições, com a amplitude adequada a cada caso.

É desta concepção que arrancam as linhas de acção em relação às ruas, estradas e caminhos, aos transportes, ao saneamento, a outras infra-estruturas de base, ao ambiente, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao desporto, à informação às populações e à participação determinante destas na vida local.

O voto na CDU é acima de tudo o voto neste projecto de desenvolvimento sustentado e justo; é o voto nos candidatos que provadamente são capazes de o continuar ou de lhe começar a dar realização; é o voto nas únicas forças políticas que não têm outros compromissos senão com o povo e o seu bem-estar.

A alta qualidade das propostas, dos candidatos e das características da campanha da CDU resultam, aliás, muito reforçados nestes dias de campanha em confronto com a gritaria de ataques, intrigas e insultos pessoais em que outras candidaturas se comprazem.

Tornou-se em vários casos confrangedora a falta de preparação no conhecimento dos problemas e de ideias mínimas sobre as formas de os solucionar que alguns candidatos exibiram nos debates promovidos nas televisões e nas rádios. Foi chocante o oco verbalismo e o chapado oportunismo para enganar eleitor com que outros se apresentaram guiados pelo único fito de alcançar ou conservar o poder.

Algumas candidaturas apostaram na crescente agressividade que originou situações de confrontos violentos como na Figueira da Foz, entre apoiantes do PS e do PSD. Também voltaram a manifestar-se os défices democráticos na Madeira e as manifestações de intolerância fascistoide que irrompem frequentemente no município da Maia

Apesar de tudo isto, não alinhamos com aquela comunicação social que só viu na campanha «folclore político», «confronto pessoal», «puras idiotices», «deserto de ideias» e que com tanta ligeireza como a de alguns candidatos se apressa a considerá-la como «um forte argumento contra a regionalização».

Esta comunicação social vê a campanha pelo prisma com que, no essencial, a noticiou, dando mais importância às intrigas que aos programas, valorizando os ataques pessoais em

vez das propostas políticas, calando o debate sereno e promovendo a «peixeirada». O pior da campanha foi, em parte, acirrado por uma certa comunicação social, que vem depois culpar as forças políticas.

As eleições para os órgãos das autarquias locais são o mais amplo e profundo processo democrático que se realiza no nosso país. São centenas de milhares de candidatos envolvidos e um grau de participação activa das populações na discussão de questões concretas das localidades, dos municípios e das freguesias e na escolha dos seus representantes que não tem paralelo em quaisquer outras eleições.

Há, na presente campanha, demagogia, hipocrisia, oportunismo, caciquismo, sectarismo, intolerância, golpismo e manobristismo? Há tudo isso com abundância.

Mas também há trabalho sério para bem das comunidades. Há programas, há propostas, há ideias para lhe assegurar progresso e uma vida melhor. Não dizemos que a CDU tenha o exclusivo destes aspectos positivos, mas está isenta, como nenhuma outra força política, dos aspectos negativos.

Por isso, o voto na CDU faz a diferença como projecto autárquico.

O voto na CDU é acima de tudo o voto neste projecto de desenvolvimento sustentado e justo; é o voto nos candidatos que provadamente são capazes de o continuar ou de lhe começar a dar realização; é o voto nas únicas forças políticas que não têm outros compromissos senão com o povo e o seu bem-estar.

O maior escândalo nestes dias de campanha foi cometido pelo primeiro-ministro a quem, como principal responsável do Governo, competia dar o exemplo de isenção e imparcialidade face ao processo eleitoral.

O cidadão António Guterres foi ao Gavião participar, na qualidade de Secretário-Geral do PS, num comício de apoio à candidatura do seu partido. Nada a dizer.

Mas, de repente, à hora do telejornal da RTP assume-se como primeiro-ministro, e a televisão pública, claro (estava tudo preparado), abre-lhe as câmaras para que fale em directo ao país (o que não fez a mais ninguém nesta fase de campanha).

E o que disse ele? Falou como primeiro-ministro, elogiou a obra do seu

Governo, disse que este precisava de estabilidade para continuar, explicou que «só há uma maneira de dizer à oposição que a estabilidade é necessária: é dando uma grande vitória ao PS nestas eleições». Para os que não tinham percebido, ainda insistiu em que «é preciso castigar as oposições» e a apelou ao «voto massivo no PS».

Isto é desestabilizar o processo eleitoral!

Num instante pareceu que estávamos em eleições legislativas e na disputa não da Câmara de Gavião, que está em causa, mas na disputa do Governo do país que não está em causa nas presentes eleições.

Não há ninguém que não perceba que isto é um abuso intolerável e uma tentativa viciada de ajudar autarcas e candidatos do PS incompetentes e sem prestígio nem qualidade para os lugares que ocupam ou pretendem ocupar, como infelizmente tem acontecido com tantos eleitos do PS.

O ensaio de Guterres no Gavião confirma plenamente os alertas do PCP.

Se o PS eleger muitos autarcas, o primeiro-ministro há-de querer concluir que o País está contente com o desemprego, com o congelamento de salários, com os exíguos aumentos das reformas e pensões, com os recibos verdes, com o desrespeito das 40 horas, com as propinas para o ensino superior, com os aumentos de preços que prepara para depois das eleições e por aí fora.

Nem sabemos, se não vai mesmo considerar que há um acordo popular para um aumento dos impostos.

Ficamos todos prevenidos. Há que agir em conformidade.

A maneira de não haver qualquer confusão quanto ao significado da votação é o voto na CDU.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amalora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Mata e esfola

Servindo como exemplos de toda uma vaga de comentários e opiniões, na passada segunda-feira, os editoriais do «Público» e do «DN» juntaram-se os dois à esquina, não a tocar a concertina, mas a arrasar a campanha autárquica.

Dentro da sequência mata e esfola, um sentenciava que «o espectáculo dado por candidatos, governantes e dirigentes da oposição nesta campanha eleitoral é pobre de ideias, rico de insultos e branqueador sobre o papel do poder local». E outro falava de «uma classe política que, neste ambiente pré-eleitoral, tem dado de si uma assustadora imagem de mediocridade» e opinava que «o grau de reflexão entre os partidos (...) sobre a forma como se vive nas áreas metropolitanas, nas cidades e vilas deste país, é um zero absoluto».

Para além do velho truque das generalizações abusivas e do premeditado assassinato das diferenças, o que mais impressiona neste tipo de comentários são os três equívocos básicos que os sustentam e explicam.

Na verdade, como bem se calcula, os autores destes juízos tão severos e definitivos apenas sabem da campanha o que lêem

nos jornais, ouvem nas rádios e vêem nas televisões.

Mas, primeiro equívoco, não têm a humildade de admitir e assumir que os «media» estão muito longe de ser um espelho da realidade e que, por isso, quando emitem as suas sentenças globais sobre a campanha, em rigor o que estão a comentar são tão-só os aspectos da campanha e o escasso número de protagonistas eleitorais que os «media» decidiram seleccionar ou privilegiar.

O segundo equívoco decorre naturalmente do primeiro e corresponde a exilar e segregar do balanço global da campanha a acção generosa e civicamente relevante de milhares de candidatos que, longe dos holofotes das televisões e do interesse dos outros «media», estão prestando contas do trabalho desenvolvido, debatendo os reais problemas das populações e apresentando propostas fundamentadas e em muitos casos inovadoras para a gestão autárquica.

Finalmente, o terceiro equívoco é o de, nestes termos, não quererem perceber que o que também devia entrar nestes balanços globais da campanha, não era apenas o que for da estrita responsabilidade de «candida-

tos, governantes e dirigentes da oposição» (mas quais?) mas também o que é insofismável responsabilidade de meios de comunicação social que, em regra, acham que uma bofetada, dois incidentes, três insultos, quatro «frases assassinas» e cinco tiradas demagógicas interessam incomparavelmente mais do que quaisquer propostas programáticas e quaisquer reflexões sérias sobre os reais problemas das populações.

Entendamo-nos: não se trata de negar, proteger ou absolver aspectos de degradação da vida política que somos os primeiros a combater e de que somos os primeiros a querer marcar uma distância e uma diferença que a generalidade dos «media» não quer ver mas que os eleitores podem e devem premiar.

Face a algum atrevimento e arrogância circulantes, do que se trata é de lembrar que boa parte dessa degradação não teria um curso tão grande se os critérios dominantes nos «media» a não tivesse erigido como a verdadeira e a única «política» que interessa ao público.

■ Vítor Dias

Ousar roubar direitos de autor

Já há algum tempo que Zita Seabra se vem exibindo como uma «arrependida do comunismo». Como todos os «arrependidos», tem as bênçãos fáceis e cúmplices da direita. A deitarem-lhe as mãos com o que ela diz preferir: chanel. Que Zita consiga cheirar a perfume e use fatos de marca por favores de arrependimentos, já se sabia. Do que não se lhe conhecia (ainda?) era a argúcia de roubar títulos.

O que se procura numa campanha eleitoral autárquica? Decerto ideias para os eleitores, querendo, com um melhor programa, imaginar para eles um trabalho que possa dar-lhes um futuro melhor, que eles possam desenvolver, incentivar, recriar em conjunto com a autarquia.

Não é isto o que acontece com Zita Seabra. Não soube nem sabe ter programa. Ocorreu-lhe, simplesmente, uma mitologia de campanha, apoderando-se de dois autores: Homero e Álvaro Cunhal.

O primeiro, foi a proclamação da sua candidatura: a conquista de Vila Franca de Xira seria uma Odisseia. Forte. Mas o que diria Homero deste pequeno Ulisses cheirando a chanel?

Decerto lhe descobriria o artifício fácil dos que servem para enganar. Não para criar ideias e as fazer avançar. O que lhe restou de Homero foi apenas um título, não o maravilhoso do conteúdo de aventuras humanas que souberam conquistar um mundo novo, sempre a navegar.

Mas, prosseguindo a sua cheirosa odisseia, Zita, abusiva, apode-rou-se depois do alusivo título de «Rumo à Vitória» na sua campanha.

Álvaro Cunhal, autor da obra publicada pelo PCP em 1964, refere no capítulo 13: «Três tendências erradas se têm há muito manifestado no movimento democrático: o terrorismo, o golpismo e o legalismo.» Já fora do movimento democrático, que tendências terá Zita agora que engolir?

Caso utilizássemos a terminologia dos bonecos da «Contra-Informação», Zita não seria certamente alcunhada de «cassete». Cabilia melhor o apelido «Jukebox». Já que pelo menos mostraria os tantos géneros musicais diferentes, «lado A e B», que Zita tem tocado nos últimos tempos.

Há quem tenha um certo encantamento de utilização de títulos escritos por outros, sem ter lido as obras, sem contornar ou defrontrar as ideias nelas formuladas, sem as debater mesmo só que consigo próprio.

Não critico a ignorância de Zita. A ignorância é um facto que temos frequentemente que encarar. Mas lutemos contra ele, tentando abrir sempre cada vez novos caminhos na longa sabedoria humana.

Já que o seu balanço, com perda olímpica certa, é entre Homero e Cunhal, aconselharia a Zita Seabra a escolha adequada do seu refrão de candidatura, parafraseando Mao Tsé Tung: Ousar roubar, por não poder vencer...

■ Aurélio Santos

ARMAS ou alimentos

A quadra de Natal/Ano Novo tem sido no passado metodicamente aproveitada para grandes operações mediáticas que, explorando nobres sentimentos de solidariedade humana, procuram levar a água ao moinho do obscurantismo e da reacção. Assim foi por exemplo com a Bósnia e Sarajevo, quando se tratou de justificar a brutal ingerência das grandes potências, fornecer argumentos para o reforço e alargamento da NATO (cuja dissolução a lógica mais elementar reclamava e reclama), alimentar a cassete pró-militarização da União Europeia.

Mas apesar de uma das primeiras afirmações conhecidas do novo Ministro da Defesa, Veiga Simão, ser a de que passaria o Natal com os militares portugueses na Bósnia e do anúncio oficial de que as tropas da NATO estão para continuar (lembrem-se da soleníssima promessa de que sairiam em Dezembro de 96?), é duvidoso que este ano a Bósnia e Sarajevo voltem a ocupar idêntico espaço televisivo na noite da consoada ou da passagem do ano. Não que estejam resolvidos problemas sociais e humanos tão dramáticos como o dos refugiados. Em contrapartida, outros objectivos foram alcançados. O Tratado de Amsterdão, não obstante a decepção dos maximalistas da supranacionalidade, significou um real avanço numa PESC federalista e militarizada. A NATO, fortalecida com a participação integral da Espanha, acaba de redefinir a sua estrutura orgânica de molde a facilitar a absorção de países do Leste da Europa. Tende a tornar-se perigosamente «vulgar» e «normal» o abundante noticiário sobre processos de militarização e produção de novos e sofisticados armamentos. Como o Eurofighter, o novo «avião de combate europeu» a cuja produção a Alemanha deu recentemente luz verde no quadro daquilo que *O Público* de 27/11/97 considera «o maior e mais caro programa de armamento da história do Bundeswehr».

Enquanto as despesas de carácter militar, a produção e o comércio de armas não param de crescer, continua a assistir-se por esse mundo fora, à proliferação de situações dramáticas que poderiam ser superadas na base de uma ajuda humanitária efectivamente desinteressada, livre de preconceitos ideológicos e cálculos políticos. Penso nomeadamente na Coreia do Norte para onde bastaria disponibilizar em ajuda alimentar urgente o equivalente ao custo de alguns dos Eurofighters. Penso também no Iraque onde segundo recente relatório da UNICEF um milhão de crianças sofre de má nutrição em resultado de cruéis sanções há já sete anos impostas pelos EUA/ONU àquele país. Penso nessas centenas de milhões de seres humanos que sofrem até à inanição em resultado da nefasta globalização do grande capital, de impiedosas receitas impostas pelo FMI/Banco Mundial, do garrote da dívida externa que tornou os países subdesenvolvidos contribuintes líquidos do centro capitalista, da própria diminuição da chamada ajuda ao desenvolvimento que, devendo segundo a Conferência do Rio crescer para 0,7% do PIB dos países mais ricos, se reduz hoje a apenas 0,25% para os países doadores da OCDE.

Enquanto aguardamos o que nos será este ano servido pelos grandes «media» na quadra natalícia, meditemos sobre o significado profundo da seguinte afirmação extraída de *Le Monde* de 6.12.97: «A realidade política é que as sanções apenas atingem os inocentes do Iraque. A realidade política é que as crianças morrem todos os dias porque não se lhes pode dar medicamentos (...). A realidade política é que 25% das crianças deixaram de ir à escola porque os seus pais as obrigam a trabalhar.» Trata-se de afirmações do próprio encarregado do programa da ONU no Iraque «petróleo contra alimentos». Programa que está a ser manipulado de tal modo que só uma pequena parte dos 2 biliões de dólares resultantes da venda de petróleo se transforma, em tempo útil, em medicamentos e alimentos.

■ Albano Nunes



Foto Jorge Caria

SEMANA

CIMEIRA DE QUIOTO

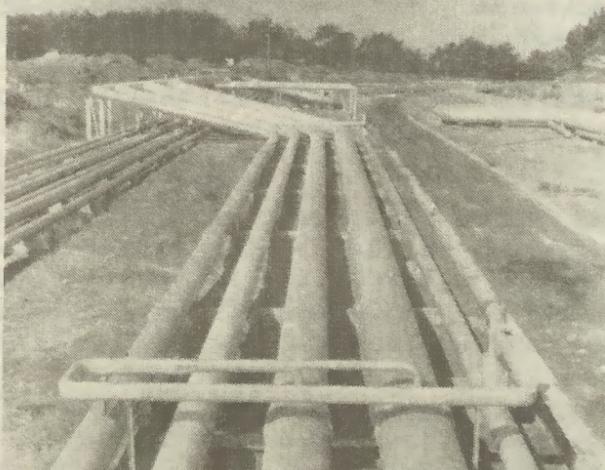
OS ESTADOS UNIDOS SÃO RESPONSÁVEIS POR UM QUARTO DO LIXO



A liberalização do gás

Os ministros da Energia dos países membros da União Europeia decidem a liberalização gradual do mercado do gás no espaço comunitário. O início do processo de liberalização ficou com data marcada para o ano 2000, altura em que os grandes consumidores de gás (com gastos superiores a 28 milhões de m³/ano) passarão a aprovisionar-se onde entenderem, abrindo assim o controlo do mercado às grandes multinacionais do ramo. Cinco anos depois esse limiar descerá para 15 milhões de m³/ano e, no final de 10 anos, descerá de novo para os cinco milhões de m³/ano, o que, na prática, dará ao capital monopolista o controle quase absoluto do mercado comunitário desta estratégica fonte de energia. Esta reunião «dos 15» abriu duas excepções: Portugal e Grécia apenas terão de abrir os seus mercados do gás à iniciativa privada 10 anos depois

dos restantes parceiros da União, ou seja, em 2010. Motivo: ambos os países têm um sector de gás pouco desenvolvido, pelo que se lhes concede esta derrogação para que os seus mercados do sector se desenvolvam (a expensas, evidentemente, do sector público



de cada um destes países), até atingirem níveis de negócio e de lucro «interessantes». Nessa altura, a liberalização dos mercados de gás português e grego já serão suficientemente atractivos para os grupos monopolistas.



Encontro entre Coreias

Com o apoio dos EUA e da China, realizou-se em Genebra um encontro de dois dias entre delegações da República Popular da Coreia e a Coreia do Sul. Estas conversações têm por objectivo elaborar um tratado de paz entre os dois países que substitua o frágil armistício assinado no final da guerra de 1950-53,

que terminou com a primeira derrota militar dos EUA no Sueste Asiático ao apoiarem a Coreia do Sul no desencadear das hostilidades e na participação directa no conflito. Essa guerra provocou cerca de um milhão de mortos, principalmente norte-coreanos e chineses.

Kofi Annan critica UNITA

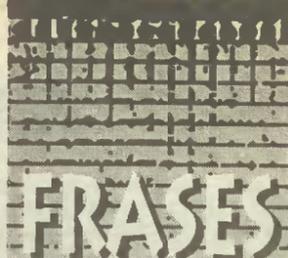
O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, afirma num relatório ao Conselho de Segurança que o ritmo de concretização do processo de paz angolano continua demasiado lento, nomeadamente porque «a cooperação episódica da UNITA alterna com longos períodos de estagnação». Kofi Annan assinala, igualmente, que a UNITA continua a não fornecer à ONU dados credíveis sobre o número de armas em seu poder, enquanto, por outro lado, continua a fazer propaganda hostil ao Governo de Reconcilia-

ção Nacional (de que, aliás, faz parte) na Voz da Resistência do Galo Negro, vulgo rádio Vorgan. Entretanto, surgem notícias de mais crimes praticados pela UNITA nos territórios angolanos que continuam sob o seu domínio militar. Desta vez foram assassinados dois anciãos numa aldeia, prática que se tornou corrente por parte da UNITA sempre que é forçada a entregar um território à administração governamental, assassinando os seus elementos mais influentes antes da entrega.

Uma mulher à frente do governo neozelandês

O Partido Nacional, que actualmente governa a Nova Zelândia, escolheu Jenny Shipley, de 45 anos, para substituir o Primeiro-Ministro Jim Bolger, que ocupava o cargo desde 1990. Trata-se da primeira mulher a ascender a este cargo no topo do executivo neozelandês, apesar

de a imprensa neozelandesa a considerar uma primeira-ministra a prazo, que apenas governará até às próximas eleições de 1999, altura em que emergirão as dificuldades que o país atravessa, no quadro da crise financeira que abala a região Ásia-Pacífico.



“Quando De Menezes, Couto, Santana, Zita, coitada, prorrumpem nestas indecentes carpinteiragens da politiquice, cabe perguntar se, até hoje, é ou não verdade que se têm limitado a mandar recados - e a obedecer, caninamente, aos mandamentos, quantas vezes espúrios, dos partidos que os amamentam.”

(Luís Alberto Ferreira, Jornal de Notícias, 9.12.97)

“O truque de Santana (Lopes) é fingir que se impõe “por si próprio”, como se a mais-valia pessoal que julga transportar nos ossos e nas fatiotas não fosse, de facto, a síntese mental e cultural dos papalvos.”

(idem ibidem)

“Torres Couto, que vem embalado das matinés e dos jantares de Bruxelas e que andou por aí a exhibir, nas revistas, as criancinhas terceiro-mundistas que ele e a estimável patroa resolveram adoptar - não difere muito de Santana. Eles representam - como De Menezes e as cócegas da impagável Zita - a origem profunda e récia da ABSTENÇÃO.”

(idem ibidem)

“Este homem é um senhor!”

(apoiente de Luís Filipe Menezes em Gaia, Público, 9.12.97)

“Bandeira Pinho “conhece os corredores dos ministérios e conhece os governantes”.”

(Carro de som do candidato PS à Câmara de S. Pedro do Sul, idem)

“(Apresento-vos) o amigo António Costa, que por acaso é ministro mas hoje não o é.”

(Bandeira Pinho, candidato PS à Câmara de S. Pedro do Sul, num comício do PS em Santa Cruz da Trapa, idem)

“Eu bem sei o que é que o Manuel Bandeira Pinho nos últimos dois anos tem calcorreado os corredores do Terreiro do Paço, tem serrazinado os ministros e secretários de Estado para defender a sua terra.”

(António Costa, ministro dos Assuntos Parlamentares, respondendo a Bandeira Pinho no mesmo comício, idem)

“Já que os ministros não podem vir aqui na altura da campanha, queria pedir ao António Costa que se vir por aí o ministro dos Assuntos Parlamentares lhe dê um grande abraço meu e um abraço de Santa Cruz da Trapa.”

(Bandeira Pinho replicando a António Costa, no mesmo comício PS, idem)

“Precisamos de autarcas que ajudem Portugal e não arranjam problemas ao Governo para que o seu partido volte ao poder.”

(António José Seguro, coordenador do PS para as autárquicas, Diário de Notícias, 8.12.97)

“Está muito enganado quem pensa que Gondomar é uma tabanca da Guiné.”

(Pedro Baptista, candidato do PS à Câmara de Gondomar, Diário de Notícias, 9.12.97)

“(Este comício) é a nossa resposta aos fanfarrões que têm dito que são vitoriosos. A quem pensa que o povo de Gondomar se vende por uma galinha choca.”

(idem ibidem)

“O PS quer a vitória para castigar os que fazem da agitação uma forma de estar na política!”

(António Guterres num comício no Gavião, idem)

O fiasco de Quioto

Termina esta semana em Quioto, no Japão, a III Conferência das Alterações Climáticas que, durante nove dias, reuniu neste grande centro industrial japonês responsáveis governamentais de todo o planeta, com o objectivo de se definirem medidas globais e concertadas que (finalmente) restrinjam a emissão de gases com CO₂, responsáveis pelo ameaçador «efeito de estufa» nas camadas mais altas da atmosfera terrestre. Como se suspeitava, os resultados concretos foram praticamente nulos, sobretudo devido à recusa intransigente dos EUA em reduzir, no curto ou no médio prazo, as suas próprias emissões de CO₂ para a atmosfera, apesar de, sozinhos, produzirem um quarto das emanações mundiais deste perigoso elemento. A Comunidade Europeia foi incapaz de impor os seus pontos de vista que, à partida, propunham um corte de 15% das emissões de CO₂ até ao ano 2010. Para os

responsáveis dos EUA, e na voz do vice-presidente Al Gore (que, antes de ser eleito, se assumia como defensor da causa ambientalista), o mais longe a que estão dispostos a ir é reduzir, entre 2008 e 2012, as suas emissões tóxicas «ao nível dos valores de 1990». Acumulam-se, assim, as apreensões quanto ao futuro do planeta, para quem os cientistas vaticinam brutais alterações climáticas devido ao «efeito de estufa», caso se prossiga nesta senda suicida de se aumentar todos os anos a emissão de CO₂ para a atmosfera. E não se trata de uma ameaça remota: calcula-se que, a este ritmo, no ano 2100 a temperatura das águas dos oceanos aumentará entre 2º e 4º centígrados e o nível dos mares subirá entre um metro e um metro e meio, o que provocará catástrofes ambientais e sociais inimagináveis, nomeadamente quando dois terços da população mundial está instalada nas orlas marítimas.

Capital do Irão palco de cimeira islâmica

Começa em Teerão, capital do Irão, uma cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI), reunindo dirigentes de 55 países membros desta organização, que representam os mil milhões de muçulmanos espalhados pelo mundo. O objectivo central desta cimeira de três dias é a discussão entre os representantes dos 55 governos ali presentes de 142 resoluções (um número recorde) preparadas pelos respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, abordando questões como as relações com Israel, a guerra do Afeganistão ou as sanções contra o Iraque. Do ponto de vista interno, a realização desta

cimeira na capital iraniana é, por si só, um sucesso para o regime fundamentalista de Teerão, que preside à OCI nos próximos três anos e consegue, assim, sair um pouco do isolamento internacional em que se encontra, mesmo entre o mundo islâmico. Ainda



Carvalhas no distrito de Évora

Uma serena afirmação da sua força e da confiança que anima os seus activistas nos resultados do próximo domingo, eis, em síntese, os traços mais marcantes do comício-festa da CDU que encheu por completo, no último domingo, o Teatro Garcia de Resende, em Évora. Em plena campanha, mas já com a recta final à vista, Carlos Carvalhas deixou nesta sua passagem pelo distrito um convite à reflexão sobre o que está em jogo nestas eleições, apelando simultaneamente a um maior grau de envolvimento de todos os apoiantes e simpatizantes da CDU na batalha em curso de sensibilização e esclarecimento das populações.

Lançado pelo líder comunista foi ainda um apelo directo ao voto - "que nenhum voto falte no dia 14", enfatizou -, com isso sublinhando a importância que tais votos não deixarão de assumir quer em termos de "dar força a um grande projecto autárquico", quer ainda no plano do reforço da "força política que em todas as horas, nas boas e nas más, está sempre ao lado do povo".

Presença juvenil

Depois de um envolvente momento musical com o Grupo "Os Coincidência", portadores de um som inovador em que ficou patente a sua capacidade de recriar com mestria muito do melhor da nossa música popular, foi chamado ao palco o camarada Raimundo Cabral, membro do CC e responsável pela Organização Regional de Évora.

Coube-lhe dirigir o comício, começando por chamar para a mesa os cabeças de lista da CDU às câmaras do distrito, bem como representantes do PCP, de "Os Verdes" e dos inúmeros independentes que integram ou apoiam as listas da Coligação.

Listas que têm na participação de juventude - mais de 15 por cento dos candidatos são jovens - uma das suas características mais interessantes. Do significado dessa presença juvenil falou Ana Lorigo, primeira oradora, pondo em relevo o facto de os jovens, na sua luta por direitos próprios, saberem que podem contar com um espaço de liberdade e de intervenção nos municípios CDU.

Margarida Godinho, cabeça de lista no concelho do Alandroal, falando duplamente na qualidade de mulher e candidata, por sua vez, realçou o acréscimo da

percentagem de mulheres nas listas da CDU (16,5 por cento), um valor que mais que duplica neste capítulo as percentagens de qualquer das restantes forças políticas.

Évora apetecida

Falando em nome dos "milhares de homens e mulheres que ao longo destes anos deram de si o melhor em defesa dos interesses das populações e materializaram o projecto da CDU" -

foi assim que Raimundo Cabral o apresentou -, interveio em seguida Abílio Fernandes, que se recandidata à presidência da Câmara Municipal de Évora.

"As eleições são marcadas por um desejo forte das restantes forças políticas quererem conquistar Évora", começou por salientar aquele prestigiado autarca do PCP, que, detendo-se em seguida nos motivos que explicam tal apetite, adiantou como explicação o enorme prestígio alcançado por Évora nos mais variados domínios, seja no seu ordenamento urbanístico, seja na sua vida cultural, seja ainda, por exemplo, na sua classificação como património mundial.

Conciente do "resultado de 20 anos de gestão da CDU e do PCP", Abílio Fernandes recusa entrar no terreno da "demagogia, da ofensa ou da provocação", como tem feito a candidatura do PS, que acusou ainda de desenvolver uma campanha

«Que nenhum voto falte dia 14»



Uma enorme confiança no reforço das posições da CDU nas autarquias do distrito de Évora marcou o comício que encheu por completo o Garcia de Resende

"exclusivamente centrada contra o PCP, sem apresentar uma única ideia".

"A população não gosta desta postura", salientou o orador, considerando ainda "uma ofensa dizer-se que nada foi feito", quando, na verdade, "os eborenses sentem orgulho na sua terra".

Este foi, aliás, o ponto de partida para Abílio Fernandes estabelecer as diferenças entre a atitude dos seus opositores e a campanha da CDU - "a nossa campanha tem sido virada para o futuro", sublinhou -, uma campanha com a "autoridade de quem sempre norteou a sua intervenção pelo bem-estar e melhoria da qualidade de vida das populações, pela resolução dos problemas que são da competência das autarquias".

Daí a tranquila confiança por si revelada no prosseguimento do trabalho no próximo mandato, período no decorrer do qual, observou, está lança-

do o desafio de vencer a batalha do "desenvolvimento económico".

Uma confiança que se estende de um modo geral a todo o distrito, sendo disso testemunho, como salientou ao "Avante!" Raimundo Cabral, a "boa parti-

cipação nas iniciativas, a adesão à CDU, o clima de receptividade às suas propostas e o apoio aos candidatos".

Não admira por isso que entre os objectivos eleitorais não se esconda o propósito, para além da manutenção de todas as suas

posições, de lutar pelo reforço da presença da CDU nos concelhos de Reguengos de Monsarraz, Mourão (PS) e Vila Viçosa (PSD), estando claro que neste último a perspectiva é levar de novo a CDU ao comando dos destinos da Câmara.

Carlos Carvalhas

O projecto da CDU é factor de desenvolvimento e progresso

A problemática do desenvolvimento foi um dos temas fortes na intervenção do Secretário-geral do PCP em Évora. Particularmente em foco na sua abordagem estiveram as responsabilidades que neste domínio cabem aos diferentes níveis de poder. Explicada por Carlos Carvalhas foi ainda a concepção que o PCP e a CDU têm do desenvolvimento, tendo igualmente recordado as principais linhas de orientação e as medidas que nos municípios CDU têm pautado a sua gestão em prol das populações e do desenvolvimento local e regional. Publicamos de seguida alguns extractos da sua intervenção em que aborda esta temática.

(...)

Entendemos o desenvolvimento na base da garantia da solidariedade com as gerações futuras

e da subordinação do progresso à realização social, cultural e ambiental da sociedade.

É esta concepção de desenvolvimento que o PCP e a CDU mantêm presente na sua actividade autárquica e que determina uma clara separação das responsabilidades que cabem aos diferentes níveis de poder, nomeadamente à responsabilidade pelos enormes atrasos estruturais imputáveis ao fascismo e às políticas de direita dos governos que ultimamente têm ocupado o poder.

Dela resulta uma ampla experiência, enriquecida pela procura de novas formas e métodos capazes de promover o progresso, tendo em vista a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, a racionalidade no ordenamento do território, o equilíbrio ambiental e a preservação do património.

Relativamente a isto, será bom lembrar que foi em concelhos de maioria CDU que se instalaram dos maiores investimentos feitos no País o que, por certo, tem a ver não só com as condições criadas pela CDU nas áreas sob sua responsabilidade, como ainda, certamente, pela reconhecida transparência e isenção com que exerce a sua actividade de gestão.



Em Viana do Alentejo, no jantar-convívio dos candidatos e apoiantes, viveu-se um clima de forte adesão à CDU e às suas propostas



Na sua intervenção, o Secretário-geral do PCP fez um apelo ao reforço da batalha do esclarecimento e ao voto na CDU no próximo domingo

O projecto da CDU é factor de desenvolvimento e progresso

Importa, assim, esclarecer quais os factores que verdadeiramente se encontram na base dos problemas que o interior do país, em geral e o Alentejo, em particular, enfrentam e denunciar os seus verdadeiros responsáveis.

Desde logo, lembrando que a competência e responsabilidade pelo desenvolvimento harmónico do País, cabe em primeira mão ao Governo e que é, sobretudo, às opções e omissões de anteriores e do actual governo nesta matéria, que se devem as crescentes e cada vez maiores fragilidades do nosso processo evolutivo. A desertificação e envelhecimento do País de Norte a Sul não abrandou. As razões estão à vista.

As opções monetaristas, determinadas pelo obsessivo cumprimento dos critérios de convergência nominal, têm vindo a promover o acréscimo acelerado das assimetrias e a redução do investimento, sobretudo no interior do País, situação que afecta necessariamente não só os concelhos CDU, como também, os das outras forças políticas, cujo desempenho nesta área e de uma forma geral, desmerece, aliás, claramente, o protagonizado pela CDU.

Que é em resultado destas políticas que o País regista, sobretudo no seu Interior, o progressivo aumento do desemprego, em especial do desemprego estrutural de longa duração, acompanhado de uma diferenciação crescente dos salários e dos rendimentos, do abaixamento dos níveis sociais e do progressivo agravamento das desigualdades.

(...)
Que o digam as populações dos concelhos geridos pelo PS e PSD, por exemplo, aqui no Alentejo onde, que se saiba, estas forças não promoveram nenhum «oásis desenvolvimentista».

Assim como importa, também, demonstrar com clareza o amplo e valioso esforço desenvolvido pela CDU na procura e concretização das mais adequadas soluções para apoio ao desenvolvimento, vistas as especificidades locais e regionais.

O inegável valor deste trabalho e os resultados obtidos provam a justeza das principais linhas de orientação traçadas e das soluções encontradas para as concretizar e que são o alicerce da obra

que a CDU desenvolve em prol das populações e do desenvolvimento local e regional.

A disponibilização e valorização das infra-estruturas existentes e a criação de novas redes com vista à captação e reabilitação do investimento.

A activação do diálogo com os agentes económicos e aprofundamento dos mecanismos de apoio e incentivo ao investimento e à criação de novos postos de trabalho.

A organização e disponibilização permanente da informação necessária à análise e decisão das entidades interessadas no investimento.

(...)

A total abertura e criatividade no suporte à instalação de iniciativas inovadoras, com capacidade de penetração no mercado e de valorização do tecido económico local, são, entre outras, algumas dessas orientações.

(...)

E por isso, não só continuaremos a lutar e a denunciar os desastrosos resultados da política de direita no que ao desenvolvimento respeita, como também, a exigir uma activa participação dos municípios na gestão dos fundos comunitários e no delinear de políticas estruturais capazes de inverter o caminho de agravamento das assimetrias existentes.

Ao modelo ultraliberal que orienta a política de direita e que o actual Governo prossegue, contrapõe-se o projecto democrático, social e participado, onde o objectivo da coesão real é de facto consagrado.

É este o projecto que o PCP, que a CDU, têm vindo a defender procurando levá-lo à prática na sua actividade autárquica e que no próximo mandato continuará, reforçadamente, a ser seu ponto de honra.

Um projecto que integra políticas que apontando, objectivamente, o desenvolvimento, permitem não só a melhor utilização dos recursos disponíveis, como também e sobretudo o crescimento rápido do nível de emprego e a justa melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.

(...)

Texto
Carlos Pereira
Fotos
Vitor Castro

Carlos Carvalho no Combater a

Depois de Portalegre e Évora, Carlos Carvalho esteve, segunda e terça-feira, no distrito de Beja e no Litoral Alentejano, participando na campanha eleitoral da CDU em vários concelhos. Em Barrancos, Moura, Vidigueira, Ferreira do Alentejo e Beja, o secretário-geral do PCP elogiou o trabalho das autarquias alentejanas de maioria CDU, criticou a política do PS no Governo e no Poder Local e manifestou confiança em bons resultados nas eleições de domingo, alertando contudo para o perigo da abstenção. «Todos os votos contam», foi afirmado.

da chuva miúda que caía, cerca de 400 pessoas assistiram ao comício, na Praça da República, defronte da Casa do Povo e da Sociedade Filarmónica.

Coube ao candidato da CDU à Câmara de Moura, José Maria Pós-de-Mina, um gestor de empresas de 39 anos, fazer a intervenção de abertura, durante a qual denunciou «o marasmo existente em Moura, durante os oito anos de paragem» de



Na segunda-feira, feriado nacional, o dia nasceu cinzento e chuvoso e os aguaceiros caíram ao longo de toda a jornada, não impedindo que o programa elaborado se cumprisse, de manhã à noite, sem grandes atrasos e com muita participação e entusiasmo popular.

Carlos Carvalho começou em Barrancos o seu périplo pelo distrito de Beja. Eram 10 horas quando, acompanhado por José Soeiro, da Comissão Política do PCP, António Vitória, do Comité Central e responsável da DORBE, e Ana Benedita, do Comité Central, chegou à vila raiana para um encontro com a população.

No Miradouro, na presença de cerca de duas centenas de pessoas, falou primeiro o independente António Tereno, pre-

sidente da Câmara de Barrancos e candidato da CDU a um novo mandato, que saudou a visita do dirigente dos comunistas portugueses como mais uma manifestação de apreço pelo povo barranquenho e assegurou que a obra realizada no concelho vai ser prosseguida nos próximos quatro anos. Carvalho interveio para elogiar o trabalho dos autarcas da CDU em Barrancos e por todo o País em prol da defesa dos interesses das populações e do desenvolvimento, afirmando que até em zonas antes consideradas difíceis, como na ilha das Flores, nos Açores, a Coligação Democrática Unitária vai reforçando posições.

A paragem seguinte foi na Amareleja, freguesia do concelho de Moura, onde, apesar

governança do Município pelo PS, assegurando que «é tempo de mudança» naquele concelho da margem esquerda do Guadiana e que «a CDU é a única alternativa credível e ganhadora». Ladeado pelos candidatos à presidência da Junta de Freguesia da Amareleja, Manuel Rodrigues, e da Assembleia Municipal de Moura, Santiago Macias, Pós-de-Mina apontou como indicador da actual má gestão da Câmara de Moura e do pouco desenvolvimento registado nos últimos anos o facto de haver naquele concelho tantos candidatos ao Rendimento Mínimo Garantido (600) como no conjunto de todos os outros concelhos do distrito à excepção de Beja.

Pegando no caso do concelho de Moura, Carlos Carva-



A antecedente a intervenção de Carlos Carvalho, foram chamados ao palco todos os cabeças de lista às câmaras municipais do distrito de Évora

distrito de Beja abstenção

lhas deu mais exemplos de municípios geridos pelo PS onde não há desenvolvimento, de Trás-os-Montes ao Alentejo, aproveitando para denunciar a política de direita do actual Governo como o demonstram os recentes aumentos de miséria das pensões dos reformados ou as propostas de aumento salarial dos trabalhadores da Função Pública. Em terra de pequenos agricultores, o secretário-geral do PCP – antes de apelar ao voto na Coligação no próximo dia 14 (lembrando que «por um voto se ganha, por um voto se perde» e que «voto na CDU não cai em cesto roto») – criticou duramente a política agrícola do Governo e desafiou o primeiro-ministro a anunciar, ainda antes das eleições autárquicas, os aumentos na saúde, nas portagens, nas taxas telefónicas.

Depois da Amareleja, Carlos Carvalhas e comitiva seguiram para a cidade de Moura, passando antes por uma outra freguesia do concelho, Póvoa de S. Miguel, onde houve tempo para uma «bica» e para conversar brevemente, num café, com jovens alentejanos lamentando a falta de emprego...

Em Moura, no amplo recinto coberto do Mercado Municipal, a CDU organizou uma almoço com a entusiástica participação de mais de 300 pessoas. Depois do grão com carne de borrego, o mandatário concelhio da CDU, Joaquim Carriho, apresentou os principais candidatos presentes bem como um convidado especial, que ali foi testemunhar a sua solidariedade com os companheiros de Moura: João Rocha, o presidente da Câmara do vizinho concelho de Serpa.

Nas intervenções políticas, José Maria Pós-de-Mina voltou a sublinhar a «desastrosa gestão do PS nestes oito anos» que levou à «perda de importância da cidade e do concelho em relação aos concelhos vizinhos» e a expressar grande confiança e esperança que, a 14

de Dezembro, chegue «o tempo de mudança», já que a CDU tem boas equipas nas suas listas e o melhor programa de desenvolvimento, feito com base nos contactos com as populações e com mais de duas dezenas de entidades representativas. Por seu turno, Carlos Carvalhas explicou que a confiança na vitória em Moura e em bons resultados no Alentejo, nas eleições de domingo, baseia-se na qualidade dos candidatos da CDU, «com raízes populares e conhecedores dos problemas locais» e no estilo de gestão («estamos no poder para servir as populações e não nos servirmos»). Depois de lembrar que, a 14 de Dezembro, o que está em jogo é o poder nos diferentes concelhos mas também «dar força àqueles que se batem pelo povo» em todas as frentes e não só durante as campanhas eleitorais, Carlos Carvalhas, muito aplaudido, terminou com um apelo ao voto e dizendo que «vamos trabalhar para que a CDU ganhe, para que ganhe o povo de Moura, para repor Moura no lugar a que tem direito no distrito e no País».

Organizar excursões às autarquias CDU

Depois de Moura, o concelho da Vidigueira foi o ponto



seguinte do programa do secretário-geral do PCP, nesta jornada de campanha eleitoral autárquica por terras do distrito de Beja.

Na freguesia de Pedrógão do Alentejo, a sessão, prevista para o Largo da Praça, foi transferida para o Centro de Dia, onde mal cabiam as cerca de 200 pessoas que ali aguardavam Carlos Carvalhas. Usaram da palavra Fernando Severo, candidato da CDU à Junta de Freguesia, Carlos Goes, presidente da Câmara de Vidigueira e de novo candidato, e, por último, o dirigente do PCP.

No seu estilo característico, com um conhecimento profundo dos problemas concretos da

terra, Carlos Goes explicou pormenorizadamente que vai «fazer o que é preciso», em Pedrógão como em todo o concelho da Vidigueira: cumprir o programa eleitoral apresentado pela CDU. E lá enumerou um vasto conjunto de obras – apoio aos reformados, zonas verdes, parque infantil, apoio às escolas, reforço do abastecimento de água, reparação de estradas e caminhos, melhoramento do saneamento, arranjo da entrada da povoação, etc. –, garantindo que as autarquias da CDU vão continuar a relacionar-se correctamente com o Poder Central, «exigindo o que é direito das populações» e gerindo correctamente os dinheiros públicos.

Retomando vários dos temas que abordou ao longo do dia, Carlos Carvalhas disse que «o PS gostaria de ter à frente das autarquias gente que fizesse o frete ao Governo», mas que a CDU tem autarcas que levantam com coragem e firmeza os problemas do povo, para os resolver; lembrou o grande número de jovens e de mulheres que a CDU incluiu nas suas listas («será seguramente a força com mais mulheres eleitas a 14 de Dezembro»); e fez uma interessante proposta: «No tempo da Reforma Agrária, organizávamos excursões do Norte para visitar o Alentejo. Devíamos agora organizar visitas às autarquias da CDU,

de gente do Vale do Ave ou de Coimbra, por exemplo, para que comparem a nossa gestão com a de outras forças políticas», nos domínios da cultura, do ambiente, dos equipamentos, do apoio aos reformados, etc.

A vila da Vidigueira, com passagem por Marmelar e Alcaria da Serra, foi a paragem seguinte. Na Igreja Nova, Carlos Goes e Carlos Carvalhas voltaram a falar para cerca de uma centena de pessoas, que ouviram o autarca explicar o programa para o concelho e o secretário-geral do PCP repetir as críticas à governação PS e os elogios ao trabalho das autarquias de maioria CDU.

Entusiasmo e confiança em Ferreira, Cuba e Beja

Já com a noite a cair, a comitiva rumou a Ferreira do Alentejo, onde, no repleto Centro Cultural Manuel da Fonseca, António Alexandre Raposo, candidato da CDU à Câmara Municipal, manifestou grande esperança em reconquistar a autarquia perdida há quatro anos para o PS. Os candidatos da Coligação tinham

acabado de percorrer o concelho em caravana automóvel e o calor com que foram acolhidos em todas as freguesias e povoações sustentam o optimismo de bons resultados a 14 de Dezembro.

«Será uma grande vitória da CDU, da democracia e do povo de Ferreira do Alentejo», disse Carlos Carvalhos, que chamou a

António Raposo, um dos autarcas mais experientes do País, «um homem de poucas palavras e, muitas obras» e que criticou as promessas do PS não cumpridas também em Ferreira, de tal modo que as maiores realizações no concelho são, hoje, as de responsabilidade dos anteriores mandatos da CDU.

O Centro Cultural Fialho de Almeida, em Cuba, foi o local do comício seguinte, em que estiveram presentes mais de 400 pessoas. Uma jovem, Maria do Céu, candidata da CDU à Junta de Freguesia de Cuba, Firmino Paixão e José Bicho, da lista à Câmara, e Bertolina Palma, cabeça de lista ao Município, foram os oradores que antecederam Carlos Carvalhas. Fizeram duras críticas à política do Governo, em especial nas áreas da saúde e do emprego, ridicularizaram as promessas demagógicas do PS local, denunciaram a utilização de calúnias por esta candidatura e prometeram uma gestão dinâmica e participada no próximo mandato, para «dar continuidade ao trabalho da CDU no concelho e dar resposta aos novos desafios».

Carlos Carvalhas voltou a focar a boa qualidade do trabalho das autarquias da CDU e as consequências nefastas da política de direita do PSD e do PS, nos últimos anos, responsável pela desertificação e pelo subdesenvolvimento do interior do País. Apontou Moura e Almodôvar, de gestão socialista, como exemplos de concelhos onde o problema do desemprego continua a ser uma chaga social e homenageou o trabalho do actual presidente da Câmara de Cuba, António S. Brás, que se candidata agora à frente da lista para a Assembleia Municipal.

O último ponto do programa de segunda-feira foi a cidade de Beja, onde centenas de pessoas encheram a Casa da Cultura para ver e ouvir o secretário-geral do PCP e o candidato à Câmara Municipal, Carreira Marques, actual presidente. Depois de curtas intervenções de Sílvia Caixinha, candidata da JCP nas listas da Câmara, e do médico Bernardo Loff, cabeça de lista à Assembleia Municipal de Beja, Carreira Marques usou da palavra para sublinhar o «clima de confiança que envolve

esta campanha da CDU», para dizer que a Coligação apresenta «programas realistas», ao contrário daqueles que «na altura das eleições prometem o céu e a terra», e para anunciar em traços gerais o programa da CDU «para fazer de Beja uma cidade de média dimensão de nível europeu».

Carlos Carvalhas, frequentemente interrompido com palmas e «vivas» à CDU, criticou uma vez mais a política do PS no Governo e no Poder Local, exigiu ao primeiro-ministro apoios a fundo perdido às vítimas das cheias de 5 de Novembro e, manifestando grande confiança quanto aos resultados do próximo dia 14, lembrou que o optimismo não deve levar as pessoas a deixar de votar. Para que, em Beja e no Alentejo, ganhe a CDU, ganhe o povo alentejano, ganhe a democracia.

As jornadas alentejanas do secretário-geral do PCP prosseguiram na terça-feira. Aljustrel, a vila mineira, e Odemira, ainda no distrito de Beja, e os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Sines e Santiago do Cacém, no Litoral Alentejano, foram as etapas seguintes.



Carlos Carvalhas no distrito de Santarém

Há fortes razões para continuar a confiar

Estamos no pavilhão da Cooperativa Mouchão do Inglês, bem no centro de Alpiarça. São 20.30. A noite está fria, como frio e inóspito é o vasto espaço armazém para onde afluem os participantes ao jantar de apresentação das candidaturas CDU ao município. Asextensasfilas de mesas, alinhadas em paralelo, a todo o comprimento, vão sendo ocupadas pelos activistas e simpatizantes da CDU. Poucos são já os lugares vagos. Não demora, porém, a serem preenchidos. Nem mesmo os gestos de boa vontade - aperta aqui, aperta ali -, no sentido de caber mais um, resolvem o problema da forte afluência, que excede largamente todos os cálculos dos organizadores. A solução é mesmo improvisar novas mesas. Todas elas, num curto espaço de tempo, ganham a forma das restantes: repletas de gente, solidária, confiante, empenhada em garantir no próximo domingo um bom resultado eleitoral da CDU. Estava mudada por completo a atmosfera da sala.

Em rigor, pode dizer-se, o ambiente era de festa. Concluía-se assim, da melhor maneira, a passagem do Secretário-Geral do PCP por alguns concelhos do Vale do Tejo.

O primeiro dos oradores que antecedeu a intervenção de Carlos Carvalhas foi Manuela Cunha, do Partido Ecologista "Os Verdes". Com um discurso dirigido no fundamental para as questões ambientais e para a qualidade de vida das populações, por si realçadas foram sobretudo as diferenças que separam na gestão

municipal a CDU das restantes forças políticas. Os exemplos não faltaram, testemunhando todos eles, observou, uma realidade rica e diversificada, seja na limpeza e requalificação ambiental, seja na protecção do património, seja ainda no incremento de infra-estruturas.

Um projecto de futuro

Do trabalho desenvolvido pela actual equipa por si liderada, que tem granjeado o apoio e o reco-

hecimento das populações, falou também Raul Figueiredo, que se recandidata à presidência da Câmara Municipal de Alpiarça.

Para primeiro plano veio um longo rol de obra feita - desde a rede viária aos novos equipamentos, passando pela qualidade do crescimento urbanístico -, em cujas raízes assentam novas ideias e propostas com vista a garantir a prossecução de um "projecto global de desenvolvimento assente numa visão integrada do concelho".

"No passado confiaram em nós. Há razões para continuarmos a confiar", sublinhou Raul Figueiredo, que não deixou ainda de expressar a sua convicção quanto à "consolidação e reforço das posições da CDU em todo o distrito".

Obra feita

Este ambiente de confiança foi, aliás, um dos traços mais fortes que marcou esta jornada



Perante os mais de 800 participantes no jantar realizado em Alpiarça, Carlos Carvalhas afirmou existirem fortes razões para encarar as eleições com confiança e serenidade, não obstante todos os atropelos do PS e a utilização abusiva do aparelho do Estado

de esclarecimento e informação. As razões que concorrem nesse sentido são múltiplas e puderam ser observadas em qualquer dos concelhos por onde passou o Secretário-geral do PCP, cumprindo um itinerário que o levou sucessivamente a Benavente, Salvaterra de Magos, Chamusca, Constância, Golegã e Alpiarça.

Para além da obra feita e dos projectos em curso, factores de progresso num caminho que tem vindo a ser percorrido em estreita comunhão com as populações, avulta a qualidade das candi-

daturas da CDU ao próximo acto eleitoral, com larga representatividade, com um significativo acréscimo da percentagem de mulheres e jovens, em suma, listas constituídas por gente ligada às populações e que conhece bem a realidade e os problemas locais.

Reforçar a CDU

A consolidação e reforço das posições da CDU - não obstante a utilização abusiva do aparelho de Estado por parte do PS e a

desproporção de meios que tem vindo a utilizar - está, pois, na ordem do dia, como salientou à nossa reportagem o camarada Eugénio Pisco, membro do CC e responsável pelo trabalho autárquico no distrito.

Consolidação e reforço que os comunistas e seus parceiros na Coligação querem ver materializados nos seguintes objectivos: manter a maioria absoluta nos concelhos de Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche e Golegã; lutar pela presidência de Salvaterra de Magos; voltar a eleger vereado-

Em causa o futuro da agricultura É preciso uma outra reforma da PAC

Fortes críticas à política agrícola da Comissão Europeia e à reforma por esta preconizada na Agenda 2000 marcaram o discurso do Secretário-Geral do PCP em Alpiarça. Perante uma vasta assembleia composta em larga medida por homens e mulheres ligados à actividade agrícola, sector predominante na região, Carvalhas classificou de "muito má" a nova reforma da PAC, justificando a sua acusação com as previsíveis "novas baixas dos preços dos cereais, carne e leite" e com o "fim da ajuda ao milho para silagem".

Não menos grave é ainda o facto de as alterações propostas virem inevitavelmente a traduzir-se num aumento das importações e no acentuar de uma tendência nos fluxos de apoio financeiro que Carlos Carvalhas resumiu na seguinte fórmula: "ainda mais dinheiro para os grandes agricultores da Europa e menos dinheiro para Portugal e a nossa agricultura".

Uma realidade para a qual os comunistas desde sempre chamaram a atenção, fazendo notar não apenas que a "PAC não serve", como, em sua opinião, conheceu significativos agravamentos depois da reforma de 1992. Citada pelo dirigente comunista, a este propósito, foi a circunstância de 20 por cento dos agricultores da Europa receberem 80 por cento das ajudas. Tanto ou mais escandalosa é ainda a incrível situação de Portugal, "com a agricultura mais atrasada da Europa, contribuir mais do que recebe".

"É por isso que é necessária uma outra reforma da PAC", afirmou Carlos Carvalhas, reclamando uma política que não imponha "novas baixas de preços à produção", que

apoie "quem trabalhe, ou seja, os pequenos e médios agricultores, a agricultura familiar e as agriculturas menos desenvolvidas", que observe um "nível de ajudas para o vinho, azeite, hortícolas e frutas idêntico aos que existem para os cereais, carne e leite", e, por fim, que garanta "o direito a produzir e à melhoria da produção nacional".

Afigurando-se de primordial importância para o nosso País uma outra PAC - Carvalhas considerou mesmo que a "reforma da PAC é uma questão de vida ou morte para a agricultura portuguesa" -, torna-se por conseguinte ainda mais inaceitável a posição do Governo português no Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, realizada em 19 de Novembro último, no decorrer do qual Gomes da Silva votou a favor das orientações gerais propostas pela Comissão, deixando isolado o ministro espanhol, que votou contra por considerar «que não foram dadas garantias sobre a manutenção dos seus subsídios agrícolas».

Depois de condenar esta posição do Governo PS, por entender que "penaliza o País", o Secretário-Geral do PCP recordou, ainda a este respeito, a recente iniciativa do Grupo Parlamentar comunista no sentido de chamar o ministro à Assembleia da República para esclarecer a sua posição. Desta diligência, noticiada já pelo "Avante!" na sua última edição, resultou a comparência não do ministro mas do seu secretário de Estado, que afirmou que não havia nada que impedisse o «nosso» voto favorável...

"É preciso ter descaramento", afirmou a concluir Carlos Carvalhas.



Em Constância, onde 69 por cento dos eleitores confia o seu voto à CDU, Carvalhas foi recebido na Escola Secundária e no Lar de Idosos (na foto)



Também na Golegã a obra da CDU está à vista, justificando o ambiente de confiança e a aposta em ganhar a freguesia de Azinhaga (na foto, à esquerda, o cabeça de lista a esta freguesia, Joaquim Bacalhau)

na CDU

res em concelhos onde a CDU já teve representação; aumentar significativamente a votação em concelhos como Tomar ou Alcanena; alargar o número de presidências de juntas de freguesia.

Utilização abusiva do aparelho de Estado

É o vale tudo

Mais um caso de atropelo a regras básicas de isenção e de utilização abusiva do aparelho de Estado em favor de candidatos do PS foi denunciado pelo Secretário-Geral do PCP na sua passagem por terras do Ribatejo. A situação relatada por Carvalhas, no mega-jantar realizado em Alpiarça, vem assim juntar-se à longa lista de situações reveladoras da intencional e consciente instrumentalização eleitoral do PS e da sua violação do dever de neutralidade das entidades públicas.

Indiciador deste "vale tudo" e de como para o PS não há fronteiras, no caso vertente, envolvido está o cabeça de lista socialista à Câmara Municipal de Alpiarça. Em causa está o facto de este ex-chefe de gabinete do Grupo Parlamentar do PS, já depois do anúncio da sua candidatura, ter sido nomeado pelo Governo para Director Regional do Emprego de Santarém, a cuja área de influência pertence o município de Alpiarça.

O escândalo, porém, não se fica por aqui. Até se poderia admitir que este novo *boy* pudesse desempenhar o cargo com isenção, como assinalou Carvalhas. Mas não. No exercício das suas novas funções, já em plena campanha eleitoral, mais exactamente a 4 de Dezembro, o referido indivíduo tratou de enviar por fax dezenas de ofícios a desempregados inscritos nos centros de emprego, informando-os de que deveriam comparecer nos serviços, com vista, pode ler-se, "a verificar se está interessado numa oferta de emprego que pensamos corresponder ao seu desejo". "Isto é vergonhoso", exclamou Carvalhas, não deixando de marcar a diferença e de comparar esta postura do PS com a atitude serena e responsável desenvolvida pelas candidaturas da CDU por todo o País, dirigidas, salientou, "à inteligência, sensibilidade e coração dos cidadãos".

CDU

Setúbal Diferença para melhor

«Diferentes na forma e no conteúdo.» Assim dizem de si próprios os jovens da CDU. E a frase ocupava lugar de destaque no bar *ADN*, em Setúbal, onde Carlos Carvalhas havia marcado encontro com a juventude, no sábado, em mais uma jornada da campanha. O dia começara no Cacém, mais propriamente no Mercado da Agualva, que o secretário-geral do PCP visitara nessa manhã, com o candidato Lino Paulo, num efusivo encontro com a população. Daí partiu para Sezimbra, onde se realizou um almoço-convívio de apoiantes às listas para as autarquias do concelho e onde ficou patente a vontade de tornar a eleger a Coligação Democrática Unitária. A caminho de Setúbal, passagem por Azeitão, onde, em Vila Nogueira, se realizara entretanto um almoço de apoiantes da CDU, precedido de uma visita ao património histórico local. Em Setúbal, o encontro com os jovens foi à chegada. E daí, o Secretário-geral deslocou-se, em festa já, para o comício. O dia não terminaria sem outro convívio e outra festa, na Azambuja, com a intervenção do candidato António Rodrigues, a que se seguiu o comício realizado em Alverca, com a participação de Daniel Branco.



Setúbal

Em todos os lugares, a participação calorosa dos apoiantes e a palavra dos candidatos, o interesse da maioria dos que, durante a jornada, foram tocados pela CDU. E um denominador comum que achámos em Setúbal, no lema escolhido pelos jovens. A marcar a diferença. Não apenas a deles, na forma como se apresentam ao eleitorado. Mas no conteúdo das propostas de todos os que integram as listas da Coligação e na postura de honestidade, de trabalho e de competência ao serviço das populações.

Essa diferença era desde logo patente no ambiente que se vivia no interior do bar, onde muitas dezenas de jovens aguardavam o dirigente comunista. As músicas, embora algumas com um forte ritmo, não eram as costumeiras nestes espaços e os jovens estavam ali em con-

vívio para fazer política e para fazer da política uma festa. Carvalhas chegou acompanhado por Ruben de Carvalho, cabeça de lista à Câmara, e por outros candidatos. E o jovem Miguel Tiago, membro da JCP e candidato à Freguesia de Santa Maria, prometeu uma festa ainda melhor a seguir às eleições. A confiança dos jovens é grande no reforço da CDU e grande também a satisfação com que anunciam que têm 57 candidatos aos vários órgãos autárquicos do concelho, correspondendo a 22 por cento das listas. Ruben de Carvalho, falando por sua vez, lembrou as várias ocasiões em que ali mesmo se encontrara com a juventude cujas qualidades combativas e revolucionárias destacou em mais esta batalha para conseguir uma alternativa à política de marasmo imprimida desde há anos pela gestão do PS.

Marasmo foi a palavra que Carvalhas escolheu, intervindo logo a seguir, para caracterizar a gestão de Mata Cáceres. «A mudança representa a aspiração da maioria da população. E para essa mudança contribuirão os jovens que, na CDU, não estão para decorar as listas e animar a campanha mas para terem amanhã, no poder, um papel determinante em relação a todas as questões que à juventude dizem respeito.»

Hora de mudar

Terminado o convívio, os jovens acompanharam Carvalhas pelas ruas da baixa setubalense, a noite a cair rapidamente e as luzes a acenderem-se, festivas. Bandeiras e bombos e a arruada a desembocar, entusiástica, no Largo da Misericórdia, em frente à sede da candidatura da CDU, onde já muita gente aguardava. O comício, que ali se improvisou com compreensão dos comerciantes da cidade - o comércio estava aberto na quadra natalícia que já começou - teve início com o anúncio dos participantes, que subiram ao estrado - candidatos acompanhados do mandatário Francisco Lobo. Interveio primeiro o jovem Nuno Marques, da JCP. «É a hora de mudar», anunciou, criticando o desprezo e o abandono a que nos últimos anos a autarquia vota a juventude e manifestando a confiança na capacidade da CDU para realizar a mudança necessária.

Ruben de Carvalho, ouvido em silêncio não só pelos que ali tinham ido participar na iniciativa mas por muitos dos passantes, referiu-se aos muitos meses de contactos com a população e à realidade que se pôde constatar. A de que «a actual maioria está esgotada, não serve, não cumpriu, necessita de ser substituída. Setúbal», disse o candidato, «não progrediu em 12 anos, ficou para trás». Ruben de Carvalho convidou os setubalenses a comparar o concelho com os outros doze concelhos do distrito geridos por maiorias da CDU. «É possível mudar em Setúbal, e essa mudança só pode ser feita com a CDU», afirmou, sublinhando que o próprio decorrer das semanas demonstrou a capacidade de a Coligação imprimir à campanha seriedade. «A campanha da CDU não é feita de anedotas nem de insultos, é uma campanha de ideias e de projecto. Falar com as pessoas e respeitá-las é a marca de honestidade da CDU. Há uma escolha a fazer e a maioria esmagadora da população diz sim à mudança», terminou o candidato, apelando ao esclarecimento nos dias que faltam, para que essa vontade de mudança se traduza na votação na CDU no próximo dia 14.

Carlos Carvalhas, que interveio no final do comício, referiu ironicamente um slogan do PS em Setúbal, em que se fala da «força da experiência». «Há quem não queira repetir a experiência», disse o secretário-geral do PCP, que voltou a falar do marasmo no desenvolvimento concelhio. Mudar para o progresso e a justiça social é o desafio que se coloca. E Carvalhas, que se referiu não apenas à prática política do PS no concelho mas à política do PS no Governo, sublinhou que a campanha da CDU, dos comunistas e dos seus aliados, se distingue por ser dirigida às pessoas, ao seu coração e à sua inteligência, por ter ideais e projectos que se não deitam fora após as eleições.



Sesimbra



Azambuja



O PS quer «ganhar em todos os carrinhos», acusou Carvalho na Marinha Grande

Ecos da Campanha



Na Torre da Marinha, Seixal, Carlos Carvalho e os candidatos da CDU encontraram-se com a população junto ao mercado



Na Moita, em Gaio Rosário, a CDU realizou um grande jantar com candidatos e apoiantes



Também em Sacavém, numa «arruada», Carvalho e os candidatos da CDU contactaram comerciantes e populações da zona

CAMARADAS FALECIDOS

José Vicente Simplício

Vítima de brutal acidente, faleceu no passado dia 23 de Novembro o camarada José Vicente Simplício, de 71 anos, natural e residente na freguesia de Santa Iria de Azóia, onde era muito estimado. A sua morte, que só agora noticiamos por dela termos tido conhecimento já depois do fecho da nossa edição da semana passada, causou profundo pesar entre todos os que com ele conviviam. Camarada muito activo e dedicado, estava ligado ao Partido desde a clandestinidade. Foi membro da Comissão de Freguesia de Santa Iria e responsável pela venda e difusão do «Avante!» quer na Freguesia quer na célula da Covina, tendo integrado uma representação de divulgadores do «Avante!» à URSS.

Jorge Manuel Jesus Pereira

Faleceu no passado dia 23 de Novembro, o camarada Jorge Manuel Jesus Pereira, de 47 anos, médico veterinário. Membro do Partido desde o 25 de Abril, era muito estimado, tendo sido responsável por muitas explorações agropecuárias da reforma agrária.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Carlos Carvalho no distrito de Leiria PS devia ter vergonha

Na semana passada, o Secretário-geral do PCP deslocou-se ao distrito de Leiria, onde, depois de ter visitado importantes empresas da zona, se deslocou à Marinha Grande e a Marrazes, terminando com um comício na Marinha Grande.

A deslocação de Carlos Carvalho ao distrito de Leiria teve início na tarde de terça-feira da semana passada, em Vieira de Leiria, com uma visita à empresa Tomé Feteira e depois à Fábrica de Vidro Dâmaso, tendo o Secretário-geral do PCP tido oportunidade de contactar os seus trabalhadores. Na Marinha Grande, onde chegou ao fim da tarde, Carlos Carvalho participou numa arruada no Centro Histórico da cidade, tendo daqui partido para um animado e concorrido jantar de candidatos e apoiantes da CDU em Marrazes. À noite, na Marinha Grande, a CDU encerrou o seu dia de campanha com um grande comício realizado no Sport Império Marinhense.

Na intervenção que proferiu no comício, Carlos Carvalho, referindo-se ao «imaginário «acordo secreto» PCP-PSD» e aos «delirantes entendimentos PCP-PSD contra o PS» que, nos últimos dias, os dirigentes do PS inventaram como tema de campanha, disse não saber se eles davam «vontade de rir ou vontade de chorar».

«Uma vez espremido tudo o que Guterres, Jorge Coelho e António Costa invocaram para

demonstrar este fantástico «entendimento», só resta como espantoso «fundamento» o facto verdadeiro de o PCP nuns sítios e o PSD noutros estarem pelos vistos a cometer o crime de lesa-PS que é apresentarem listas e concorrerem às eleições!»



Em Leiria, a comitiva da CDU, integrando o Secretário-geral do PCP, contactou trabalhadores da região

Com efeito, para o Secretário-geral do PCP «o PS acha que a CDU não devia concorrer em distritos do Norte porque as candidaturas da CDU não facilitariam a vida ao PS, nas suas dispu-

tas com o PSD. Mas, por outro lado, o PS acha que, em distritos do Sul, já era o PSD que não devia concorrer porque as candidaturas do PSD aí não facilitariam a vida ao PS nas suas disputas com a CDU.»

Uma teoria, «com a qual o PS ganharia em todos os carrinhos», prosseguiu Carlos Carvalho, afirmando que «o que o PS vem dizer é que têm andado enganados todos os portugueses que sensatamente pensam que, havendo elei-

O PS julga-se «o centro, o dono e o patrão da democracia» e «reduz a democracia ao seu umbigo e o seu conteúdo à visão totalitária dos seus interesses egoístas», acusou Carvalho, considerando, entretanto que o PS vai ainda mais longe, já que «é de facto preciso ter muito pouca vergonha na cara para vir falar de pretensas alianças PCP-PSD um partido como o PS que já governou com o CDS e com o PSD e que, nestes dois últimos anos de Governo, se tem aliado constantemente ao PSD em todas as questões fundamentais - na revisão constitucional, no Orçamento de Estado, na moeda única, nas propinas, na imposição de baixos salários, na recusa do aumento extraordinário de reformas proposto pelo PCP, nas complicações criadas à marcha para a regionalização, etc., etc.».

Por tudo isto, o Secretário-geral do PCP deixou um aviso os portugueses: «de cada vez que um dirigente ou candidato do PS falar de «entendimentos» entre o PCP e o PSD nestas autárquicas, o que isso verdadeiramente quer dizer é que os dirigentes do PS estão cheios de saudades das eleições autárquicas de 1985 em que, com Cavaco Silva já a líder do PSD, o PS fez mais de quarenta coligações com o PSD contra a CDU (numa tentativa de enfraquecer a CDU que, mesmo assim, falhou)».

CDU/Portel

Confiança marca campanha eleitoral



A CDU espera reforçar maiorias em Portel

No passado sábado realizou-se em Portel uma sessão-convívio em que participaram cerca de 500 portalenses, enchendo o pavilhão da Associação Artística. A sessão decorreu num ambiente de grande animação e de enorme confiança na renovação reforçada das maiorias CDU nas autarquias deste concelho alentejano.

Usaram da palavra António Galhordas e Vidigal Amaro, candidatos à reeleição para as presidências da Assembleia e da Câmara Municipais, e Octávio Teixeira que acusou o ministro dos Assuntos Parlamentares de «mentira e detur-

pação» por uma sua recente intervenção num comício eleitoral do PS, contra as autarquias CDU. Desmentindo o ministro, Octávio Teixeira lembrou que «a CDU gere cinco dos catorze municípios mais populosos do País» e atacou a deturpação do ministro, afirmando: «o que provoca a desertificação do interior do País é o desemprego e a falta de políticas adequadas para o desenvolvimento económico regional, e isso não é da competência das autarquias locais, mas sim da responsabilidade exclusiva do Governo do PS».

Sintra

SIC promove candidatura PS

A propósito do debate programado pela SIC com Edite Estrela e o candidato da CDU Lino Paulo sobre eleições autárquicas em Sintra, a direcção de candidatura da CDU neste concelho emitiu um comunicado onde afirma ter sido «com surpresa» que Lino Paulo tomou conhecimento do anúncio da sua participação em tal debate, cujo «interesse e

necessidade», conforme diz, não está em causa.

A verdade é que, «depois de um primeiro contacto exploratório e relativamente impreciso» para um debate, a SIC não mais contactou a candidatura de Lino Paulo que, aliás, discorda do «figurino» do mesmo. Em sua opinião, o debate deveria realizar-se entre os principais candidatos em presença e com espaço

de tempo suficiente «para uma troca séria de opiniões capaz de contribuir para o esclarecimento da população».

Ora, Lino Paulo «disponibilizou-se para participar no debate desde que no mínimo fosse garantida a presença dos principais candidatos, tendo-se para isso apresentado nas instalações da SIC» que, apesar de ter tido «em tempo útil» estes elemen-

tos, optou pela realização de um «monólogo» com Edite Estrela.

«Inexplicavelmente», a SIC e a sua Direcção de Programas não só «omitiram» as razões que sustentaram a posição do candidato da CDU como ainda «aduziram um conjunto de inverdades e falsos argumentos que só confirmam a forma pouco séria» com que «para promover a candidatura do PS» - conduziu o processo.

CDU

NACIONAL

Porto

CDU define prioridades para a cidade

Requalificação urbana e urbanismo são tema de uma declaração pública da CDU da cidade do Porto, que sublinha a importância da escolha de prioridades nesta área, dada a urgência das medidas a tomar e os avultados meios financeiros necessários.

A CDU do Porto lembra "o atraso na resolução de carências importantes do Porto, designadamente em infra-estruturas de saneamento

básico e equipamentos essenciais a uma vida urbana aceitável, aliado a novos problemas económico-sociais decorrentes do envelhecimento da cidade, de níveis de desemprego elevados e de fenómenos de marginalidade crescentes, da degradação do parque habitacional na zona antiga, do estado de abandono de muitos bairros sociais e da existência de cerca de 600 ilhas com poucas condições de habitabilidade".

Um quadro que, de parados atrasos registados na construção do programa habitacional que a Câmara Municipal do Porto se propôs realizar, exige dar urgente prioridade a um conjunto de acções.

Na Declaração pública agora divulgada, a CDU do Porto indica, como **acções prioritárias**:

- **Requalificação e integração urbana** dos bairros municipais e zonas antigas,

"recuperando habitações e espaços envolventes, dotando-os de equipamentos sociais, culturais e desportivos e de equipas de técnicos e outros trabalhadores municipais";

- **Reabilitação de ilhas** e do centro histórico alargado, exigindo do governo um programa especial de financiamento;

- **Construção de novas habitações sociais**, incluindo o PER - Programa Especial de Erradicação de Barracas;

- **Maior segurança pública**, intensificação da luta contra o comércio da droga, criação de mais centros de apoio a toxicodependentes e desenvolvimento de acções de prevenção;

- **Cobertura de toda a cidade pelo saneamento básico** a preços acessíveis, incluindo - a água necessária e de qualidade, melhoria significativa da limpeza urbana, rede municipal de esgotos, estações de tratamento de águas residuais (ETAR's).



Requalificação urbana é uma das preocupações da CDU no Porto

Lisboa

Câmara promove reinserção social

Na passada terça-feira, a Câmara Municipal de Lisboa, através do Pelouro de Ambiente e Espaços Verdes, de que é responsável o vereador Rui Godinho, assinou um protocolo com a Direcção-Geral de Serviços Prisionais e «O Companheiro - Associação de Fraternidade Cristã».

O protocolo, que terá a duração de um ano a contar da sua celebração e visa integrar cidadãos que se encontram a cumprir penas em estabelecimentos prisionais, tem como objectivo promover «formas concretas para a reinserção social dos reclusos, facultando-lhes o acesso ao trabalho, à formação profissional, à cultura e ao desporto e promovendo a melhoria da sua situação económica, pre-



Lisboa - uma cidade com perspectivas

venindo e combatendo situações de carência, geradoras de exclusão social».

Assim, no protocolo está prevista a colocação na Câmara Municipal de Lisboa de reclusos e ex-reclusos indicados pelas outras duas entidades, para a concretização de tarefas específicas, designadamente na área da limpeza e embelezamento de vias públicas, jardins e espaços verdes. À Câmara compete definir tarefas, coordenar trabalhos e

fornecer os equipamentos necessários, pagando a cada recluso ou ex-recluso um subsídio mensal de 71.500\$00 (dos quais 65 000\$00 irão para o próprio) e ainda um subsídio de refeição.

Também por iniciativa do Pelouro do Ambiente, a Câmara Municipal de Lisboa assinou ontem um protocolo para a elaboração pelo Instituto Superior Técnico da **Carta de Ruído da Cidade de Lisboa**.

Rui Godinho explicou que a concretização desta Carta de Ruído - equipamento estratégico para a qualidade de vida ambiental da cidade, que envolve um investimento de mais de 23 mil contos - obedece à «política ambiental de planeamento e gestão da cidade» e visa reduzir e controlar o ruído ambiente.

A duração do trabalho está estimada em 18 meses e o Instituto Superior Técnico - Centro de Análise e Processamento de Sinais compromete-se a «produzir trimestralmente um relatório de progresso dos trabalhos efectuados, demonstrativo do andamento dos trabalhos e dos resultados parcelares alcançados».



O Alentejo precisa de uma outra política económica

Alentejo Conselho da Região critica política orçamental

A elevadíssima taxa de desemprego, a não concretização de reformas estruturais, a crescente desertificação e envelhecimento do Alentejo, são alguns dos grandes problemas abordados pelo Conselho da Região, que alerta para a transformação da zona "na penúltima região mais atrasada das 175 regiões da União Europeia".

No documento aprovado na sua última reunião, o Conselho refere números e questões concretas relativas aos diferentes programas de desenvolvimento.

O fraco investimento no interior alentejano surge como uma das críticas fundamentais.

"O PIDDAC 98 mantém a mesma orientação do passado, concentrando 85,31% do investimento nos distritos do litoral, onde o eleitorado tem um enorme peso, e apenas 14,68% no interior do país, onde o eleitorado tem um peso muito menos significativo", sublinha-se no documento, que denuncia que os três distritos do Alentejo recebem apenas 4,97% do total do PIDDAC, enquanto o distrito de Lisboa "arrecada mais de um terço do total para o próximo ano".

Também em relação ao PORA / Programa Operacional da Região Alentejo, o reforço financeiro considerado é o mais baixo de todas as regiões do país - denuncia o documento - "quando as Câmaras Municipais do Alentejo conseguiram a melhor taxa de execução dos Programas Operacionais Regionais de todo o país" e já apresentaram novos projectos "necessários para o progresso económico e social e criação de emprego na Região".

Na apreciação do PEDIZA / Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva, o Conselho da Região é particularmente crítico.

Assim, considera-se que os impactos do PEDIZA, com vista a atacar o problema do desemprego, são muito reduzidos e não são considerados na reestruturação fundiária, na reconversão e produção agrícola, na indústria transformadora agro-alimentar e florestal, nem nos sistemas de comercialização.

Simultaneamente, não são identificadas as possíveis fileiras de produção nem as principais sinergias. "Identificação necessária, tanto para uma correcta e fundamentada planificação estratégica, como para a definição de projectos concretos e prioridades de investimento e de incentivos".

Por último, o documento critica o modelo de gestão centralizadora e partidário, seguido pelo governo, em que "as autarquias, como os sindicatos e os núcleos empresariais, são excluídos da Unidade de Gestão e remetidos para uma Comissão de Acompanhamento, sem quaisquer poderes".

Neste quadro, o Conselho da Região do Alentejo considera que, no PEDIZA, deverão ser consideradas as seguintes questões: condições para o acesso à terra "pelos jovens, pelos pequenos e médios agricultores, renteiros, seareiros e trabalhadores agrícolas"; discriminação positiva para os sectores considerados como sectores de base, com particular atenção à transformação da cortiça, sector agro-alimentar e produção de máquinas e equipamentos; integração progressiva das grandes infra-estruturas na base económica regional; criação de um subprograma que enquadre a criação de cerca de 13 barragens autónomas de Alqueva; criação de um Centro de Investigação e Experimentação para o Regadio e de um Instituto para a Produção e Transformação da Cortiça; despartidarização e desgovernamentalização do modelo de gestão do PEDIZA.

CDU na Internet

Uma presença bem organizada e contendo todas as informações que podem interessar aos «navegantes» da Internet, distingue também aqui a CDU das outras forças políticas.

Uma consulta à página da CDU (<http://www.pcp.pt/autarq/autarq97/autarq97.html>) faculta, assim, a quem o desejar, não só informações sobre listas e currículos dos candidatos da Coligação a nível nacional como, entre outros dados, iniciativas, leit motiv ou temas musicais da campanha.

TRABALHADORES



A luta pelas 40 horas - que tem envolvido trabalhadores de todo o País - foi uma das questões abordadas pelos Sindicatos de Setúbal

União dos Sindicatos de Setúbal O voto pelos direitos

A actual situação político-social, o balanço da quinzena pelas 40 horas e as próximas eleições autárquicas foram as grandes questões abordadas na resolução político-sindical aprovada, dia 4 de Dezembro, pela direcção da União dos Sindicatos de Setúbal.

Em véspera das eleições autárquicas, o documento sindical sublinha a ligação entre o "quadro de ataque aos direitos dos trabalhadores, de aumento do desemprego" e a importância que o acto eleitoral assim adquire, e exorta ao voto "para melhorar as condições de vida das populações" e contra "a política de privatizações (quer de empresas, quer de serviços como a água), pelo emprego, por melhores salários, pelos direitos, pelas 40 horas".

Da análise da situação político-social ressalta a

falta de vontade política do actual governo para resolver os graves problemas que afectam os trabalhadores e a situação do desemprego no distrito de Setúbal.

A resolução sublinha, em particular, que "o Orçamento de Estado para 1998 irá aumentar as desigualdades e as injustiças sociais, irá acelerar o processo das privatizações, liquidando instrumentos fundamentais para a intervenção do Estado na dinamização da economia".

Quanto ao problema do desemprego, são referidos números concretos - 48.500 desempregados, dos quais metade de longa duração, a que acresce a pressão para o desemprego na Quimigal, Plasquisa, na Petrogal, na BIC, no grupo corticeiro Esence, na Norport, na CP, na EMEF, na Soflusa, e muitas outras empresas do distrito.

O balanço da quinzena pelas 40 horas realça a determinação dos trabalhadores na "luta pela resolução dos seus problemas", uma vez mais demonstrada pelas acções desenvolvidas - quase uma centena de plenários nos vários sectores de actividade do distrito; as greves dos trabalhadores dos Correios,

administração pública central e local e enfermeiros; a acção de luta realizada a 25/11, em Setúbal, pelos trabalhadores dos serviços municipais, na exigência de resolução dos seus problemas e denúncia do processo de privatização da água, e que contou com a solidariedade activa de outros trabalhadores.

A direcção da União lembra ainda que "o ano de 1998 irá ser um ano de extrema importância para a defesa do sistema da Segurança Social, tendo em conta as posições já conhecidas da Comissão do Livro Branco", pelo que se irá empenhar activamente na Semana em Defesa da Segurança Social que decorrerá de 12 a 1 de Janeiro de 1998.

Esence Solidariedade com trabalhadoras ameaçadas de despedimento

Dirigentes e activistas da União dos Sindicatos de Setúbal fizeram uma concentração, dia 4 de Dezembro, junto da Esence - Sociedade Nacional de Cortiça, no Barreiro, de solidariedade com cinco trabalhadoras, ameaçadas de despedimento por não se terem sujeitado à prepotência do patrão que pretendeu impor-lhes como castigo "cortar o mato que rodeava a empresa".

Na concentração foi aprovada uma resolução, entregue à administração da empresa, em que se sublinha o total desrespeito demonstrado pela entidade patronal "pelas funções das trabalhadoras, pelo contrato e pela lei, em indistigável represália pelo facto de as trabalhadoras terem ganho em tribunal um processo que definiu o conteúdo das suas categorias".

Na resolução exige-se: a imediata reintegração das cinco trabalhadoras; a intervenção do Governo Civil de Setúbal.

Dia 5, as cinco trabalhadoras, acompanhadas por dirigentes do Sindicato dos Corticeiros e da União dos Sindicatos de Setúbal, reuniram com o governador civil de Setúbal.

Na reunião ficou claro que a atitude do patrão da Esence significa um atentado aos próprios valores democráticos. O governador civil mostrou-se sensibilizado em relação à situação e comprometeu-se a intervir no sentido de repor a legalidade democrática.

A União dos Sindicatos de Setúbal e o Sindicato dos Corticeiros do Sul irão continuar a utilizar todos os meios ao seu alcance no sentido da reintegração destas cinco trabalhadoras.

Administração Local exige reestruturação de carreiras

Delegações conjuntas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) fizeram entrega, no passado dia 4 de Dezembro, de um projecto de carreiras, em simultâneo ao primeiro-ministro, ministro do Planeamento e Administração do Território e secretária de Estado do Orçamento.

Nenhuma das delegações foi recebida pelo governo, que as remeteu para pessoal de apoio dos respectivos gabinetes. Na residência oficial do primeiro-ministro, houve mesmo recusa de receber a documentação.

Este projecto de carreiras constitui a contraproposta dos Sindicatos da Administração Local ao projecto apresentado pelo governo e referente ao regime geral. O projecto apresentado pelos sindicatos contém ainda as carreiras específicas da Administração Local.

A reestruturação de carreiras é um compromisso assumido pelo governo no acordo de 96, que previa a sua conclusão para 31 de Outubro de 1997.

Telecom

Trabalhadores denunciam má gestão de recursos humanos

"A realidade existente" na Portugal Telecom é alvo de múltiplas críticas por parte da Comissão de Trabalhadores que, em comunicado à imprensa, sublinha que a empresa não pode ser gerida com medidas de curto prazo, antes se impõe dotá-la de "políticas e planos de desenvolvimento sustentado de longo prazo, criando-lhe condições de estabilidade compatível com as necessidades do país e do futuro face à concorrência".

As críticas fundamentais da Comissão de Trabalhadores vão para a organização e gestão de recursos humanos.

Em causa estão diversas medidas que, nesta área, têm vindo a ser (ou não) tomadas, nomeadamente - o acréscimo de membros do Conselho de Administração (que passou de 7 para 19); reestruturações/alterações sem que se perceba os objectivos a atin-

gir; admissão de novos quadros sem que seja dada oportunidade aos recursos humanos disponíveis; concursos internos com "informações e desinformações constantes"; substituições de quadros competentes por inaptos para as funções para que são nomeados.

Um quadro em que a Comissão de Trabalhadores sublinha que "a solução não é mudar pessoas (com base na confiança política), a solução passa por nomear as pessoas pelo seu perfil e pela sua capacidade técnica, passa por definir um projecto político claro e um modelo de desenvolvimento correcto para as telecomunicações, de modo a criar as condições para que a empresa cumpra integralmente as suas funções de grande polo dinamizador do desenvolvimento económico, social e

cultural do povo português". "Consultoria/empreitadas/outsourcing" é outra das áreas alvo de profundas críticas por parte da Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom que denuncia o recurso a serviços externos

onde a empresa "tem capacidade humana e técnica para responder cabalmente às necessidades dos serviços e à satisfação dos clientes" e "técnicos conceituados e que se encontram em subaproveitamento".

Trabalhadores da função pública com subsídios de Natal em atraso

Os trabalhadores da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT) estão com o subsídio de Natal em atraso, não sabendo quando o irão receber. De acordo com a legislação em vigor, este deveria ter sido pago com o vencimento de Novembro.

Uma situação que se deve - segundo a ex-presidente daquele organismo, que entretanto deixou este problema

por resolver - ao facto de a CCRLVT ter que suportar o diferencial dos vencimentos com receitas próprias, nomeadamente provenientes de vendas de serviços, porque o orçamento de Estado é insuficiente para o pagamento dos vencimentos.

Desde Julho que terá sido solicitado o necessário reforço de verbas, sem que até à data nada tenha sido resolvido.

Face a esta situação, a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores manifestou o seu protesto junto da Secretaria de Estado do Orçamento, do secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e do secretário de Estado da Administração Pública, exigindo urgente tomada de medidas para que as obrigações legais do Estado para com os trabalhadores sejam cumpridas.

TRABALHADORES

Teresa Ávila mandou fechar os portões

A responsável pela gerência da empresa Cabos Ávila, cujos trabalhadores estão desde final de Novembro em luta pelo pagamento de salários e pela garantia de viabilização da empresa, mandou anteontem encerrar os portões da fábrica.

Os trabalhadores decidiram paralisar desde 28 de Novembro, por não terem sido pagos os ordenados desse mês e parte do mês de Outubro. Desde essa sexta-feira a gerência não voltou a comparecer na empresa, fazendo Teresa de Ávila a ligação às hierarquias apenas por telefone, a partir do escritório da sua empresa Cablexport (também de cabos eléctricos, mas onde não se verifica a participação de outros herdeiros, como na Cabos Ávila).

Na noite da passada quinta-feira - depois de uma semana de pressões e chantagem sobre os trabalhadores para tentar fazê-los desistir da luta -, os trabalhadores que se mantinham na empresa de Alfragide foram surpreendidos pela chegada de vários graduados da PSP, alegadamente chamados para pôr termo ao «sequestro» da gerência.

Segundo os representantes dos trabalhadores, esta operação terá partido da própria Teresa de Ávila, envolvendo o secretário de Estado Armando Vara, o governador civil de Lisboa e mesmo o ministro Jorge Coelho. Teriam sido mobilizadas ainda forças dos GOEs.

Pouco antes de se iniciar um plenário de trabalhadores, na sexta-feira à tarde, dirigentes do

Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas exigiram, em declarações aos jornalistas presentes à porta da empresa, que o Governo intervisse para repor a normalidade na empresa, mas não com meios policiais. Como o Estado é o credor maioritário (com 65 por cento dos 3,5 milhões de contos devidos em 1995), o Governo deveria providenciar para que fosse nomeada outra gerência, de modo a garantir o pagamento de salários, o pagamento a fornecedores e a retoma da laboração. «Com esta gerência, a empresa não tem futuro», declararam os dirigentes do SIESI, claramente apoiados pelos trabalhadores que os acompanhavam à entrada da fábrica (limite que os jornalistas estavam impedidos de ultrapassar).

Foram alvo de severas críticas as declarações públicas de Teresa de Ávila. Para os trabalhadores, não se compreende como é que pode a gerente afirmar que a paralisação estava a provocar um prejuízo de dez mil contos por dia, quando os números mais recentes indicavam para uma facturação de 40 mil contos por mês.

O SIESI e a Comissão de Trabalhadores defendem que a empresa dos Cabos Ávila é viável e tem lugar no mercado, mas

precisa de respeitar os seus compromissos perante os clientes, os fornecedores e o pessoal.

Os representantes dos 230 trabalhadores têm procurado manter contactos com os ministérios do Trabalho e da Economia e com outros herdeiros, de cujo apoio Teresa de Ávila não dispõe.

A situação dos Cabos Ávila foi já levada à Assembleia da República, através de um requerimento ao Governo, pelos deputados comunistas António Filipe e Bernardino Soares.



Os trabalhadores defendem que a empresa é viável e os 230 postos de trabalho podem ser defendidos, mas com outra gerência

Grande adesão à greve pelas 40 horas sem burla Não pensem que nos cansam!

Mais de 50 mil trabalhadores fizeram greve no passado sábado, no Norte do País, com grande impacto em toda a bacia do Ave, paralisando e encerrando as principais empresas têxteis - afirma a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles.

Esta jornada de luta, primeira realizada depois de se entrar na segunda e última fase da redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais, «foi a maior dos últimos meses», afirma a Fesete/CGTP, numa nota de imprensa distribuída na tarde de sábado e onde salienta que à greve aderiram também trabalhadores de «empresas que nunca tinham paralisado ao longo destes últimos meses de luta» contra o roubo das pausas e pelo fim do trabalho ao sábado.

Realçando que «o Governo não pode continuar a adiar o cumprimento das suas promessas e uma intervenção séria que ponha fim ao conflito» que se arrasta há um ano e que

«tem trazido custos muito elevados aos trabalhadores», a federação declara aceitar a proposta do novo ministro do Trabalho, para que sejam feitas visitas tripartidas às empresas onde o problema subsiste.

Para a Fesete, a ida de representantes patronais, do Governo e dos sindicatos às fábricas, para ouvir os argumentos de patrões e trabalhadores, deverá constituir «um contributo positivo para o total esclarecimento da razão que assiste aos trabalhadores e para o fim do conflito». «Aguardamos das associações patronais a mesma disponibilidade», desafia a Federação Têxtil.

No comunicado, a Fesete deixa um aviso aos patrões que

resistem à redução efectiva do horário: «Não pensem que cansam os trabalhadores, diminuem a sua resistência e, por essa via, perpetuam a burla na aplicação da lei. A greve de hoje é um sinal claro de que os trabalhadores estão dispostos a continuar a luta pelos seus justos e legítimos direitos.»

A disposição de luta dos trabalhadores, refere a federação, é reafirmada pela participação nas greves do calçado, dia 4, e do vestuário, malhas e têxteis-lar, no dia 5, que elevam para 60 mil o número de assalariados em greve no sector durante a semana passada.

Petrogal

Até ontem os trabalhadores da informática da Petrogal aguardavam que a administração evoluísse satisfatoriamente nas suas posições quanto à

entrega do serviço à multinacional EDS. As organizações sindicais, num plenário realizado quinta-feira, ficaram mandatadas para marcar nova greve, se tal não suceder.

Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, a greve da semana passada teve uma adesão de 76 por cento, no primeiro dia, e 78 por cento, no segundo.

No comunicado em que dá conta dos resultados da paralisação, a Fequifa/CGTP recorda que «os trabalhadores consideram que as condições oferecidas pela EDS não são aceitáveis e, como tal, querem continuar na Petrogal, mas a exercer funções efectivas, e não na situação de disponibilizados, como pretende o Conselho de Administração, pelo que reclamam que lhes seja apresentado um plano concreto de recolocação».

Falhou acordo no comércio de Setúbal

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul decidiu pedir a mediação do Ministério do Trabalho na revisão do contrato colectivo de trabalho do Comércio do distrito de Setúbal.

Em comunicado, citado anteontem pela Lusa, o CESSul/CGTP refere que a Associação do Comércio do Distrito de Setúbal não chegou a acordo com o sindicato em questões salariais, propondo apenas um aumento de 61 escudos por dia. Segundo o sindicato, a associação patronal recusa ainda a regulamentação do meio-dia de descanso complementar, a que os trabalhadores têm direito pela redução do horário para 40 horas. Caso não haja uma solução concertada para negociação, a estrutura sindical ameaça vir a encetar formas de luta e de protesto.

Continente não cumpre

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e

Serviços do Distrito de Coimbra solicitou na semana passada a intervenção da Inspeção do Trabalho no hipermercado Continente da capital do Mondego.

Na missiva enviada ao delegado coimbrão do IDICT, o sindicato afirma que a empresa não tem cumprido a legislação no que respeita à disponibilização de um espaço nas suas instalações para o exercício da actividade sindical e para afixação de informações relativas à vida sindical e aos interesses socioprofissionais dos trabalhadores.

O documento, citado pela Lusa, refere que o responsável pelo estabelecimento tem argumentado com «indisponibilidade de sala e de local». Segundo Joaquim Serrão, da estrutura sindical no hipermercado, «no Continente de Coimbra há instalações disponíveis, mas se não existissem a empresa teria meios financeiros para as conseguir».

Calçado em luta contra salários de miséria

Centenas de trabalhadores do sector do calçado de S. João da Madeira e Santa Maria da Feira saíram à rua na passada quinta-feira, para exigir da associação patronal (Apiccaps) um aumento justo dos salários, noticiou a Lusa, citando o sindicato do sector.

No mesmo dia, teve lugar no Porto uma concentração, junto às instalações da Apiccaps, com o mesmo objectivo, promovida pela Federação dos Sindicatos Têxteis, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal.

As estruturas da CGTP-IN têm participado, durante o mês de Novembro, em negociações com os representantes patronais para revisão do contrato colectivo de trabalho da indústria do calçado e malas. Contu-

do, «as negociações têm-se desenvolvido com uma postura dos industriais do calçado profundamente negativa», refere uma resolução aprovada no Porto e divulgada pela Fesete/CGTP.

Migalhas e milhões

«Os industriais têm o desplane de apresentar propostas de 50 escudos de aumentos diários, o que, para um operário de primeira, consagra uma actualização salarial de 1540 escudos mensais», protesta-se no documento, notando que tais números representam cerca de 1,6 por cento de subida da massa salarial. E «ainda mais vergonhoso é apresenta-

rem uma actualização no subsídio de alimentação de 5 escudos diários, elevando-o de 250 para 255 escudos».

Para os sindicatos, «esta postura nada tem a ver com a excelente situação económica do sector do calçado». «A concretizarem-se as propostas do patronato, estas iriam aumentar ainda mais a exploração dos trabalhadores», denuncia-se na resolução.

No documento são apontados diversos factos que mostram que «o sector do calçado continua a estar bem», registando-se um aumento das exportações de 7,5 por cento, em média, no período de 1990 a 1996. De acordo com a própria associação patronal, prevê-se que no primeiro

semestre deste ano seja contabilizado um aumento ainda maior das exportações.

A par das expectativas optimistas dos empresários, a produtividade aumenta a um ritmo anual de cerca de 5 por cento.

«Num sector com todas as performances descritas, sendo os segundos exportadores da Europa, a seguir aos italianos, não se pode aceitar que apresentem salários líquidos médios para os operários na ordem dos 63 mil escudos» - reclamam as estruturas sindicais, defendendo «que a riqueza seja melhor distribuída, que os salários sejam aumentados e que se acabe com colecções de ferraris provenientes das mais-valias produzidas no sector».

Início do recenseamento no Saara Ocidental

O recenseamento para o referendo de autodeterminação do Sahara Ocidental teve início no dia 3 de Dezembro, seis anos após a sua suspensão. O primeiro dia decorreu «com normalidade e num ambiente distendido» e permitiu a identificação de 181 sarahuis, de acordo com uma fonte da Minurso (a missão da ONU encarregue do referendo), citada pela agência Lusa. Os dois primeiros postos de identificação foram abertos no acampamento da Frente Polisário de Smara, no deserto argelino de Tinduf, e em El Aiun, zona ocupada por Marrocos. O recenseamento terá a duração de seis meses e o referendo está previsto para Dezembro de 1998.

Iraque não praticou «ilegalidades»

A Agência Internacional da Energia Atómica afirma, num relatório enviado ao secretário-geral da ONU, que o Governo de Bagdad não praticou actividades ilegais no campo nuclear no período em que os inspectores das Nações Unidas saíram do país. «É altamente improvável que actividades proibidas tenham ocorrido no domínio nuclear, ou que material e equipamentos significativos tenham sido levantados durante os 23 dias de ausência do Iraque dos inspectores», lê-se num comunicado da organização.

Violência contra estudantes em Marrocos

A Organização Marroquina de Direitos Humanos veio a público na quinta-feira passada denunciar as intervenções violentas da polícia contra os estudantes das universidades de Fez, Casablanca e Tanger e exigir a constituição de uma comissão de inquérito. Os estudantes de Fez organizaram durante vários dias manifestações de protesto no recinto da universidade contra a falta de transportes públicos. Vários estudantes ficaram feridos e muitos foram presos. Fontes estudantis afirmam que se registou um morto, na sequência de uma intervenção policial.

Espanha

Dirigentes do Herri Batasuna condenados

O processo provocou os protestos do HB, dos observadores internacionais e de vários partidos e sindicatos

No dia 1 de Dezembro, após cinco semanas de julgamento, o Tribunal Supremo espanhol anunciou que os 23 membros da Mesa Nacional do Herri Batasuna foram condenados a sete anos de prisão cada um, bem como ao pagamento de 500 mil pesetas.

Estes dirigentes do partido basco, 11 dos quais são parlamentares e ocupam cargos eleitos, foram considerados culpados num processo que pôs em causa um vídeo - que não chegou a ser divulgado pelo Herri Batasuna - que continha uma proposta de paz da ETA. Os arguidos recusaram-se a entregarem-se voluntariamente, afirmando que «não faremos as malas para entrar na prisão».

O processo provocou os protestos do HB, de um conjunto de observadores internacionais e de diversas formações políticas e sindicais espanholas.

«A sentença condenatória é uma consequência de uma linha de conduta que não passou despercebida para ninguém, inclusivamente no terreno internacional. É uma ameaça às possibilidades de paz. É um acto que

se opõe a uma atitude social e política no seio do nosso povo que estende as mãos à paz e encontra um duro castigo repleto de arrogância, incompreensível de todos os pontos de vista», declara a Comissão de Relações Internacionais do Herri Batasuna numa nota à imprensa.

Ao mesmo tempo, o HB volta a acusar o governo de ter pressionado os juízes para uma sentença condenatória e de perseguir a difusão de propostas políticas e de recusar o direito de expressão e divulgação. Defende também que as acusações «não fundamentaram em absoluto os pedidos de prisão, apresentando tão-somente um atestado policial da Guarda Civil e dos peritos deste corpo policial, que foram acusados de parcialidade evidente e improcedência».



Para os observadores internacionais, o julgamento foi um «escândalo e uma vergonha internacional». Rosa Coutinho considera a condenação «uma vergonha, que mostrou a falta de independência do tribunal». «Esta sentença trará consequências graves e que os principais culpados estão no governo espanhol», acrescentou.

Jean Pierre Garbade, da Liga Internacional de Juristas, assegura que «em Madrid pude comprovar que se tratava de um julgamento de guerra, se confrontavam duas partes com linguagens distintas. O nacionalismo espanhol é incompatível com o nacionalismo basco. A Espanha actua como a Turquia face ao PKK (Partido dos Trabalhadores Curdo)». «Não se pode reivindicar a independência, não se pode falar... se não se pode pedir a independência, que caminho sobra para a alcançar?», interroga Garbade.

Reacções dos partidos e dos sindicatos

A Esquerda Unida (IU) considera que a sentença é «uma ameaça para o futuro da liberdade de expressão e um obstáculo para o processo de pacificação de Euskal Herria (País Basco)», e reitera o seu pedido à ETA «para que estabeleça de imediato uma trégua, para que num novo cenário político-social seja possível um espaço de encontro para o diálogo, a reconciliação e a superação de tanto sofrimento».

A IU defende a concentração dos detidos da ETA nas prisões mais próximas dos seus locais originais e a libertação dos presos que sofrem de doenças graves ou incuráveis ou que já cumpriram três quartos das penas.

O Partido Nacionalista Basco considera a condenação «inconcebível» e sublinha que em nenhum processo penal os

arguidos são condenados a penas iguais, «como se fossem 23 delitos clonados».

O PP de José Maria Aznar e o PSOE - partido que iniciou o processo - mostraram-se de acordo com a sentença.

Os sindicatos maioritariamente bascos foram unânimes em condenar a decisão do tribunal. Para o ELA, «a sentença é um êxito do governo e de quem apostou fortemente na via repressiva. Trata-se de uma agressão grave que não deveria deixar indiferente o conjunto da sociedade basca nem as suas instituições».

Por seu lado, o LAB considera que «estamos perante uma sentença que demonstra a evolução política com uma orientação neofranquista do Estado espanhol. A gravidade desta sentença deve ser interiorizada e respondida por todos os sectores da sociedade basca já que não se pode assumir um facto como este sem uma resposta política e social contundente».

Brasil

Lula candidato às presidenciais

A Frente das Oposições escolheu recentemente o seu candidato às eleições presidenciais de 1998: Luiz Inácio «Lula» da Silva. A coligação junta o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil, o Partido Democrático Trabalhista e o Partido Socialista Brasileiro, na luta pela derrota eleitoral do actual presidente Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se, nas palavras de Lula, de «um movimento pela conquista da cidadania e pela soberania para mudar a história do Brasil». «Não dá para ficar assistindo ao presidente afundando o Brasil sem sair para a rua. Temos que alertar o povo sobre o que está acontecendo», acrescentou o dirigente do PT.



Lula da Silva é o candidato da Frente das Oposições

Para ele, a recessão, o desemprego e o desprezo pelos «investimentos sociais» constituem os principais problemas do país. Afirmado-se contra as privatizações e os investimentos nas grandes empresas, Lula propõe que o Estado aplique esse dinheiro em empréstimos a pequenos empresários e produtores. «Como os governos (das províncias) do PT estão fazendo. Criando empregos com poucos recursos», afirmou.

A candidatura de Lula é apoiada nomeadamente pelo deputado José Machado e pelo senador José Eduardo Dutra. Também o governador de Brasília aplaude esta decisão. «Lula é a pessoa mais indicada para conduzir esse projecto alternativo de país», declarou Cristovam Buarque.

A contestação a Fernando Henrique Cardoso não pára de aumentar. Na semana passada realizaram-se diversas iniciativas contra o governo na cidade de São Paulo: manifestações, a Marcha de Emprego e o Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania. Partidos de esquerda, sindicatos e associações civis foram os organizadores destas actividades.

NATO considera Magreb uma ameaça

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) atribuiu ao quartel-general em Espanha «a salvaguarda do Estreito de Gibraltar», por considerar o Magreb uma fonte potencial de perigo. A informação consta de um documento confidencial intitulado «Estudo de longo prazo da Aliança Atlântica», divulgado a semana passada pelo diário espanhol «El Mundo».

Segundo o documento, citado pela Lusa, admite-se que o futuro quartel-general sub-regional da NATO em Espanha possa enviar «até 50 mil soldados para o Magreb numa eventual operação de manutenção da paz», em coordenação «com o comando regional de Nápoles». Aprovado pelos chefes de estado-maior dos 16 países membros da Aliança Atlântica, o documento faz notar que o comando sub-regional de Madrid se situa «numa região que, dada a proximidade com o Magreb, poderá vir a enfrentar riscos ligados a importantes movimentos transnacionais e de emigração maciços».

O ministério da Defesa espanhol veio a público dizer que não comenta «os temas abordados em documentos secretos», mas a Izquierda Unida (UI) não hesitou em afirmar que «os planos da NATO relativamente ao Magreb farão com que a Espanha

seja vista como um inimigo potencial pelos países da região».

«Se o governo espanhol não confirmar nem desmentir estas informações antes de 16 de Dezembro, tratar-se-á de uma falta de dimensão histórica», acrescentou a IU num comunicado distribuído à imprensa.

Entretanto, o secretário-geral da NATO, o espanhol Javier Solana, anunciou que antes do final de Fevereiro deverá ser tomada uma decisão sobre a nova força de paz na Bósnia que sucederá à Força de Estabilização (SFOR), cujo mandato termina em Junho.

Falando em Paris à Assembleia parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO), Solana sublinhou que a retirada da SFOR (cerca de 30 mil homens, entre os quais oito mil norte-americanos) «demorará três meses, talvez mais», e avisou que a comunidade internacional não deverá «amarrar-se a datas» antes de fixar um prazo para a presença de uma nova força de paz na Bósnia, mas sim ao progresso na normalização do país.

Uma nova operação exigirá um novo mandato da ONU e a confirmação da necessidade de manter uma presença militar na Bósnia após Junho de 1998.

Alemanha SPD inicia batalha eleitoral

O SPD quer ganhar as eleições legislativas alemãs marcadas para Setembro de 1998, «para fazer uma nova política», afirmou Oskar Lafontaine, o presidente do partido, ao encerrar os trabalhos do Congresso Nacional do SPD que decorreu a semana passada em Hannover. Lafontaine disse que os social-democratas provaram agora que são uma oposição eficaz e estão dispostos a voltar a assumir responsabilidades no governo.

Oskar Lafontaine, reeleito presidente do partido com 93 por cento dos votos dos 500 congressistas, proferiu um discurso exaltando a justiça social e criticando Kohl por ter promovido o egoísmo contra a solidariedade, referindo a propósito os ataques levados a cabo pelo actual governo contra os direitos sociais.

«As empresas não devem ter como primeiro objectivo o aumento da cotação das suas acções, antes devem ter consciência da sua responsabilidade face à sociedade» - disse Lafontaine, sublinhando que «uma sociedade que deixa tantos jovens excluídos não é uma sociedade humana».

As atenções do Congresso centraram-se contudo em torno do potencial candidato do SPD a chanceler nas legislativas do próximo ano, o ministro-presidente da Baixa-Saxónia Gerhard Schroeder, que exortou o

partido a unir tradição e modernismo na política económica.

«A inovação e o progresso têm de estar em consonância com a justiça social e com a igualdade de oportunidades», disse Schroeder.

Schroeder não poupou críticas «aos que se queixam e estão sempre à defesa», defendendo pelo contrário as «novas alianças» que se desenham entre os que «verdadeiramente trabalham», «os operários, os trabalhadores, os patrões», experimentando um «sentimento comum de partilha, de pragmatismo e de esforço».

A título de exemplo a seguir, Schroeder referiu o caso de um grande grupo do sector químico que «ultrapassou as dificuldades» graças à aceitação pelos trabalhadores de horas extraordinárias não pagas, a introdução da flexibilidade, a redução de salários e o abandono de prémios em caso de dificuldades conjunturais.

O ministro-presidente mostrou-se convicto de que, com o programa económico proposto pelo SPD, a Alemanha tem «boas hipóteses» de concorrer nos mercados internacionais, e atribuiu a crise existente a uma «política errada» do governo de Helmut Kohl.

«Mas temos pessoas motivadas e a nossa economia tem bases sólidas», acrescentou Schroeder, responsável por apresentar ao Congresso do SPD o novo programa económico do partido, que preconiza o crescimento e a modernização.

Criticando o excesso de burocracia do Estado, exigiu a remoção das barreiras que impedem a autonomia e a inovação, propôs que haja mais disposição para assumir riscos com o capital e aumente o apoio à iniciativa privada.

«Uma em cada duas empresas recém-fundadas fracassa por falta de capital», disse Schroeder, advogando que a Alemanha deve criar novos produtos e explorar novos mercados.

«Só o trabalho ao mais alto nível garante salários ao mais alto nível», advertiu Schroeder, alertando que se não houver inovação «haverá outras economias a produzir aquilo que vai ser necessário no futuro».

«As pessoas estão fartas da tática política, querem que haja uma nova dinâmica económica e querem não ter de viver no medo

permanente de perderem os seus postos de trabalho», afirmou.

O Tony Blair alemão

Para combater o desemprego, o SPD propõe no seu novo programa mais trabalho a tempo parcial e a flexibilização dos horários laborais, mas deixaram de falar no número máximo de horas semanais.

De referir, a propósito, que as propostas apresentadas pelos jovens do SPD não encontraram eco no Congresso. A juventude social-democrata defendia a redução do tempo de trabalho; a rejeição da institucionalização de um sector de emprego com salários reduzidos para os jovens, flexíveis e sem cargas sociais; e, sobretudo, o financiamento público de um vasto «programa de investimento de futuro, pelo emprego, ecologia e Alemanha de Leste».

Para Schroeder, que muitos consideram o Tony Blair alemão, «não há alternativa à economia de mercado», embora diga que «o mercado não é um fim em si mesmo, o Estado tem de o orientar e de impor justiça». Na sua óptica, como se apressa a explicar, isso «não constitui um travão à economia de mercado, antes pelo contrário, garante a sua aceitação pela sociedade».

Garantindo que o SPD continua a estar ao lado dos sindicatos,

Schroeder não deixou de enviar uma mensagem tranquilizadora aos empresários.

«Os empresários também podem estar certos de que queremos servir o país cooperando com eles, e não combatendo-os», assegurou Schroeder à grande indústria alemã, sublinhando que «só o esforço comum os tirará desta miséria, porque o governo em Bona não está em condições de o fazer».

Schroeder tem aparecido nas sondagens de opinião bem à frente de Helmut Kohl.

O encerramento do Congresso Nacional do SPD esteve a cabo de Oskar Lafontaine, que sublinhou o papel dos social-democratas como uma oposição eficaz e garantiu que o partido está disposto a voltar a assumir responsabilidades no governo.

O SPD quer ganhar as eleições legislativas marcadas para Setembro de 1998, «para fazer uma nova política», disse Lafontaine.

O presidente do SPD é, a par de Schroeder, a figura mais apontada como possível candidata a chanceler Federal. A escolha SPD só terá lugar no Congresso Nacional marcado para a Primavera de 1998, em Leipzig. Tudo vai depender, em boa medida, dos resultados de Schroeder nas eleições de Março para o parlamento da Baixa-Saxónia, onde vai tentar defender a escassa maioria absoluta que os social-democratas detêm no parlamento regional.

Acordo de paz na Nicarágua

A «Frente Unida Andrés Castro» (FUAC) e o governo nicaraguense assinaram um acordo de paz no passado dia 3, que prevê o desarmamento gradual do movimento. De acordo com o principal líder da FUAC, Edmundo Garcia Olivas, a organização está disposta a entregar entre 400 a 600 espingardas a curto prazo.

Eleições à vista na Índia

Seis dias depois do primeiro-ministro Inder Kumar Gujral se ter demitido, o presidente indiano dissolveu a câmara dos deputados na passada quinta-feira. A demissão do executivo de centro-esquerda Frente Unida de Gujral surgiu na sequência da incapacidade dos partidos coligados de chegar a acordo sobre algumas medidas governativas. Até às próximas eleições, que se devem realizar em Fevereiro ou Março de 1998, o governo demissionário continua a assegurar as suas funções.

Cólera alastra em Moçambique

A epidemia de cólera que atinge o sul de Moçambique já chegou à província de Manica, no centro do país, segundo declarações das autoridades sanitárias de Maputo. O director-adjunto de Saúde, Avertino Barreto, adiantou que esta doença já causou 209 mortes desde o registo do primeiro caso em meados de Agosto. A cólera surge sobretudo nas populações dos bairros suburbanos da capital e nalgumas localidades da província de Maputo.

Berlusconi condenado por falsificação

A Justiça italiana condenou Silvio Berlusconi a 16 meses de prisão por «falsificação de balanços», na passada semana. A pena do ex-primeiro-ministro e actual líder da direita italiana foi perdoada total e imediatamente. A condenação refere-se à falsificação de balanços da compra da cinemateca cinematográfica Medusa pelo grupo de que Berlusconi é proprietário, a Fininvest.

AMI

A teia da mundialização

Acordo multilateral sobre o investimento - AMI - Quem é que já ouviu falar nisto? Na clandestinidade, a mundialização estende a sua teia.

«Desde 1995, está em discussão na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) um acordo multilateral sobre o investimento (AMI), agrupando 29 países, entre os quais a França. As negociações são conduzidas com total ausência de debate público. O objectivo deste acordo é eliminar qualquer vestígio de controlo e qualquer tipo de barreiras à mobilidade dos capitais» - o alerta é do Observatório da mundialização, que organizou a semana passada um debate sobre o assunto na Assembleia Nacional francesa para, como afirmou, tirar as negociações da «clandestinidade».

O debate foi pródigo em exemplos preocupantes. Segundo Suzan George, directora do Instituto Transnacional e presidente do Observatório da mundialização, são os seguintes os «novos actores que impõem as novas regras e formas de disciplina que a mundialização deste fim de século está a

implementar»: empresas transnacionais, empresas financeiras, empresas «ideológicas» e os «lobbys».

O seu domínio, referiu aquela responsável citada por «L'Humanité», exerce-se através das instituições de Bretton Woods, da Organização Mundial do Comércio, e dos mercados financeiros. «É neste contexto - disse - que se situa o AMI, verdadeira carta dos direitos das empresas para comprar, vender, deslocar-se para qualquer lugar do mundo a seu belo prazer, sem serem incomodadas por nenhuma intervenção ou regulamentação governamental».

Para quem pensa tratar-se de exagero, aí fica o exemplo dado por Lori Wallache, um jurista americano: após a instalação da ALENA no México, este país procedeu já por três vezes a emendas à sua Constituição, designadamente no que respeita à reforma agrária, que impedia a formação de latifúndios.

«Pela primeira vez desde há cem anos, o agro-negócio americano compra vastas extensões de terra mexicana, expulsa os camponeses e importa a produção aos Estados Unidos», afirmou.

Segundo Nouri Albala, membro da Associação Internacional dos Juristas Democratas, a aberração no plano jurídico não tem paralelo, já que «o AMI concede

aos investidores todos os direitos e aos Estados todos os deveres. Tanto assim é que um investidor que se considere lesado pode recorrer directamente ao tribunal e exigir quer compensações, quer a revogação das legislações nacionais ou regionais. Não foi considerada a hipótese de um Estado se queixar de um investidor, o qual não está sujeito a nenhuma obrigação».

Os obstáculos levantados por alguns governos impediram a

assinatura do AMI em Maio último, como estava previsto. Foi então decidido mandar a OCDE para chegar a um «tratado autónomo», que será posteriormente generalizado eliminando direitos sociais como o salário mínimo, ajuda às empresas para a criação de empregos ou ajuda às regiões desfavorecidas. Uma vez assinado pelos países ricos da OCDE, o acordo será apresentado aos países em desenvolvi-

mento, que não lhe poderão introduzir modificações.

Esta questão, que tem passado praticamente despercebida em Portugal, não deixará de ter sérios impactos na situação socioeconómica do país. Mais preocupado com os resultados eleitorais e com a propaganda da sua alegada «obra feita», o Governo descarta um problema cujas consequências podem ser, para um país tão dependente como Portugal, verdadeiramente catastróficas. O debate é urgente.



Manifestação em Seul, onde os trabalhadores já começaram a pagar a factura ao FMI

Aos 18 anos, voltado para o futuro, com a CDU

Amadora concelho maior

O subúrbio gravemente degradado e onde se situava, por exemplo, o maior bairro clandestino da Europa (como chegou a ser considerada a Brandoa), separou-se em 1979 de Oeiras, passou a ostentar com orgulho o nome de «município de Abril» (o primeiro constituído após a revolução) e tornou-se «num município moderno, progressivo, no limiar do século XXI», que possui indicadores de qualidade de vida capazes de figurar no topo da tabela dos concelhos portugueses.

É com esta obra que a CDU — sempre principal força na Câmara Municipal, mas apenas no mandato de 1985 com maioria absoluta — se apresenta às eleições do próximo domingo.

O programa eleitoral concelhio da coligação PCP-PEV, que atrás citámos, reflecte também a postura de seriedade com que a CDU insiste em encarar o eleitorado. Ao longo de 32 páginas, são apresentados os candidatos à Câmara e à Assembleia municipais e as propostas detalhadas para as mais importantes áreas da vida do concelho. Em flagrante contraste com as candidaturas do PS e do PSD, os comunistas e seus aliados não inventaram propostas bombásticas nem frases-balões; colocam, de forma clara e realista, os compromissos que assumem perante as cerca de 190 mil pessoas que habitam nas 11 freguesias da Amadora (três delas criadas no corrente ano).

Sem lastimar, nem implícita nem explicitamente, o facto de não governar o concelho em maioria absoluta, a CDU reafirma-se disposta a gerar consenso, promover a unidade e considerar a atribuição de pelouros a vereadores de outras forças políticas, e defende o reforço do papel e da intervenção da Assembleia Municipal, bem como das freguesias (apesar de ser actualmente minoritária em quatro das oito freguesias com órgãos eleitos em 1993).

O trabalho realizado nestes 18 anos está à vista e retira qualquer crédito a quem venha dizer que «está tudo por fazer» (como o PSD, que com abertas feridas no concelho, apostou na cara de Pedro Passos Coelho) ou que agora «a Amadora vai ter projectos» (como o PS, que não conseguiu juntar toda a estrutura concelhia em torno do projecto de Joaquim Raposo, até nisto se assemelhando aos seus pares laranjas).

O valor da obra feita é a mais forte garantia da seriedade e sobriedade das propostas da CDU, quer do ponto de vista estratégico quer no que toca a cada uma das grandes áreas de intervenção municipal. A confiança num bom resultado eleitoral ficou bem evidente no comício da passada quinta-feira, no Cinema D. João V, que contou também com a participação do secretário-geral do PCP.

Uma geração

Orlando Almeida, que volta a encabeçar a lista da CDU para a Câmara Municipal da Amadora, realçou, da tribuna do comício, que «pela primeira vez podemos contar com uma geração de jovens totalmente educada no nosso concelho», quando a falta de instalações escolares para o ensino oficial obrigatório era «uma das carências mais gritantes» há 18 anos. «Hoje temos escolas da pré-primária até ao 12º ano e em breve esperamos alojar a primeira faculdade», congratulou-se Orlando Almeida.

Recordou, de seguida, outras batalhas travadas por objectivos igualmente consideráveis fundamentais para o concelho.

No campo da saúde, «lutámos por mais e melhores centros de saúde, pela sua construção e pela sua ligação em diálogo com a Câmara Municipal, lutámos desde a primeira hora, desde 1980, por um hospital para o concelho e que está finalmente a funcionar em resultado da luta das autarquias e dos eleitos da CDU, da mobilização e da luta da população».

Ressalvando que «não estamos totalmente satisfeitos», Orlando Almeida lamentou que «em terrenos cedidos pela Câmara Municipal da Amadora, aqui na Damaia, apenas tenha sido colocada a primeira pedra pela ministra da Saúde e não se tenham seguido outras pedras» para erguer o Centro de Saúde. E reafirmou que «continuaremos a bater-nos para que sejam realidade os centros de saúde da Amadora, de São Brás (para que já cedemos terreno) e de Alfragide (para que cedemos instalações)», sublinhando que o que foi conseguido deve-se à luta da população e ao empenho dos órgãos autárquicos e dos eleitos comunistas aos vários níveis de poder, até à Assembleia da República.

A segurança, para o presidente do município, «foi e continua a ser

um problema da Administração Central», «mas os órgãos autárquicos têm uma excelente relação com as forças de segurança, temos lutado por novas instalações para as forças policiais e todas as instalações existentes no nosso concelho são de iniciativa municipal».

Orlando Almeida não vê razão para acreditar na promessa do candidato do PS, que diz que, se for eleito, haverá mais segurança, quer porque no Orçamento de Estado para 1998, a maioria do PS não votou novas esquadras para a Damaia, Brandoa e Falagueira, propostas pelo PCP, quer porque o Governo do PS há dois anos que nada avança na regulamentação sobre polícias municipais, de que tanto falava. «As propostas que apresentam só podem ser encarradas como pura demagogia», concluiu.

Uma obra

Pelo contrário, a CDU apresenta à população «o nosso testemunho, patente na obra realizada», que Orlando Almeida referiu em alguns traços:

«Resolvemos o problema da passagem de nível na Amadora, um objectivo apontado logo pela primeira Câmara Municipal. Batemo-nos pela melhoria das acessibilidades, acompanhando empenhadamente a construção da CRIL, da CREL e da radial para Sintra. Defendemos a quadruplicação da via férrea e, na Linha de Sintra, a primeira estação de quatro vias foi a Amadora, estando em construção as da Reboleira e Damaia. Temos trabalhado para que haja mais centros de infância, mais centros de dia, mas espaços verdes».

«Recebemos o Delfim Guimarães, que voltámos a recuperar, e foram construídos largos hectares de zonas verdes em todas as freguesias».

«Foi recuperado importante património, como esta sala: o Cinema D. João V estava fechado havia 18 anos, foi adquirido pela Câmara, posto a funcionar em forma precária, com melhoramentos que ainda é preciso prosseguir — mas está aberto e a funcionar. Os Recreios são também uma referência notável na recuperação do património na cidade. A Casa Roque Gameiro é, depois de recuperada, um fruto apetecido na nossa vivência urbana. A Fábrica da Cultura alberga realizações culturais, como os festivais de Gravura e de Banda Desenhada, que trazem ao concelho visitantes de toda a Grande Lisboa, de todo o País e até do estrangeiro. A Casa Abrigo Gomes não está ainda a funcionar, mas está recuperada e é um símbolo de como a Câmara soube intervir para acabar com a ruína e criar mais um pólo de actividades culturais».

«Temos investido na rede viária e os pavimentos das vias públicas do concelho estão cada vez em melhores condições. Investimos nas infra-estruturas de água e esgotos, e podemos dizer que, apesar da muito elevada pluviosidade, as cheias deste inverno na estação da Damaia não têm comparação com o que se passava cronicamente há anos. O concelho resistiu às cheias e não tivemos este ano uma situação de catástrofe e grandes prejuízos, como infelizmente se viu, por exemplo, no vizinho concelho de Oeiras».

«A Amadora sofreu situações delicadas de destruição do tecido produtivo. Mas também foram criados empregos no concelho e conseguimos, depois da derrocada dos anos 80, passar a ter um número de novos empregos superior aos que nos estão a ser retirados. Sentimos como nossos os dramas de quem perde o emprego, mas sabemos que temos uma política correcta de valorização da cidade e de criação de zonas empregadoras».

O «grande desafio» dos próximos 4 anos, considerou Orlando Almeida, «é o ataque às barracas». «Nunca o tínhamos dito antes, mas agora estão criadas condições para, nos próximos 4 anos, termos 4 mil fogos para proceder ao realojamento de 4 mil famílias, das 6

mil que hoje moram em barracas», afirmou o cabeça-de-lista da CDU. Por fim, referiu, «em 1994, foi publicado o nosso Plano Director Municipal, onde se traça o enquadramento necessário ao desenvolvimento sustentado da nossa cidade e do qual só temos razões para nos orgulharmos». Com este PDM e com os planos de pormenor que agora vão ser traçados, «criaremos condições para darmos a nós próprios e aos nossos filhos e netos uma cidade mais equilibrada, mais saudável, mais verde, mais fraterna, mais de todos».



Objectivos Estratégicos para o Séc. XXI

A CDU definiu como Objectivos Estratégicos do seu Programa para o próximo mandato:

1. Dotar o PDM dos instrumentos complementares, essenciais a operações integradas na área do urbanismo, elaborando os Planos de Pormenor, as cartas escolar e desportiva e ainda os planos de ordenamento do tráfego e de estacionamento;
2. Promover, no âmbito do PER, o realojamento de mais de 2.000 famílias até ao ano 1 999 e em paralelo serão desenvolvidos os programas RECRIA e RECRIPH;
3. Prosseguir a implementação do URBAN essencial à recuperação da importante área do Concelho em que intervém, a Venda Nova;
4. Construir, no âmbito das

acessibilidades os Eixos Longitudinais e Transversais que retirarão do centro da Cidade o tráfego de passagem que hoje a estrangula;

5. Pugnar para que seja atendida, a justa reivindicação da população da Amadora, para o prolongamento do Metro até à Amadora;
6. Promover ao nível do ambiente a melhoria da limpeza urbana, a recuperação da Ribeira da Falagueira com a construção de um Parque Urbano e construir os Parques Urbanos da Boba e de Carenque;
7. Prosseguir a eliminação das Barreiras Arquitectónicas, tanto no que se refere aos

Espaços Exteriores como nos Edifícios sejam eles Públicos ou Privados;

8. Implementar a rede do pré-escolar e para dotar as escolas das necessárias estruturas desportivas;
9. Colaborar com a Escola Superior de Teatro e Cinema e continuaremos a tentar trazer para o Concelho novos pólos do Ensino Superior;
10. Prosseguir o desenvolvimento do projecto cultural com o aproveitamento dos novos espaços (Recreios, Casas Roque Gameiro e Abrigo Gomes);
11. Assegurar a entrada em funcionamento do Complexo Desportivo do Monte da Galega e das novas Piscinas da Venteira e da Buraca;
12. Criar os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Amadora,

pugnando pela qualidade dos serviços públicos prestados e garantindo a continuação da aplicação dos preços sociais;

13. Continuar a desenvolver e pugnar por políticas económicas que permitam a instalação de empresas no Concelho e a criação de emprego, para isso apostando na revitalização da Zona Industrial da Venda Nova e na construção de um Parque Industrial da Zona Norte;
14. Continuar a exigir junto do governo o cumprimento das suas promessas no que respeita à construção dos equipamentos necessários à Cidade nas áreas da Justiça, Segurança e Saúde dos quais se destaca:
 - O Tribunal e as novas Conservatórias;
 - As esquadras da Brandoa, Damaia, Venda Nova, S. Brás

e novas instalações para o Comando da Divisão;

- Os centros de Saúde da Damaia, Reboleira, Alfragide, S. Brás;
- O Hospital de Cuidados Continuados;
- 15. Estabelecer negociações com a Administração Central com vista a uma solução Municipal de utilização dos terrenos do estado.



Do caos urbanístico nascido nos anos 60 e 70, a população da Amadora e os autarcas da CDU fizeram uma cidade de progresso (na foto, o Parque Central Delfim Guimarães)

Nas áreas metropolitanas vê-se a diferença

Ao intervir no cinema D. João V, Carlos Carvalhas fez referência à Damaia de um «uma grande freguesia de um importante concelho que, apesar de ser parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, tem vida própria, em vez de ser um mero dormitório e um armazém de pessoas».

O secretário-geral do PCP lembrou que «esta área metropolitana constitui o principal centro demográfico do País, onde, em apenas três por cento do território, se concentra um

quarto da população portuguesa», o que dá «a dimensão dos problemas que o poder local tem pela frente».

«Esta situação, geradora de grandes desequilíbrios, não é uma fatalidade», afirmou o dirigente comunista, realçando que, «ao contrário, ela decorre da política de direita praticada ora pelo PSD, ora pelo PS». «Essa política, ao conservar e aprofundar as assimetrias regionais, promoveu e promove a desertificação do interior do País, determinando simultaneamente a progressiva concentração da população no Litoral e, em particular, nas áreas metropolitanas. É essa política a responsável pela permanência e agudização de gravíssimos problemas, como sejam as enormes carências no plano habitacional, a degradação do tecido produtivo e a correspondente diminuição do emprego, o recrudescimento dos fenómenos da pobreza, da exclusão social e da marginalidade.»

No entanto, os eleitos da CDU nos concelhos da Grande Lisboa têm feito «uma obra imensa», salientou Carlos Carvalhas, desafiando a que se faça a comparação entre os

índices da população servida pelas redes municipais de água e saneamento em câmaras geridas pelo PS e PSD (apontou, como exemplos, valores de 30 por cento em Gondomar, 40 por cento em Matosinhos e Vila Nova de Gaia) e pela CDU (mais de 90 por cento na Amadora, em Vila Franca de Xira, em Loures, em Almada). «É assim também em relação à cultura, aos espaços verdes, ao ambiente, e é reconhecido pelos outros», e é este trabalho que está na origem da «grande corrente de simpatia, apoio e adesão à CDU e de respeito pelas nossas posições, o que nos confere grande confiança, o que não significa triunfalismo nem arrogância».

«Não estamos satisfeitos e reconhecemos que também cometemos erros», disse Carlos Carvalhas, ressaltando como linha fundamental e constante da actuação dos comunistas o esforço para «responder a esta grande questão que nos traz à política: como tornar melhor a vida aos cidadãos, como tornar melhor a vida às populações, como tornar melhor a vida aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país».



Com confiança

■ JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

JUSTAMENTE as atenções, os esforços, as prioridades e notícias estão viradas para as eleições autárquicas. É uma importante batalha a travar com confiança já que, mesmo pesando o seu carácter específico, o seu resultado também determinará o ritmo e as decisões políticas e terá impacto na vida nacional. É que, entretanto, a vida não parou. A realidade social, com todos os problemas que comporta, a necessidade que os trabalhadores sentem em dar e ter resposta a anseios, inquietações e reivindicações não é contraditória, antes se articula e harmoniza na vertente política desta batalha eleitoral que culminará daqui a três dias.

Temos um dado novo na situação. Independentemente do processo eleitoral autárquico e das implicações e leituras políticas dos seus resultados, a luta de massas assumiu uma nova dimensão.

E, ao contrário das declarações de Guterres que, quando confrontado recentemente com a greve dos trabalhadores da Administração pública, afirma que essa luta foi determinada por razões políticas conjunturais e eleitorais, a luta assenta em razões fundas face a uma política social e laboral injusta, mais desnudada nas linhas de força do Orçamento de Estado para 98, no diálogo transformado pelo Governo "em conversa de entreter" e na agudização dos problemas em torno dos salários, dos horários, do emprego, de direitos conquistados a nível de empresas e de sectores.

O 1º Ministro e o Governo PS incorrem em erro de vistas curtas quando subestimam as razões de fundo que levaram os trabalhadores dos CTT a fazer greve ao fim de muitos anos de inexistência do recurso a esta forma de luta nesta empresa; as razões da greve dos trabalhadores da Informática da Petrolgal; da greve dos mineiros; do que leva a que os trabalhadores têxteis, vestuário e calçado lutem há mais de 50 semanas pela redução real e efectiva do horário; a pujante greve dos enfermeiros, unidos em torno das suas propostas; a prolongada greve dos trabalhadores da Gás Portugal; a dimensão da luta da Administração Pública, decidida pela Frente Comum de Sindicatos em 28 de Novembro passado; o regresso às acções de rua no Barreiro, Setúbal, Lisboa, Aveiro e Vale do Ave.

Guterres pode continuar a assobiar para o ar e a falar de conflitualidade artificial. Nem admirará que desenterre do arsenal anticomunista e anti-sindical alguns argumentos que fizeram escola durante o consulado cavaquista. Aliás, haverá que saber quais as razões que levaram o fogo e recém-promovido Ferro Rodrigues; por interposta assessora, a ameaçar durante a greve, o porta-voz da Frente Comum: "Ou se cala ou monto-lhe um processo em Tribunal"; e a investigação inquisitória de alguns elementos da GNR em algumas Câmaras Municipais, a saber quem e como tinha feito greve.

A retórica e o faz-de-conta do Governo estão a entrar em rota de colisão com a realidade e as consequências de uma política social injusta.

Na questão da redução do horário de trabalho, o Governo PS resolveu fazer mais uma manobra de diversão através de um novo projecto de diploma que, em nome de uma interpretação da Lei, no essencial não clarifica a questão do tempo das pausas e intervalo dos turnos, tal como era interpretado e praticado

até Novembro de 1996. Sossegará os seus candidatos autarcas nas regiões onde a luta é mais acesa. Mas a luta continuará depois de 14 de Dezembro.

Sobre os salários, designadamente para a Administração Pública, que esperaria Guterres e o seu Governo quando, após sucessivos adiamentos das negociações em questões centrais como as carreiras e a equiparação do salário mínimo ao salário mínimo nacional, após ter apresentado uma proposta ridícula de aumento de 2,15%, chama os Sindicatos da Frente Comum para acrescentar mais vinte e sete tostões por dia aos salários mais baixos, ou seja, passar de 2,15 para 2,4%? E porquê a

pressa em anunciar aumentos para os deficientes, a praticar só em Janeiro, e há silêncio absoluto quanto ao aumento do salário mínimo nacional?

Quanto ao emprego, depois da barulheira das declarações em torno da Cimeira do Luxemburgo, eis que uma mão cheia de nada e de retórica se transforma num manto de silêncio, como tão bem demonstrou o camarada Octávio Teixeira no «Avante!» da semana passada. Entretanto, por exemplo, centenas de tra-

balhadores da Informática na Petrolgal são colocados entre a espada e a parede porque esta empresa com capitais públicos resolveu entregar a uma multinacional toda aquela área, empurrando esses trabalhadores para o desemprego, para a rescisão forçada, para a precariedade quanto a vínculos contratuais futuros. Quantos não teriam sido os trabalhadores de Informática da Petrolgal a fazer greve pela primeira vez na sua vida profissional?

Tempo de agir

O resultado das eleições autárquicas sem dúvida influenciarão os ritmos das decisões políticas, mas o factor decisivo para alterar o rumo da política e das medidas sociais e laborais será determinada pela capacidade que os trabalhadores e as suas organizações tive-

rem para agir e lutar na defesa dos seus interesses e direitos. É que os centros de decisão do grande capital, os seus porta-vozes e executores não abdicam de persistir na ofensiva desregulamentadora, já não só no questionamento do direito do trabalho, mas também na sua legitimidade.

Assim é quanto ao emprego (já inventaram e proclamam um novo conceito, o da "empregabilidade"); quanto à formação do salário; quanto ao conceito do horário e à organização dos tempos de trabalho; e à evolução ou até existência da carreira profissional. Reconhecendo que o direito de contratação colectiva é o obstáculo principal para varrer conquistas e direitos alcançados em muitos anos e muitas lutas, não tardarão (Governo e CIP) a tentar alterar a Lei e substituir a dinâmica reivindicativa pela negociação institucionalizada, determinada por cima.

Não tivesse sido a luta notável em torno das 40 horas e já teriam sido "descongeladas" as peças legislativas mais nefastas que resultam do denominado Acordo de Concertação Estratégica, particularmente sobre contratação, para além das férias e de novas formas de precarização.

À espera de ventos mais favoráveis e calendários mais distantes de períodos eleitorais está também a chamada reforma da Segurança Social. Pensaráventura o Governo PS que o tempo bom será o ano de 1998, particularmente os seus primeiros seis meses? Tempo em que se negociarão os grandes contratos colectivos, tempo de prosseguir a luta pela redução real para as 40 horas, de valorizar os salários e defender direitos, tempo em que a luta de massas surgirá como condição para sustentar a ofensiva previsível.

Mas na vida quotidiana dos trabalhadores importa agora, hoje, no próximo Domingo, na empresa, no voto, assumir toda a dimensão da cidadania, reforçando as forças que não esmorecem no ideal e na luta por uma vida melhor. Os trabalhadores precisam de uma CDU reforçada. É que mesmo tratando-se, como se trata, de eleger representantes para as autarquias, o seu voto na CDU comporta a esperança e a confiança de que nunca estarão sozinhos na sua luta e nos tempos duros que se aproximam.

A retórica e o faz-de-conta do Governo estão a entrar em rota de colisão com a realidade e as consequências de uma política social injusta.



As "coligações negativas"

ou o regresso das "forças de bloqueio"

Dois anos de exercício do poder foram suficientes para que o Governo do PS chamasse a si os piores "tiques" do cavaquismo. Até a teoria das "forças de bloqueio" que Cavaco Silva celebrizou, renasce agora, com a não menos fantasiosa teoria das "coligações negativas", através da qual o PS procura esconder as causas da sua má política e a sua real convergência com os partidos de direita.



■ António Filipe

Ao longo dos oito anos em que governou o país dispondo de maioria absoluta na Assembleia da República, Cavaco Silva criou a teoria que ficaria célebre, das "forças de bloqueio". Seriam tais forças, todos os órgãos do Estado que no exercício normal das suas competências pudessem de alguma forma, real ou hipotética, contrariar a pretensão de domínio absoluto de

Deveria a auto-intitulada "nova maioria" ter tirado as devidas ilacções desta realidade, mas não o fez. Decidiu prosseguir a política neoliberal do PSD sob as vestes já esfarrapadas de um Governo dialogante, substituiu o "Estado laranja" pelo "Estado rosa", acelerou as privatizações, lançou novos golpes contra os direitos dos trabalhadores, reeditou a "guerra das propinas" e adaptou à actual realidade política a teoria cavaquista das "forças de bloqueio" tendo agora como alvo as oposições e a Assembleia da República.

É assim que, do discurso dos membros do Governo PS ressaltam com insistência ideias como a que o Governo só não governa mais e melhor porque as oposições não lho permitem, dado que o PCP e os partidos de direita formam "coligações negativas" destinadas a impedir o Governo de governar; como a de que só quem concorda com o Governo é que quer o bem para o país, procurando confundir os desígnios do PS com os superiores interesses do país; ou ainda, como a de que as oposições são boas e competentes quando concordam com o Governo e são incapazes e irresponsáveis quando se lhe opõem, quase dando a entender que o país ideal seria aquele em que o PS pudesse ser ao mesmo tempo governo e oposição.

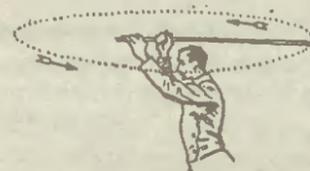
Este discurso, que tem, aliás, muitas semelhanças com o que foi utilizado por Cavaco Silva nos primeiros anos da sua governação, revela, da parte dos actuais governantes, uma atitude de intolerância pouco democrática e assenta em pressupostos que são completamente falsos.

Cavaco Silva sobre a totalidade do aparelho de Estado. "Forças de bloqueio", foram assim, o Tribunal de Contas porque fiscalizava a legalidade das despesas públicas; a Procuradoria Geral da República porque exercia a acção penal segundo o princípio da legalidade; os tribunais porque julgavam com independência; o Presidente da República porque detinha poderes constitucionais; muitas Câmaras Municipais porque não tinham maioria do PSD; o Provedor de Justiça; a comunicação social; e até a Assembleia da República, onde o PSD dispunha de uma obediente maioria absoluta, tinha por vezes de arcar com a responsabilidade de algumas medidas odiosas que não convinha ao Governo assumir.

O PSD, como se sabe, foi penalizado nas urnas e afastado do Governo. Fartos da má experiência de oito anos de maioria absoluta, os portugueses depositaram fortes esperanças numa real mudança e optaram por abrir um novo ciclo na vida política nacional, recusando a maioria absoluta a qualquer partido.

oposta à do Governo, essa posição tem inteira legitimidade democrática. O que não é legítimo é o PS pretender governar como se tivesse a maioria absoluta que os portugueses lhe negaram.

Um segundo facto por demais evidente, mas que os membros do Governo PS parecem esquecer com frequência, é o de que em democracia existe Governo e oposição e que a oposição não tem propriamente por função apoiar o Governo independentemente da validade das suas



discussão. E de entre as 107 Propostas de Lei já discutidas, 85 foram já aprovadas em votação final global, 16 foram aprovadas na generalidade e apenas 6 foram recusadas.

Fica assim cabalmente demonstrado que a tese das "coligações negativas" não passa de uma refinada mentira, tanto mais se nos lembrarmos que 3 das 6 propostas de lei recusadas dizem respeito ao famigerado "totonegocio",

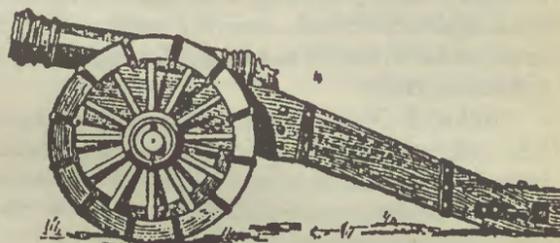
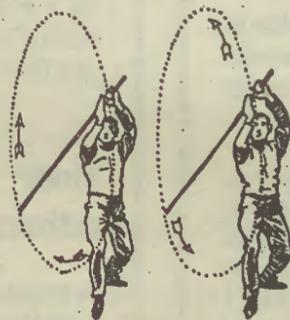
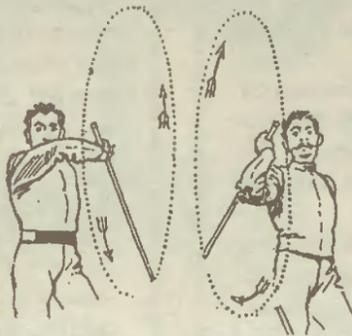
de que o primeiro-ministro se confessou já arrependido. É portanto inteiramente falso que a Assembleia da República tenha funcionado como obstáculo à acção do Governo por convergência das oposições, pela simples razão de que a convergência que realmente tem existido nestes dois anos na Assembleia da República não tem sido entre as oposições, mas fundamentalmente entre o PS, o PSD e o PP, e não para obstaculizar, mas antes para acelerar o prosseguimento da política de direita pelo Governo PS.

Ou não será verdade que as bases fundamentais da política financeira do Governo (os Orçamentos de Estado) foram viabilizados em convergência, ora com o PP, ora com o PSD? Ou que a Revisão Constitucional foi realizada com a convergência total do PS com o PSD? Ou que a lei da flexibilidade e da polivalência, a nova lei das propinas, a aprovação na generalidade da criminalização dos cortes de estradas, foram resultado da convergência do PS com os partidos da direita?

Afinal de contas, é esta real conver-

más, pelo facto de ser oposição (e o PCP nunca tomou essa atitude), também não faz qualquer sentido exigir que um partido da oposição abdique das suas opiniões e viabilize propostas governamentais ainda que as considere negativas. Um programa de governo vincula naturalmente o Governo, mas obviamente que não vincula a oposição.

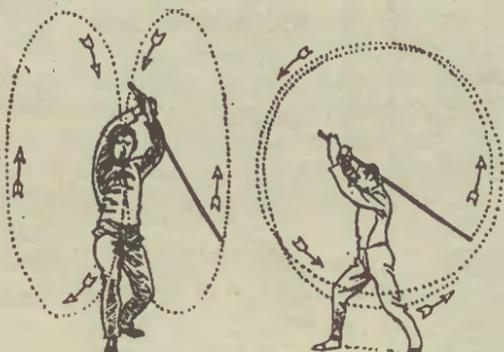
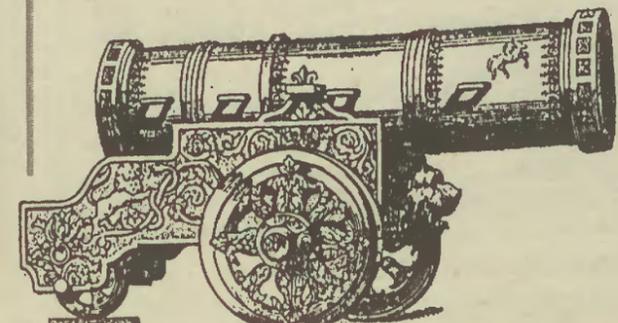
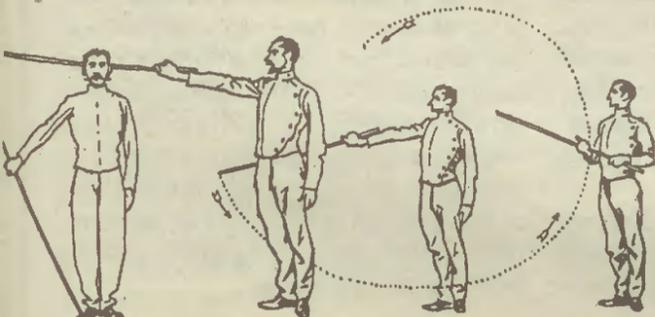
A verdade, porém, é que o Governo PS, como minoritário que é, não tem razão absolutamente nenhuma para se queixar de



qualquer obstáculo oposto pela Assembleia da República à sua acção governativa. Bem pelo contrário. A celeridade com que a Assembleia da República tem vindo a satisfazer nesta legislatura todas as solici-

tações de agendamento de iniciativas do Governo não tem precedentes. Em pouco mais de dois anos foram debatidas 107 Propostas de Lei do Governo. De 133 Propostas de Lei apresentadas apenas 26 aguardam ainda

gência de políticas entre o Governo PS e a direita que a fantasiosa teoria das "coligações negativas" procura ocultar. Quando, perante as raras situações de recusa de Propostas de Lei do Governo pela Assembleia da República, os dirigentes do PS acusam o PCP de se aliar à direita para combater o Governo, o que pretendem é que os portugueses não percebam que as traves mestras da política governamental têm passado na Assembleia da República, com a oposição coerente do PCP, mas com o apoio do PSD e do PP que, na impossibilidade de exercerem directamente o poder, estão fundamentalmente interessados em que a política da direita prossiga, rapidamente, pela mão do PS.



**Propostas na AR
três dias depois das eleições**

Governo ao ataque contra imigrantes

Está marcado para o dia 17 de Dezembro o debate na Assembleia da República de propostas de alteração de leis fundamentais para os imigrantes em Portugal: a proposta do Governo de autorização legislativa para alterar a lei de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros de Portugal; e a proposta do Governo e os projectos de lei do PCP e do Partido Ecologista "Os Verdes" para alteração da lei sobre o trabalho de estrangeiros em Portugal - alerta o Grupo de Trabalho do PCP para a Imigração e as Minorias Étnicas, numa nota de imprensa divulgada anteontem.

A proposta do Governo PS para alteração da lei sobre a entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros é de tal modo grave que exige a firme oposição das comunidades imigrantes e de todos os portugueses empenhados na defesa de uma sociedade democrática, que respeite os direitos dos imigrantes. Os comunistas apontam os motivos da frontal oposição à proposta governamental:

– Pretende tornar ainda pior a lei de estrangeiros aprovada em 1993 por proposta do Governo PSD de Cavaco Silva e Dias Loureiro.

– Leva tão longe a sua obediência cega aos chamados Acordos de Schengen e às orientações da União Europeia que propõe uma nova lei que permite fechar quase completamente as portas à entrada de estrangeiros de fora da União Europeia, sem respeito sequer pelos laços especiais dos cidadãos dos países de língua portuguesa com Portugal.

– Pretende que as expulsões de cidadãos estrangeiros do território nacional sejam executadas sem que o recurso interposto dessas decisões tenha efeito suspensivo. Um cidadão de língua portuguesa, ainda que viva há muitos anos em Portugal e tenha cá a sua família, pode ser expulso do País antes que um Tribunal se pronuncie definitivamente sobre a sua expulsão.

– Pretende fazer aos cidadãos dos países de língua portuguesa o mesmo que as autoridades dos Estados Unidos da América e do Canadá fazem a portugueses lá residentes há dezenas de anos e que são expulsos para os Açores sem terem cá quaisquer raízes ou laços familiares.

– Trata todos os estrangeiros como se fossem criminosos e sujeita todos os passos da sua vida, no trabalho, no estudo, na habitação, na identificação civil, à vigilância do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), transformado em superpolícia de estrangeiros com poderes quase absolutos.

– Pretende considerar crime de auxílio à imigração ilegal, sujeito a pena de prisão até 3 anos, o simples facto de um cidadão português facilitar por qualquer forma a permanência ou o acolhimento em sua casa de um cidadão estrangeiro sem a situação perfeitamente regularizada. O que sucederia aos franceses que defenderam os cidadãos "sem papéis", se uma tal lei também vigorasse no seu país?

– Quer impor em Portugal mecanismos de delação obrigatória de cidadãos ao propor que quem ceder alojamento a cidadão estrangeiro tenha de o declarar ao SEF, à PSP ou à GNR no prazo de 3 dias, sob pena de graves sanções. Foi isto que o Governo de direita pretendeu introduzir em França, tendo sido derrotado nesse desígnio face à mobilização da opinião pública democrática.

A proposta de lei do Governo PS sobre a regulamentação do trabalho de estrangeiros mantém e aperfeiçoa os mecanismos de discriminação do trabalho de estrangeiros da lei actual, afirma o PCP, considerando que ela é complementar da proposta de lei anterior na definição de mecanismos repressivos dos trabalhadores imigrantes.

A proposta do Governo mantém as dificuldades de acesso dos imigrantes ao trabalho legal, impõe uma série de medidas burocráticas, estabelece distinções de tratamento entre trabalhadores estrangeiros. Confunde negativamente a regulação das relações de trabalho com o combate à imigração ilegal. Favorece na prática o recurso ao trabalho clandestino que diz combater, ao dificultar a legalização dos trabalhadores imigrantes.

Os projectos de lei do PCP e do Partido Ecologista "Os Verdes" sobre o trabalho de estrangeiros, contrariamente às intenções discriminatórias da proposta do Governo, propõem a inteira revogação do injusto Decreto-Lei 97/77 e a garantia do acesso ao emprego e de relações de trabalho em condições de igualdade com os cidadãos nacionais.

Inaceitável!

Para o PCP, as propostas do Governo PS desmentem o seu apregoado diálogo e respeito pelos direitos dos imigrantes e manifestam intenções repressivas e discriminatórias. Não são soluções aceitáveis numa sociedade democrática e num País de emigrantes espalhados pelo mundo. Os emigrantes portugueses no mundo não gostariam de ser tratados assim nos países de acolhimento.

Assim, é urgente e necessário reclamar que não sejam aprovadas na Assembleia da República no próximo dia 17 as propostas do Governo e que seja dado tempo e espaço para uma reflexão responsável e séria sobre a revisão da legislação de estrangeiros, de modo a garantir que esta seja feita com respeito pelos direitos dos imigrantes e tendo em conta os laços especiais com os países de língua portuguesa!

Preocupação tardia e acção incompleta

Havia dois anos que tinha sido dado o alerta. Mas só após a morte de uma trabalhadora, nos últimos dias de Novembro, é que o Ministério da Saúde anunciou algumas medidas, que em Abril «iam começar de imediato», segundo disse então Maria de Belém aos representantes sindicais.

• O Sindicato da Função Pública comenta o encerramento do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

No dia 25 de Novembro foi revelada a decisão da ministra de encerrar o Instituto Nacional de Saúde (INSA), que o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores havia exigido horas antes em conferência de imprensa e que prontamente mereceu dois comentários do STFPSPA:

1 - «Depois de casa roubada, trancas na porta».

2 - «Trata-se de uma fuga para a frente, como um amargo travo a demagogia».

A reacção do sindicato foi divulgada em comunicado de imprensa, onde se explicava os motivos daqueles juízos: «O primeiro comentário justificava-se pois foi necessário que um trabalhador morresse para que a senhora ministra tomasse uma atitude. O segundo comentário justifica-se pois, durante dois anos, nada se fez e agora vêm todas as entidades fingirem que estão muito preocupadas.»

«No final do ano passado, a Inspecção Geral de Saúde dizia que o inquérito que estava a fazer estava em fase secreta. Assim deve ter ficado pois ninguém conhece as suas conclusões. Ontem soube-se que o senhor inspector-geral tinha mandado abrir um inquérito (mais um?) à Direcção do INSA...»

«A Direcção-Geral de Saúde nunca nos deu informação alguma e os resultados do seu estudo também não foram divulgados. Ontem o senhor director-geral manda instaurar um processo disciplinar à Direcção do INSA... e propôs que a senhora ministra encerrasse alguns laboratórios.»

«A senhora ministra, numa medida "magnânime" e de "extrema sensibilidade", manda encerrar o INSA...»

Onde estiveram?

Perante estes factos, o sindicato questiona «onde esteve toda esta gente durante 2 anos, em que nada fizeram», considerando que «não é moralmente aceitável que "para sacudirem a água do capote", venham agora mediatizar e fazer propaganda daquilo que deveriam ter feito, pelo menos, desde Fevereiro deste ano».

O encerramento do INSA é, para o STFPSPA, uma medida que, «embora tardia, não deixa de ser correcta». Contudo, «deveria ter vindo acompanhada de

outras», também reclamadas na conferência de imprensa de dia 25:

– a divulgação pública completa de todos os estudos e relatórios feitos.

– Tomada de medidas para que, de imediato, se iniciem as obras necessárias no INSA.

– Os trabalhadores actualmente de baixa têm de ser considerados em situação de doença profissional, com todos os direitos que a lei lhes confere.

– Deve ser acompanhada a situação clínica dos trabalhadores com sintomatologias.

O sindicato afirma que irá continuar a elaborar os documentos e a recolher elementos que possibilitem a tomada das medidas anunciadas, e irá ainda carrear, para o inquérito mandado instaurar pelo senhor Procurador-Geral da República, todos os elementos relevantes que possui.

«Continuamos também a responsabilizar, moral e politicamente, a senhora ministra da Saúde pela morte já ocorrida e por toda a situação vivida pelos trabalhadores, bem como pelos problemas que venham a ocorrer devido às condições de trabalho existentes» - conclui o sindicato, que decidiu ainda apresentar uma queixa na Direcção-Geral XI da Comissão Europeia e «estudar a possibilidade de processar o Estado português, quer ao nível penal quer ao nível cível e administrativo, pois há indícios seguros de negligência, eventualmente negligência grosseira».

Alerta sem resposta

«Instadas a actuarem, as mais diversas entidades também nada fizeram, senão vejamos:

• O senhor inspector-geral da Saúde, instado a 28/10/96, com insistência a 3/12/96, somente respondeu a 31/12/96, dizendo "que o processo de inquérito (...) se encontra na sua fase, secreta, de instrução, não podendo assim, ser prestada informação sobre o conteúdo do mesmo". Até hoje nada mais se soube.

• O senhor director-geral da Saúde, instado a 28/10/96, nem se dignou responder.

• O senhor delegado do IDICT, de Lisboa, instado a 28/10/96, com insistência a 3/12/96, nem se dignou responder.

• A senhora ministra do Ambiente, instada a 28/10/96, com insistência a 3/12/96, somente respondeu a 10/4/97 e, no essencial, remete para outras entidades as responsabilidades.

• A senhora delegada de Saúde do Lumiar, instada em 28/10/96, com insistência a 3/12/96, respondeu a 12/12/96, remetendo, ao arripio da lei, a responsabilidade para a Direcção-Geral de Saúde e, à nossa resposta de 6/1/97, não se dignou responder.

• Dos partidos políticos representados na Assembleia da República, instados a actuarem, só recebemos resposta do PP, PCP e PEV, tendo estes dois últimos feito requerimentos ao Ministério da Saúde, ao que sabemos não responderam.

• Pedido de reunião de 23/10/96 ao sr. director do Instituto, com insistência a 4/11/96, não respondido.

• Pedido de reunião à Comissão Parlamentar da Saúde, a 28/10/96, com insistência a 3/12/96 e 15/1/97, só concretizada a 11/3/97, não tendo daí resultado nada de concreto.

• Novo pedido de reunião ao senhor director do INSA, a 22/10/97, fomos remetidos para o director do Serviço de Pessoal, o que, como é evidente, recusámos.»

(Do comunicado de imprensa da direcção do STFPSPA, divulgado no passado dia 25)

■ Eugénio Rosa

As palavras e os actos do Governo PS no campo fiscal

O Dr. Carlos Santos, secretário do Estado dos Assuntos Fiscais, publicou, no fim do mês de Outubro p.p., no jornal "Público", dois longos artigos sobre a política fiscal, que, no fundo, são dois extensos elogios ao governo, e a ele próprio, já que é um dos principais responsáveis por essa mesma política. O que mais choca nestes artigos não está fraqueza humana - como diz o ditado popular, "ninguém é bom juiz em causa própria" - mas sim a arrogância com que trata todos aqueles que não pensam como ele.

Segundo o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, todos os que contradizem o governo afirmando que se tem verificado aumento de impostos estão a seguir a "estratégia baseada na tristemente célebre máxima de que uma mentira muitas vezes repetida se transforma numa verdade". Sabendo-se que esta foi a máxima da propaganda nazi, fica-se com dúvidas se era sua intenção estabelecer tal tipo de comparações.

Mas ponhamos de parte estes lapsos totalitários do Dr. Carlos Santos (ou se elogia a política do governo ou então está-se a seguir a máxima da propaganda nazi), e confrontemos as suas declarações com os dados constantes dos próprios relatórios que acompanham os Orçamentos de Estado elaborados pelo governo socialista, ou seja, pelo governo de que faz parte.

De acordo com o governo PS, as receitas cuja origem são os impostos registaram, nos últimos anos, a seguinte evolução em valores nominais: - 1995: 3.386 milhões de contos; 1996: 3.691,8 milhões de contos; 1997: 3.977 milhões de contos. E, em 1998, deverão alcançar 4.269,8 milhões de contos. Isto significa que se verificou, relativamente ao ano imediatamente anterior, um crescimento percentual de 9% em 1996, de 7,7% em 1997, e, em 1998, prevê-se que esse aumento atinja cerca de 7,4%; portanto, aumentos sempre muito superiores quer às subidas de preços quer às subidas de salários verificados ou previstas para esses anos.

Se deflacionarmos aqueles valores, isto é, se retirarmos o efeito do aumento dos preços, obteremos os crescimentos reais das receitas que têm como origem os impostos, os quais foram os seguintes: 1996: + 5,8%; 1997: + 5,4%; 1998: + 5,3%. E nestes anos, o aumento do PIB, segundo o próprio governo, foram os seguintes: 1996: + 3,2%; 1997: 3,5%; 1998: + 3,8%. Portanto, o crescimento real dos impostos tem sido, também com o governo PS, consideravelmente superior ao crescimento real do PIB (em média mais de 50%), e, como mais razão dos salários, cuja subida, em termos reais, tem sido inferior a menos de metade do crescimento do PIB.

Os trabalhadores continuam a ser os mais penalizados

Contrariamente ao que pretende fazer crer o secretário de Estado de Assuntos Fiscais, os trabalhadores continuam a ser fortemente penalizados. E embora este tipo de informação escasseie - o governo PS embora critique muito o governo anterior por falta de informação fiscal, no entanto, na prática, tem seguido igual conduta -; repetindo, apesar da escassez de informação, no entanto, se analisarmos com atenção alguns dos poucos dados que constam dos relatórios que acompanham os OE é possível tirar algumas conclusões importantes.

Como se sabe, as declarações Modelo 1 são as declarações de rendimentos que têm de ser entregue por aqueles que só auferem

ou rendimentos de trabalho ou pensões de reforma. Pelo contrário, as declarações Modelo 2 são entregues por todos aqueles que, para além de auferirem rendimentos do trabalho e pensões, têm também outros rendimentos (por ex., recebem a renda de um apartamento que possuem), ou então que só auferem outros rendimentos (ex.: rendimentos de propriedades, lucros de empresas, etc.).

Mais de um quarto de todas as receitas fiscais têm como origem o IRS. E os dados do quadro em anexo dão uma ideia esclari-

rios e sobre outros rendimentos cuja origem não é o trabalho (aqueles que o ex-presidente do Benfica afirmou que constituíam os seus rendimentos, e por isso não constavam da sua declaração de IRS); repetindo, as receitas de impostos provenientes das chamadas taxas liberatórias registarão uma descida de 27,4% em 1998, segundo o governo PS.

Para finalizar este ponto interessa comparar o aumento previsto em 1998 nas receitas que têm como origem todos os impostos (+ 7,4%), com o crescimento das receitas de impostos que incidem fundamentalmente sobre os trabalhadores (+12,5%). Portanto, contrariamente ao que afirma o governo PS, e o seu Secretário de Assuntos Fiscais, as desigualdades no campo fiscal continuam-se a agravar em Portugal, atingindo principalmente os trabalhadores no activo e os reformados.

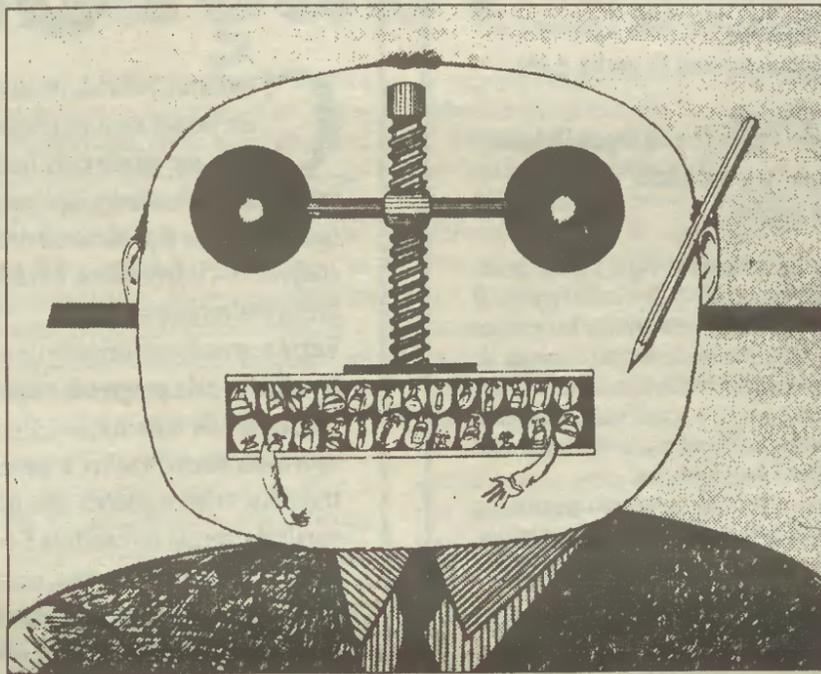
Especação continua a não pagar impostos

Segundo o governo PS, "a capitalização bolsista (só de acções) representa já 37,4% do Produto Interno Bruto", ou seja, o valor destas acções cotadas na bolsa atinge já 6.614 milhões de contos (pág. 32 do Relatório do OE/98). Por outro lado, e segundo o mesmo Relatório que acompanha o OE de 1998, "o índice de cotações da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL30) aumentou 65,5% entre Dezembro de 1996 e Setembro do corrente ano (pág. 31)". Isto significa, que em 9 meses apenas as acções cotadas na Bolsa de Lisboa registaram um aumento de valor calculado em cerca 2.617 milhões de contos.

É evidente, que aumentos desta dimensão (60%), em tão pouco tempo (apenas 9 meses), não correspondem ao desenvolvimento económico nem aumento da capacidade financeira das próprias empresas. Têm fundamentalmente como origem razões externas ao próprio crescimento e desenvolvimento dessas empresas.

A pergunta que imediatamente se coloca é esta: - Que medidas tomou o Governo PS para que estas gigantescas mais-valias especulativas

comecem a pagar impostos? Como se sabe, a nível de política fiscal, este governo não tomou quaisquer medidas neste campo que o diferencie do governo Cavaco Silva. Continuam em vigor benefícios fiscais, nomeadamente em relação às acções de empresas que foram privatizadas, cujos rendimentos beneficiam de importantes reduções de impostos. Por isso, não é por acaso que o valor dos benefícios fiscais têm crescido com o governo PS. No Orçamento de Estado de 1997, previa-se que o seu valor atingisse 210 milhões, enquanto no de 1998 já se prevê que alcance 224,8 milhões de contos. Por outras palavras, isto significa que o Estado prevê perder cerca de 224,8 milhões de contos de receitas só em 1998, devido aos benefícios que concede, sendo uma parcela importante deles concedidos a empresas (ex.: bancos, companhias de seguro, etc., cujas taxas efectivas de IRC são consideravelmente inferiores à estabelecida no Código de IRC, que é 36%, mas que o governo pretende baixar em 1998 para 34%, portanto uma descida importante, o que não sucederá nas taxas de IRS que atingem os trabalhadores). A manutenção daqueles elevados volumes de benefícios fiscais é depois utilizado pelo governo PS como justificação para não reduzir a pesada carga fiscal que incide sobre os trabalhadores.



RECEITAS DE IRS EM MILHÕES DE CONTOS

TIPO RECEITA	1997	1998	Milhões contos	Aumentos em %
Modelo 1 (apenas trabalhadores e pensionistas)	440,8	495,1	+ 54,9	+ 12,5
Modelo 2 (outros rendimentos e que inclui também trabalhadores)	408,6	459,5	+ 50,9	+ 12,5
Taxas liberatórias	216,0	156,0	- 60,0	- 27,4
TOTAL	1.065,4	1.110,6	+ 45,2	+ 4,2%

FONTE: Relatórios do OE de 1997 e de 1998

recedora da forma como se repartirá o pagamento do IRS em 1998 por classes da população.

Portanto, embora o governo preveja que as receitas de IRS relativas a todos os rendimentos aumentem, entre 1997 e 1998, 4,2%, no entanto, em relação ao IRS que terá de ser pago por trabalhadores que auferem ou apenas rendimentos de trabalho ou só pensões já prevê que o aumento atinja 12,5% entre 1997 e 1998, ou seja, o triplo. Como consequência, o peso do IRS pago pelos trabalhadores que auferem ou apenas salários ou somente pensões, no total das receitas de IRS aumentará ainda mais entre 1997 e 1998, pois, em 1997, representou cerca de 41,3% do total de receitas de IRS arrecadas, e, em 1998, o governo prevê que represente já 44,5%. Para além disso, uma parcela do IRS pago com base em declarações Modelo 2 será também suportada pelos trabalhadores, pois todos os "falsos independentes" assim como os trabalhadores que têm outros rendimentos, por mais reduzidos que sejam, são obrigados a apresentar declarações Modelo 2. E o IRS pago por este grupo crescerá, entre 1997 e 1998, também 12,5%.

Enquanto isto sucede com estes dois grupos, as receitas do Estado provenientes das chamadas taxas liberatórias, que incidem, por exemplo, sobre os rendimentos dos depósitos bancá-

Um auxiliar de leitura Retrato caricatural do "príncipe da Igreja"

O segundo anel (cont.)

Há na relação fé/religião/igreja totalidades de valores bem diferenciados, um espaço vazio de liberdade pessoal que a igreja de João Paulo II procura definitivamente ocupar. Foi certamente a essa clareira de arbítrio pessoal, tão velha como o cristianismo, que Karl Marx se referiu ao escrever: "A religião é a consciência de si mesmo e do próprio valor do homem o qual, ou não adquiriu ainda a própria autonomia ou já a perdeu" ("Teses sobre Feuerbach").

Portanto, quando colocado perante uma escolha que lhe for sugerida por uma religião não impositiva, o homem fica livre para optar. Neste sentido, volta a ser importante lembrarmos Marx: "É o homem que faz a religião e não a religião que faz o homem..."

Na década de 60 era também esta a chave da renovação que o Vaticano II se propunha encetar: democratização das estruturas eclesiais, lugar aos leigos e às mulheres, abertura ao diálogo, sem imposições, entre uma Igreja despojada e o homem colocado no centro do universo católico. Teologicamente, alargava-se o espaço de liberdade reservado à pessoa e a hierarquia, movida pela fé, devolvia à criatura o excesso de poder e de riqueza que lhe queimava as mãos.

Sonho que se dissipou com as tiranias de João Paulo II e da Opus Dei mas que talvez ainda venha a regressar. Por ora, o "segundo anel" impõe a teologia da vacuidade, do assentimento e da mudez.

Gradualmente, a parte introdutória do "Catecismo" vai-se desenvolvendo, sem jamais perder de vista a sua preocupação central de transferir, insensivelmente, do plano intuitivo da fé para o das regras normativas da instituição religiosa, os conceitos de obediência e de fidelidade que condicionam a comunidade dos crentes. Deste modo e segundo um articulado do tipo seguinte.

A fé, dádiva de Deus, tem um sentido sobrenatural que, todavia, está ao alcance de todos os que creem. É um valor com substância dinâmica cuja inteligência pode crescer entre os homens, pela contemplação, pelo estudo, pela meditação e pela investigação teológica. Trata-se, no entanto, de um conhecimento transcendente, cuja verdadeira interpretação apenas é acessível ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos Bispos que com este permaneçam em comunhão (CIC, nº 100).

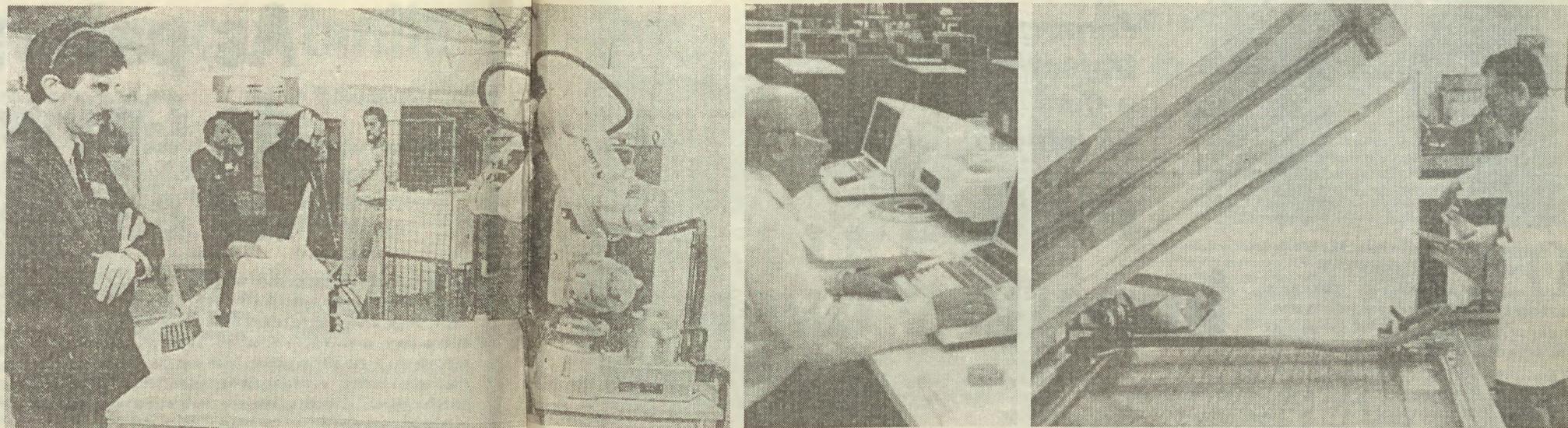
São diversas as vias da Revelação, é certo. Mas por força da sucessão apostólica, já aqui referida Deus, o Autor e Inspirador das sagradas escrituras, dos livros santos, dos textos consagrados ou das palavras da Vida revela-se pelo Espírito, primeiro que tudo, à sua Igreja que atravessa a história sob forma institucional e só eventualmente a cada pessoa, em revelações ditas "privadas", as quais a Igreja confirmará ou não.

Assim, em primeiro lugar, a igreja institucional "ensina a ler" os textos sagrados. O crente deve utilizar três critérios nas suas leituras: dar grande importância à unidade do conteúdo das Escrituras, lê-las segundo o espírito da Tradição e enquadrá-las segundo a "analogia da fé" que rejeita, na Revelação, a existência de contradições.

Depois, os teólogos declaram que os textos sagrados hebraico-cristãos têm dois sentidos, um literal e outro espiritual, acrescentando que este último se pode subdividir em três aspectos básicos: o sentido alegórico, o sentido moral e o sentido anagógico ou da visão da realidade na sua perspectiva eterna. E os exegetas do Vaticano, compreendendo a importância desta passagem do catecismo socorrem-se da citação de um texto medieval para que não fiquem dúvidas acerca do que fica legislado: "A letra ensina-te os factos, a alegoria o que deves crer, a moral o que deves fazer, a analogia para onde deves tender."

Para maior segurança, recordam também Santo Agostinho: "Quanto a mim, não acreditaria no Evangelho se não me movesse a autoridade da Igreja Católica" (CIC, nº 119).

(continua)



Vitor Paulo
Gomes da Silva

Sociedade da Informação?

Conforme referido no livro em apreço, «a sociedade da informação corresponde, ... a uma sociedade cujo funcionamento recorre crescentemente a redes digitais de informação» (página 7). Ela é produto do desenvolvimento conjunto da informática, das telecomunicações e dos meios audiovisuais.

Entre a grande quantidade de questões pertinentes levantadas pela progressiva emergência desta «sociedade da informação», figuram as relacionadas com o seu impacto sobre a quantidade e qualidade do trabalho. O livro aborda esta problemática, particularmente no capítulo 5 («A Empresa na Sociedade da Informação») e no capítulo 6 («O Emprego na Sociedade da Informação»): é expressamente admitido que «O Teletrabalho pode ser, ... um meio de precarização do emprego» (página 45); pergunta-se «Não irão estas tecnologias destruir mais postos de trabalho do que conduzir à sua criação?» (página 55); refere que a nova realidade laboral «Significa também providenciar o adequado quadro jurídico e contratual..., a fim de permitir uma maior flexibilidade a empresas e cidadãos, em conjunto com uma segurança adequada para os trabalhadores [itálico é da nossa autoria]» (página 57). Abordarei alguns aspectos da problemática do impacto da «sociedade da informação» sobre o trabalho.

1. «Sociedade da informação» e qualidade do trabalho para quantos?

O trabalho – fonte única de criação do valor, da riqueza, do bem-estar material – pode e deve ser, simultaneamente, fonte de desenvolvimento pessoal, de auto-realização, de bem-estar físico e psicológico do trabalhador; e, como tal, valorizá-lo nesta perspectiva deve ser encarado positivamente. Ora, é óbvio que a introdução da informática e das telecomunicações no processo laboral possibilita tal valorização, pois permite eliminar tarefas caracterizadas pela violência física ou psicológica. Quando, todavia, esta introdução surge intimamente associada à ameaça de direitos laborais existentes, ao cancelamento de postos de trabalho, à redução da mobilidade no mercado de força de trabalho, é legítimo que os trabalhadores se questionem sobre as benesses de tais tecnologias. Que diabo! Antes ter uma actividade profissional degradante, mas que permite

angariar os meios de subsistência, do que ser privado destes (e, em última instância, da vida) por causa de sofisticadas tecnologias. É necessário, portanto, conciliar o potencial de valorização contido na «sociedade da informação» com o direito ao trabalho e com os direitos no trabalho. Mais: é necessário que a «sociedade da informação» se traduza em acréscimo destes direitos.

2. «Sociedade da informação» e produtividade do trabalho em benefício de quem?

Analisada a problemática da informática e das telecomunicações no processo laboral na perspectiva da sua produtividade, também aqui são possíveis benefícios; ou seja, que um menor esforço produtivo da sociedade se traduza em maior produção e, portanto, em maior bem-estar (ignoramos deliberadamente a discussão em torno da utilidade social das produções especificamente consideradas ou, pelo menos, da relevância relativa das mesmas no âmbito da produção total). É possível, assim, desviar parte do esforço produtivo da sociedade para outras áreas sem pôr em causa o bem-estar social já adquirido. O exemplo paradigmático – que até foi referido no debate pelo prof. Dias Coelho, o presidente da entidade responsável pela elaboração do Livro Verde – é o da agricultura: nos países capitalistas desenvolvidos, na actualidade, uma pequena percentagem de trabalhadores produz os alimentos necessários à totalidade da população e ainda gera excedentes; situação bem mais favorável do que a existente há um século (não vale a pena andar mais para trás), quando a agricultura ocupava uma muito maior percentagem de gente.

Contudo, uma vez mais são legítimas as dúvidas dos trabalhadores sobre as benesses destas tecnologias quando, na sequência da sua introdução: se vêem lançados no desemprego ou ameaçados disso; vêem direitos laborais adquiridos serem postos em causa; não vêem acrescida a sua quota-parte

na riqueza social. Logo, é necessário conciliar o potencial de aumento da produtividade contido na «sociedade da informação» com o direito ao trabalho, com os direitos no trabalho, com o acréscimo da riqueza de quem trabalha. Mais: é necessário que a «sociedade da informação» se traduza em acréscimo destes direitos e de tal riqueza.

3. Como conciliar «sociedade da informação» com «sociedade de mercado»?

Na intervenção preliminar que proferiu e na sequência do debate, o prof. Dias Coelho referiu repetidas vezes que a «sociedade da informação» é uma «sociedade de mercado», sujeita às suas leis. Ora, o dito «mercado», coitado, não pode ter propriedades que são apanágio dos seres humanos. O «mercado» não é mais do que um fetiche, por detrás do qual está e sempre esteve a acção humana. E não adianta tentar tomear esta realidade dizendo que, ao falar de «mercado», nos estamos a referir à prevalência do mecanismo da procura e oferta voluntária de bens e serviços como forma de regulação da vida económica. A «procura» procura? A «oferta» oferece? Ou, pelo contrário, as pessoas procuram e oferecem?

Afastado o fetiche e colocados os seres humanos no seu lugar, há que admitir que a capacidade de intervenção destes na economia e na sociedade «de mercado» não é igualitária: capitalistas gerindo gigantescas transnacionais, dotadas de enorme capacidade produtiva, de marketing, de influência política e social não podem ser colocados em pé de igualdade com trabalhadores/consumidores atomisticamente considerados. Na melhor das hipóteses, verão o seu poder contrabalançado por poderosas organizações de trabalhadores e de consumidores.

Apresentada a realidade nos termos supracitados, a «sociedade de mercado» é, afinal, a sociedade dos mercadores e dos seus interesses. Escondidos por detrás do «mercado», das «leis do mercado», da «economia de mercado», lá vão embolsando os lucros e descartando-se das consequências sociais negativas.

Então, se o presidente da entidade responsável pela elaboração do Livro Verde entende que a «sociedade da informação» é uma «sociedade de mercado» (perdão, dos mercadores), que garantias estão subjacentes, na intenção e no processo de elaboração deste livro, em termos de direitos e riqueza para os trabalhadores e para a sociedade em geral? Bem pelo contrário, ao introduzir o «mercado» na conversa gerou uma evidente contradição a este respeito; como alguém pretendendo

que uma caneta de tinta verde escreva a cor vermelha.

Enfim, explicadas as coisas como o foram no debate, não augura nada de bom esta «sociedade da informação» em tons de verde. Ao fim e ao cabo, é necessário reconhecermos, uma vez mais, a necessidade de aprofundar a luta de classes em torno das novas tecnologias e da sua implementação, no sentido de garantir o benefício social das mesmas e evitar a sua utilização como forma de enriquecimento de uns quantos. E lembrar que tal luta se dirige em grande medida contra o actual poder governamental, para quem o verde significa esperança para as grandes transnacionais e os grandes capitalistas da nossa praça.

4. Progresso tecnológico, aumento da produtividade do trabalho e manutenção do emprego

Sem pretender ser exaustivo na abordagem que se segue, há que reconhecer objectivamente que o progresso tecnológico e o con-

sequente aumento da produtividade do trabalho são conciliáveis com o pleno emprego. Só que, tal conciliação implica acabar de uma vez por todas com o apelo à prevalência da «economia de mercado» e da «sociedade de mercado», onde o objectivo final é o lucro dos mercadores e não a satisfação material e psicológica dos seres humanos. Só um poder político inequivocamente do lado de quem trabalha e produz riqueza e uma intervenção consequente do aparelho de Estado permitem conciliar uma coisa com a outra, por via:

- da afectação dos trabalhadores a novas actividades (há muito por fazer!);
- da redução do tempo de laboração de cada um – o que permite que a todos caiba algo do tempo de trabalho social necessário e, simultaneamente, aumente o tempo de lazer;
- da concessão de condições de indemnização e de vida condignas aos desalojados pelo progresso tecnológico.

Em relação ao primeiro aspecto, só a defesa de interesses anti-sociais ou uma grande miopia intelectual permitem afirmar que, no mundo dos nossos dias, tudo está feito; esquecendo o enorme esforço social que é necessário para:

- aumentar a produção de determinados bens e serviços, que na actualidade são de acesso restrito (a começar pelos próprios bens alimentares);
- preservar o equilíbrio ecológico, o que exige:
 - que se corrija e redireccione a produção social, em termos de processos, bens e serviços;
 - que se anulem os males já feitos;
 - preservar o património cultural;
 - criar infra-estruturas sociais, na área da saúde, habitação e educação;
 - etc., etc., etc.

No que respeita à redução do tempo de laboração, mesmo que para alguns isso implique o desaparecimento da actividade profissional, ela deve ser efectuada sem qualquer redução salarial. Se o aumento da produtividade implica que com menos trabalho se conseguem produzir os mesmos bens e serviços, porque não há-de ser compatível reduzir o tempo de laboração e manter o poder aquisitivo?



EM FOCO

⑤ Formação, trajetória e fim do Império Britânico

■ Manoel de Lencastre



O gigantesco acontecimento que foi a Revolução francesa e a rápida propagação das respectivas ideias, alarmou a Inglaterra que descobria a Indústria e avançava no Império, uma Inglaterra profundamente conservadora e hostil aos valores e aos interesses do povo.

À beira da clarificação de um novo sistema de relações de produção, começavam a definir-se as posições das duas classes sociais que agitariam o país. Este vivia o tumulto de uma nova era, mas libertava-se, rapidamente, das condições antigas. Tanto a aristocracia como o patronato compreenderam o perigo que surgia se o operariado e as massas em geral fossem influenciados pelas momentosas notícias que, todos os dias, chegavam de Paris.

Os trabalhadores ingleses não eram estranhos a certos modelos de organização, por sectores de trabalho artesanal, ou às consequências quase sempre nefastas das suas lutas pela terra e contra as expropriações. Mas, o que aconteceria se, nas novas condições já à vista, eles resolvessem «combinar» a sua acção, as suas reivindicações – ou formar sindicatos?

Rapidamente, as classes dominantes resistiram às primeiras tentativas de «combinações» entre operários, influenciando o governo no sentido de que as declarações ilegais, impróprias de um país como a Inglaterra. Mas, para além das graves questões levantadas pelo que estava a acontecer em França, começavam a registar-se violentas flutuações nos preços de certos produtos. Quaisquer que fossem as condições, tornaram-se inevitáveis em determinados sectores as clássicas exigências de aumentos de salários. E, assim, industriais e ministros da Coroa fizeram aprovar no Parlamento as célebres «Combination Laws» de 1799 e 1800 que proibiam os trabalhadores de organizarem-se para a luta por esses essenciais aumentos e pela diminuição das horas de

trabalho diário. Segundo o professor Dicey, no seu livro «Law and Opinion in England» (pág. 98), «qualquer trabalhador que organizasse uma greve ou aderisse a um sindicato, era considerado um criminoso e os seus actos seriam passíveis, se condenado, de uma pena de prisão. A greve era um crime e os sindicatos, organizações ilegais».

Nestes termos, a natural tendência dos trabalhadores para unirem-se ou combinar os seus esforços e poderem avançar as suas reivindicações foi ilegalizada e suprimida. Mas floresceram, como não podia deixar de ser, organizações secretas e outras ambições revolucionárias. O movimento da classe operária britânica, ainda na sua infância, perdeu, assim, o equilíbrio que teria adquirido se a organização de sindicatos, naquele histórico momento, tivesse sido consentida e compreendida.

Quando o industrial David Dale construiu fábricas de fiação de algodão na província escocesa de Lanark, para tirar vantagem da proximidade do rio Clyde, não encontrou gente suficiente para trabalhar nas mesmas. Recorreu a crianças abandonadas e orfãs. E dessas crianças fez escravos. Nas promíscuas e gélidas instalações fabris pertencentes ao referido Mr. Dale, surgiram doenças epidémicas que originaram protestos contra a situação dessas crianças, vidas para sempre encarceradas. Em 1802, a «Lei da Saúde e da moralidade dos aprendizes» (Health and Morals of Apprentices Act) limitava a 12 horas o dia de trabalho infantil e previa a proibição do trabalho nocturno das mesmas a partir de 1804. Mas os patrões, e Mr.

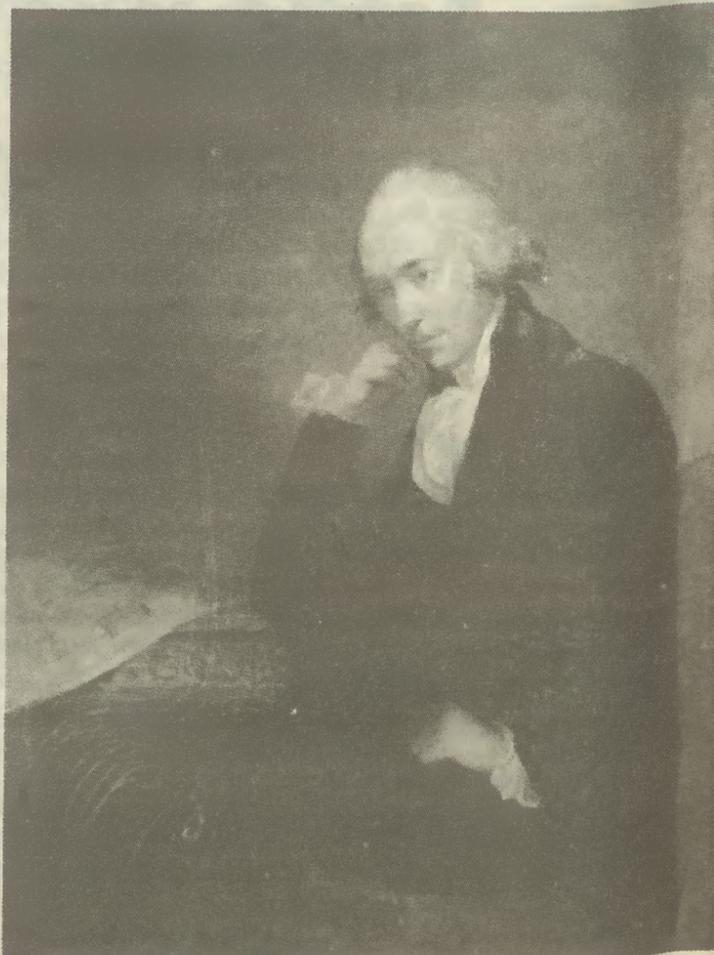
Dale, especialmente, encontraram logo maneiras inúmeras de fugir a estas leis. Riram-se delas, efectivamente. O trabalho escravo-infantil prosseguiu.

Trovas, para esquecer o pânico

Entretanto, apesar do pânico que a Revolução francesa continuava a inspirar e da consciência de que a guerra seria inevitável, nos teatros londrinos como nos de outras cidades, a prosperidade gerada pela Revolução industrial e o sentimento de que a Inglaterra dominaria o mundo criavam uma atmosfera leviana, fácil, desviada das realidades de momento. Cantavam-se trovas do estilo antigo – um estilo de vida que ameaçava diluir-se no avanço dos novos tempos. Certo, a burguesia industrial, negociadora, especuladora, lutava para absorver esse estilo e manter as draconianas diferenças de classe existentes na socie-

dade britânica. Na indústria, na organização do Estado, na vida militar, na política e na diplomacia, como nas próprias ruas das cidades, a Inglaterra continuava a dividir o seu povo – uns, a minoria, divertiam-se nos teatros; outros, a esmagadora maioria, lutava e chorava pelo

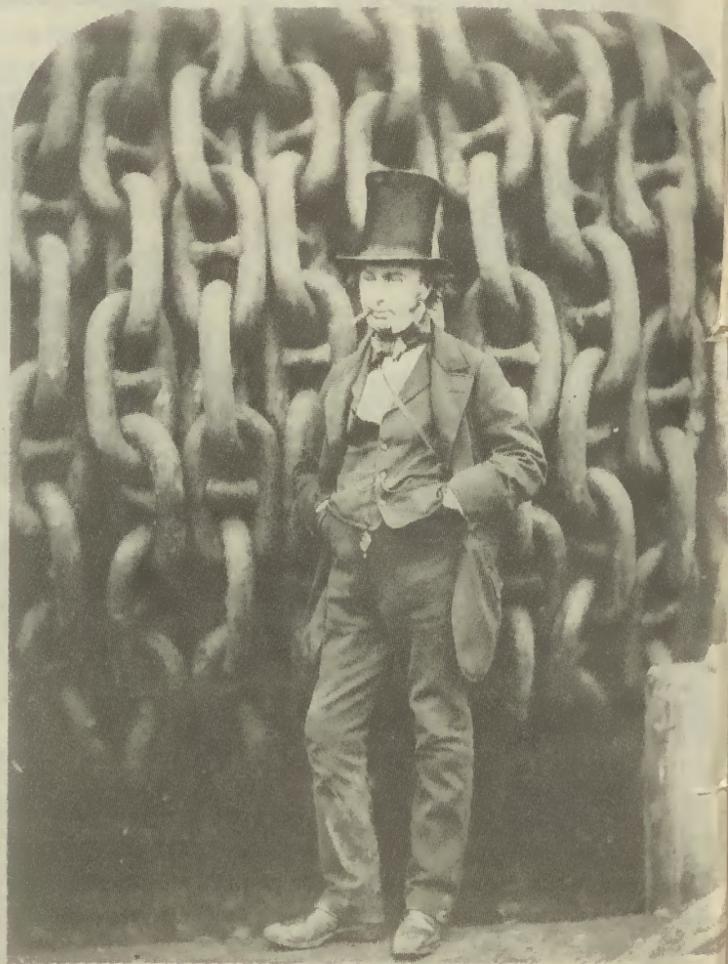
Indústria, Império e Guerra



James Watt, 1736-1819



Engenheiros britânicos da era do caminho-de-ferro



Isambard Kingdom Brunel, 1806-1859 – Engenharia civil e naval



Por detrás das fábricas, a miséria

magro pão, pela simples sobrevivência, e punha os olhos num futuro distante cujos contornos lhe pareciam inseguros, quase perdidos na incalculável distância. Assim, segredavam-se as espantosas informações que vinha de Calais, Boulogne e Dieppe, via Dover. Mas as classes dominantes cantavam as «Trovas de 'Squire'».

*«When the Duke of Leeds shall married be,
To a fine young lady of high quality,
How happy will that gentle woman be
In his grace of Leeds' good company!»
«She shall have all that's fine and fair,
And The best of silk and satin to wear:
And ride in a coach to take the air;
And have a home in St. James' Square»*

*«Quando o duque de Leeds conseguir
casar-se
Com uma bela dama de alta qualidade,
Como será feliz a gentil senhora,
Na graça e companhia de um tal senhor!»*

*«Vai possuir tudo o que é próprio e fino,
Usará cetins e as melhores sedas;
Sairá de carruagem a tomar ares;
E terá casa em St. James' Square»*

A guerra do império vai chegar a Portugal

A guerra contra a França revolucionária foi uma guerra imperialista, de vingança, de impossível tentativas de preservação do passado, de defesa dos privilégios das autocracias e da realeza europeia. Igualmente, foi a guerra pela definitiva imposição do Império britânico ao mundo. A Inglaterra tinha de defender as suas possessões coloniais que, com o Segundo Império já em progresso, começavam a abraçar quase todos os continentes. E, para que à França republicana e à França napoleónica fosse negada alguma influência no mundo, o controlo dos mares era absolutamente essencial. Contra as novas ideias anunciadas aos povos sedentos de liberdade pelos novos poderes republicanos em Paris, a Inglaterra industrial, burguesa, financeira, oferecia o passado – mas tratava-se de um passado com futuro. O mundo ficaria boquiaberto ante os horrores da luta que iria travar-se entre os dois colossos.

O duque de York, segundo filho de George III, foi enviado para o continente à frente de um exército de 10 000 homens para, em aliança com prussianos e austríacos, expulsar os franceses da Holanda. Em princípios de 1794, já pediam reforços. Mandaram-lhes para

Ostende um corpo expedicionário que tinha sido destinado a embarcar em Cork (Irlanda) com a missão de ajudar insurrectos realistas na Bretanha. Esta força militar era comandada pelo conde de Moira mas incorporava o 33º regimento de Infantaria que, por sua vez, integrava uma brigada cujo comandante seria uma das figuras centrais da construção do Império – Sir Arthur Wellesley, o futuro duque de Wellington.

Enquanto isto, os defensores de reformas políticas na Grã-Bretanha, Thomas Muir e Thomas Palmer, eram arrastados diante do fanático e reaccionário juiz escocês, Jeffreys, que os mandou deportar para a Austrália. Tornaram-se mártires das liberdades dos povos britânicos. E as prisões georgianas estavam a abarrotar. Mas, em 1799, a Revolução francesa resvalava no atoleiro da crise financeira generalizada. «Busco uma espada!» gritou Sieyès. Surgiu Napoleão que lhe deu a vasta propriedade de Crosne. Então, em França, cantou-se:

*«Sieyès à Bonaparte a fait present du trône,
Sous un pompeux débris croyant
l'ensevelir;
Bonapart à Sieyès a fait present de Crosne,
Pour le payer e l'avilir»*

A esquadra francesa sofreu uma estrondosa derrota em Aboukir e Alexandria viu o assombroso espectáculo da frota fantasma em fuga, conduzida por Villeneuve, Blanquet, Ganteaume. a 1 de Abril de 1801, a esquadra do almirante Nelson apresenta-se diante de Copenhague. Os dinamarqueses abriram fogo, furiosamente, e causaram estragos e baixas do lado britânico. Sir Hyde Parker, no comando supremo da força naval inglesa, fez sinal a Nelson para que suspendesse as operações. Mas este queria destruir os navios e as fortificações dos dinamarqueses para que não se colocassem ao lado da França. Então, alegando que só tinha um olho e não via o sinal, realizou um segundo e mais bárbaro ataque. A batalha durou três horas e as forças navais e terrestres dinamarquesas acabaram por ser postas fora de combate.

Chamas bailavam à tona de água. O navio-almirante dinamarquês «Dannebrog» andava à deriva. Toda a sua tripulação estava morta. Depois, «generosamente», Nelson propôs um acordo de cessar-fogo. Nelson, como se sabe, seria, também, uma das figuras supremas do Império britânico. Mesmo na Inglaterra de hoje é aquele que o país e o povo mais veneram. Veremos no nosso trabalho seguinte como se produziu e venceu a batalha de Trafalgar.

Nomes da Revolução Industrial e do Império

Os heróis supremos e os mártires em absoluto da Revolução Industrial foram o povo inglês e a classe operária. É certo que vieram, com a passagem do tempo, a conseguir benefícios que em nada correspondiam aos sacrifícios consentidos. A classe operária britânica pagou com o seu sangue e com a sua alma os triunfos da industrialização. Mais tarde, enquanto os capitalistas acumulavam lucros a uma escala até então impensável, a exploração começou a fixar-se sobre os povos coloniais e outros. Esta situação, até certo ponto, ainda se mantém.

Entretanto, o glorioso mas sacrificado percurso ficou marcado, também, pela acção de grandes inovadores e homens de projecto sem os quais a Revolução Industrial seria retardada. Eis alguns dos grandes nomes que ficaram na História e não podem, portanto, ser esquecidos:

- John Smeaton (1724-1792), o primeiro dos grandes engenheiros, construtor de pontes, canais e portos de mar;
- John London McAdam (1756-1836), construtor de estradas;
- Thomas Coke, conde de Leicester, Mr. Coke of Norfolk, (1752-1842), precursor da industrialização da agricultura;
- Robert Bakewell (1725-1795), especialista em pecuária, um dos primeiros criadores de gado para abastecimento em massa dos grandes centros populacionais;
- James Brindley (1716-1772), engenheiro, construtor de 300 quilómetros de canais incluindo o de Bridgewater entre Manchester e Liverpool;
- George Stephenson (1716-1772), inventor da locomotiva e dos caminhos-de-ferro;
- James Watt (1736-1819), inventor da máquina a vapor;
- John Wilkinson (1728-1808), mestre da indústria do ferro;
- Michael Reynolds (1735-1816), mestre da indústria do ferro;
- Mathew Bolton (1728-1809), industrial em Birmingham;
- Robert Owen (1771-1858), industrial têxtil e pioneiro do socialismo prático, mas utópico;
- Henry Maydsley (1771-1858), industrial de ferramentas;
- Samuel Crompton (1753-1827), inventor da «Mule», máquina de fiar algodão;
- John Dalton (1764-1844), químico; conhecido como o pai da moderna teoria químico-atómica;
- Richard Arkwright (1732-1792), inventor da «spinning frame», máquina de fiar algodão e produzir fio de espessura até então não conseguida; viu as suas máquinas destruídas por massas populares que se insurgiram contra o crescente uso de maquinaria;
- Humphrey Davy (1778-1829), professor de química;
- Henry Fourdrinier (1730-1799), fabricante de papel;
- Josiah Wedgwood (1730-1795), fundador da indústria de porcelanas;
- Marc Isambard Brunel (1769-1849), engenheiro naval, construtor do tunel sob o Tamisa;
- Edward Jenner (1749-1823), inventor do processo e do princípio da vacinação;
- Thomas Telford (1757-1834), construtor de estradas e canais.

Primeiros-ministros britânicos durante o histórico período da Revolução Industrial e do Império

	Partido
1743 – Thomas Pelham	(Whig)
1754 – Duque de Newcastle (Henry Pelham)	(Whig)
1756 – Duque de Devonshire (William Cavendish)	(Whig)
1757 – Duque de Newcastle (Thomas Pelham)	(Whig)
1762 – Conde de Bute (John Stuart Bute)	(Tory)
1763 – George Grenville	
1765 – Marquês de Rockingham (Charles Watson Wentworth)	
1766 – Conde de Chatham (William Pitt, o mais velho)	
1768 – Duque de Grafton (Augustus Henry Fitzroy)	
1770 – Lord North (Frederick North)	(Tory)
1782 – Marquês de Rockingham (Charles Watson Wentworth)	(Whig)
1782 – Conde de Shelbourne (William Petty)	(Whig)
1783 – Duque de Portland (William Henry Cavendish Bentinck)	(Coligação)
1783 – William Pitt, o mais novo	(Tory)
1801 – Henry Addington	(Tory)
1804 – William Pitt, o mais novo	(Tory)
1806 – Lord Grenville (William Wyndham Grenville)	(Whig)
1807 – Duque de Portland (William Henry Cavendish Bentinck)	(Tory)
1809 – Pencer Perceval	(Tory)
1812 – Lord Liverpool (Robert Banks Jenkinson)	(Tory)
1827 – George Canning	(Tory)
1827 – Visconde Goderich (Frederick John Robinson), conde de Ripon	(Tory)
1828 – Duque de Wellington (Arthur Wellesley)	(Tory)
1830 – Conde de Grey (Charles Grey)	(Whig)
1834 – Visconde Melbourne (William Lamb)	(Whig)
1834 – Robert Peel	(Conservador)
1835 – Visconde Melbourne (William Lamb)	(Whig)
1841 – Robert Peel	(Conservador)
1846 – Lord John Russel	(Whig-Tory)
1852 – Conde de Derby (Edward Geoffrey Smith Stanley)	(Conservador)
1852 – Conde de Aberdeen (George Hamilton Gordon)	(Conservador)
1855 – Visconde Palmerston (Henry John Temple)	(Liberal)
1858 – Conde de Derby (Edward Geoffrey Smith Stanley)	(Conservador)
1859 – Visconde Palmerston (Henry John Temple)	(Liberal)
1865 – Conde de Russell (John Russell)	(Liberal)
1866 – Conde de Derby (Edward Geoffrey Smith Stanley)	(Conservador)
1868 – Benjamin Disraeli	(Conservador)
1868 – William Ewart Gladstone	(Liberal)
1874 – Conde de Beaconsfield (Benjamin Disraeli)	(Conservador)
1880 – William E. Gladstone	(Liberal)
1885 – Marquês de Salisbury (Robert Arthur Talbot Gascoyne Cecil)	(Conservador)
1886 – William E. Gladstone	(Liberal)
1886 – Marquês de Salisbury	(Conservador)
1892 – William E. Gladstone	(Liberal)
1894 – Conde de Rosebery (Archibald Philip Primrose)	(Liberal)
1895 – Marquês de Salisbury	(Conservador-Unionista)

Sócrates - o tocador

Está um verdadeiro estadista este jovem ministro José Sócrates. A demonstração ficou feita na sua entrevista de sábado passado, no «Expresso». É vê-lo responder aos camaradas recalcitrantes do Grupo Parlamentar recomendando-lhes que leiam Kipling diariamente. É segui-lo no comentário ao «despedimento» dos colegas que saíram do Governo com uma tirada filosófica digna do

homónimo da antiguidade. Assim: «tem-se sucesso em política quando se tem unhas para tocar viola». Sócrates, o José, não hesita em se considerar um dos tais tocadores. Não é menino para esconder as unhas. Por isso ao ser perguntado sobre a remodelação do Governo que o levou a ministro respondeu sem corar: «escolheram-se os melhores». Lá diz o provérbio: «presunção e água benta...» A experiência popular que assim ridiculariza a presunção sabe bem que ela não

PONTOS CARDEAIS

traz coisa que se veja e ainda para mais se trata de um ministro.

O mal e a caramunha

O ministro Jorge Coelho está a revelar, além da truculência que já se lhe conhece, uma especial capacidade para fazer o mal e a

caramunha. Ao discursar no passado sábado, num comício em Oeiras de apoio à candidatura da sua camarada de partido Elisa Damião, fartou-se de gritar que está a ser alvo de uma «perseguição obsessiva» e de que «ninguém lhe calará a voz». Pura hipocrisia que pretende esconder o facto de ele e outros membros do Governo terem, em muitos casos, abusado do poder em benefício do PS.

Para dar colorido à sua vitimação, Coelho contou uma história passada antes do 25 de Abril em que um democrata a quem a polícia da ditadura tinha cortado os microfones gritava: «Podem cortar-me os microfones que a minha voz não vão calar.» Só que o ministro Coelho esqueceu-se de esclarecer que hoje em Portugal é ele quem manda nos microfones, na polícia, nos serviços secretos e em vários aspectos do próprio processo eleitoral. Está por isso obrigado a uma conduta que não estabeleça dúvidas sobre a sua imparcialidade. É assim em democracia, já devia ter percebido...

Os apelos à Valentim

Provou-se mais uma vez que a falta de vergonha de Valentim

Loureiro não tem limites. Quem o viu na televisão no passado domingo deve ter pasmado, apesar de tudo. Ele que se arroga o título de maior organizador dos megajantares, pagos do bolso sabe-se lá de quem, permitiu-se transmitir por intermédio da correlegionária Leonor Beleza um recado para que os políticos de Lisboa se deixem de jantares e resolvam os problemas do país. Uma tal tirada só podia terminar aos gritos de «Valentim! Valentim!», dados, claro, pelo próprio Valentim.

As angústias de Marcelo

Calculam-se as angústias que devem invadir Marcelo Rebelo de Sousa com a aproximação do dia 14. Ele que tinha anunciado que não fazia campanha nacional acabou por meter-se à estrada e assistir a todas as capelinhas. Não é difícil perceber porquê. Não são só os resultados que o preocupam, embora estes devam constituir uma grande preocupação. Pior ainda são as relações de força que vão resultar das eleições. Em que posição vão ficar Santana Lopes e Luiz Filipe Menezes? E o responsável de Lisboa, Pacheco Pereira? (Não se esqueça que foi ele o inventor

de Ferreira do Amaral e de outras escolhas desgraçadas). E o ameaçador Barroso que chegou das Américas e a quem não podem ser atribuídas culpas no eventual desastre? Por cima disto tudo, Marcelo ainda se vê obrigado a dizer bem de Cavaco Silva, porque aquele providencial general de cavalaria que escolheram para candidato do Porto chamou ao antigo primeiro-ministro arrogante e autoritário. (O que até nem foi das grandes asneiras que proferiu na campanha.) Mas quem terá pregado a Marcelo a partida da escolha desta anedota política?

A briga anunciada

Na Figueira da Foz os apoiantes do PS (Carlos Beja) e do PSD (Santana Lopes) pegaram-se à pancada. Digamos que se trata de uma briga anunciada. Realmente nestas disputas do poder e dos poderes o nível de discussão entre os dois partidos tem descido tão baixo que só faltava isto: a estalada. Entretanto, no que toca à política e às grandes decisões para o futuro do país não discutem, nem brigam, estão de acordo. Isto torna a briga da Figueira ainda mais vergonhosa.

PONTOS NATURAIS

Trabalho igual Salário igual

Rodrigo Guedes de Carvalho

Estão em greve mais de metade dos trabalhadores da fábrica de calçado Rohde, em Santa Maria da Feira, o que, aliás, não acontece pela primeira vez. As operárias queixam-se de discriminação, pedem melhores salários. A administração da empresa rejeita as acusações e diz que os aumentos dependem das negociações.

Manifestação de Operárias

Abaixo a redução!
Abaixo a redução!
Abaixo a redução!

Repórter

O fim da discriminação, melhores salários. Mais de metade das operárias entraram em greve.

Operária

Eu exijo. Não quero pedir nada. Está no meu direito. Quero a categoria de primeira. Se eles não me ouvem eu vou gritar mais alto: *Quero a categoria de primeira!*

Repórter

As trabalhadoras têm em média 70 a 80 contos por mês. Dizem que é pouco e acusam os patrões de discriminação porque os homens ganham mais do que as mulheres.

Operária

Nós temos uma função na máquina. Se nós não andarmos o que eles exigem, tiram-nos da máquina, põem-nos noutros serviços, até na limpeza nos põem. Puseram uma colega minha, grávida, a lavar o chão com diluente. Grávida!

Operária

Este mês levei 65 contos, mas o meu salário é de 71. Mas 60 é quase sempre aquilo que eu

levo. É muito mal feito o que eles estão a fazer aqui.

Manifestação

Queremos melhores salários!
Queremos melhores salários!
Queremos melhores salários!

Repórter

A fábrica emprega dois mil trabalhadores. A administração diz querer ver o assunto resolvido, mas que tudo depende das negociações.

Administrador

Eu gostaria que tudo fosse resolvido com a maior calma e com a maior brevidade possível. Mas isso está dependente das negociações com os nossos trabalhadores que ainda não compreenderam neste momento que estão a pôr em risco postos de trabalho.

Repórter

Para os trabalhadores, a administração está a rejeitar o diálogo.

Operária

Devem ter medo de falar connosco ou qualquer coisa. Eles não querem falar connosco. Nós já tentámos ir lá dentro e eles nem sequer nos recebem.

Repórter

Esperam que a vossa reivindicação seja cumprida? Antes do Natal?

Operária

Sim, temos esperança. Mas não vamos ficar por aqui. Se eles não cederem vamos continuar a lutar.

Repórter

A luta continua. Amanhã, cerca de trinta fábricas de calçado de S. João da Madeira entram em greve por melhores salários.

(Primeiro Jornal SIC)

Mário Castro



AGENDA

Carlos Carvalhas

com os candidatos locais
no encerramento da Campanha da CDU

Hoje, QUINTA-FEIRA, na Margem Sul do Tejo

- **ALMADA**
Arruada CDU com início na Rua Central do Laranjeiro - às 11h
- **ALHOS VEDROS**
Arruada CDU com início na Sede da Campanha - às 16h30
- **BAIXA DA BANHEIRA**
Arruada CDU com início na Sede da Campanha - às 17h30
- **BARREIRO**
Arruada junto aos Penicheiros
Jantar-convívio de apoiantes da CDU - às 20h, nos Penicheiros
- **ALMADA**
COMÍCIO DA CDU na SFUAP - às 22h

Amanhã, SEXTA-FEIRA, em concelhos do Norte de Lisboa

- **VILA FRANCA DE XIRA**
Encontro com a população, com início na Sede da Campanha e desfile pelo centro da cidade - às 10h
- **AMADORA**
Desfile e contactos com a população, com início junto ao CT do PCP - às 17h
- **LOURES**
COMÍCIO-FESTA no Pavilhão Paz e Amizade - às 21h. Espectáculo musical com o grupo "Quadrilha"

Outras iniciativas da CDU

ALMEIRIM

- Debate subordinado ao tema «Almeirim - Séc. XXI, as opções para um desenvolvimento humanizado», com a participação de Elias Camacho, Arquitecto, candidato da CDU à presidência da CM, Eng. José Alfaiate, Manuela Cunha ("Os Verdes") - hoje, dia 11, às 21h, na Biblioteca Municipal.

AMADORA

- Debate com estudantes na Esc. Secundária da Amadora, com a participação de Orlando de Almeida - hoje, quinta-feira, às 15h.
- Comício-Festa no Pavilhão Polivalente da Brandoa, com Orlando de Almeida, Fernando Batista e José Casanova - hoje, quinta-feira, às 21h.

BORBA

- Festa de encerramento da Campanha no Pavilhão do ex-Ciclo, com a participação de José Soeiro - sexta-feira às 22h.

HORTA

- Festa-Comício de encerramento da Campanha, com a participação de Carlos Alberto Moniz e artistas locais - às 21h.

APTARDINAS
97

Vota

CDU

é sempre melhor!

PCP-PEV

Neste últimos dois dias de campanha, a CDU e as suas estruturas locais de apoiantes promovem iniciativas de propaganda eleitoral em todos os concelhos, com contactos de rua, caravanas, comícios.

PARTICIPANDO, dá mais força à CDU!

FARO

- A Juventude CDU promove uma animação de rua no Centro de Faro (Rua de Sto. António) - sexta-feira, às 16h.

OLIVEIRA DO BAIRRO

- Sessão de encerramento da Campanha na Casa do Povo de Oiã - sexta-feira, às 21h.

RIO DE MOURO

- Espectáculo-Festa no Auditório da Igreja Paroquial de Rio de Mouro, com a participação de Lino Paulo e espectáculo musical com o grupo "Pólo Norte" - hoje, quinta-feira, às 21h30.

VALONGO

- Festa-comício de encerramento em Campo, com a participação de Eduarda Ferreira e Adriano Ribeiro - sexta-feira, às 21h30.

VILA FRANCA DE XIRA

- Festa de encerramento da Campanha no Ateneu Vilafranquense, com a participação dos candidatos Daniel Branco e Mário Calado e espectáculo musical com "Os Meninos da Avó" - sexta-feira, às 21h30.
Comício-Festa na Euterpe Alhandrense, em Alhandra, com Daniel Branco, José Alberto Pitacas, Raul Pedro e Luís Sá - quinta-feira, às 22h.

TELEVISÃO

Quinta, 11

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Isto Só Vídeo
15.05 Força de Mulher
15.45 Na Paz dos Anjos
17.00 Antenas no Ar
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 A Grande Aposta
22.30 Maria Elisa
00.20 24 Horas
01.40 Musical: «Backstreet Boys II»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.45 Dinossauros - O Filme (de Brett Thompson, EUA/1990, com Shawn Hoffman, Tiffanie Poston, Omri Katz, Fantasia)
00.20 Falatório
01.15 Magazine

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.30 Esta Semana
00.15 Último Jornal
00.40 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 O Abismo (de James Cameron, EUA/1989, com Ed Harris, Mary Elisabeth Mastrantonio, Michael Biehn, Leo Burmester. Ver Destaque)
01.45 Lanterna Mágica
02.15 Doido por Ti
03.10 A Balada de Hill Street

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Sexta, 12

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.15 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Os Andrades
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Marítimo-Benfica
23.00 A Grande Aposta
01.00 24 Horas
01.50 Uma Mulher Atraícoada (de Andrew Stevens, EUA/1993, com Andrew Stevens, Shannon Tweed. «Thriller»)
03.45 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Hugo
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.35 Tex Avery
22.45 Dinossauros - O Filme (de Brett Thompson, EUA/1990, com Shawn Hoffman, Tiffanie Poston, Omri Katz, Fantasia)
00.20 Falatório
01.15 Magazine

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.50 Anjo Mau
22.00 Agora ou Nunca
23.30 Esta Semana
00.15 Último Jornal
00.40 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Caprichos
15.30 O Jogo da Vida
16.15 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 Portugal Português
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
24.00 Contaminação (de Alan Metzger, EUA/1997, com Philip Bosco, Bill Nunn, Nicholas Pryor, Pamela Reed. Fantástico)
02.00 Doido por Ti
02.40 Fora de Jogo

Sábado, 13

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.25 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 3000 Segundos
17.05 Amores e Rebelião
18.05 Jet 7
18.50 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
21.15 Riso, Mentiras e Vídeo
23.50 24 Horas
00.25 Ski Radical (de Patrick Hasburgh, EUA/1993, com Paul Gross, Peter Berg, Finola Hughes, Ten Polo. Drama)
03.25 A Ruptura (de Claude Chabrol, Fr./It./Bélg./1970, com Stéphane Audran, Jean-Pierre Cassel, Michel Bouquet. Ver Destaque)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.05 Companheiros
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.30 Musical - Elton John no Rio
19.30 2001
19.55 Onda Curta (A Grande Passeata - Filme de Nick Part, Gr.Br./1989; Trinta e Cinco Para Cada Lado - Filme de Damien O'Donnell, Ir./1995. Curtas-Metragens)
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.40 Cyrano de Bergerac (de Jean-Paul Rappeneau, Fr./1990, com Gérard Depardieu, Jacques Weber, Anne Brochet, Vincent Perez, Roland Bertin. Ver Destaque)
01.10 Sinais do Tempo
01.35 Real Sex

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 A Sentinela
15.40 Marshall
16.40 Os Saltadores da Arca Perdida (de Steven Spielberg, EUA/1981, com Harrison Ford, Karen Allen, Paul Freeman. Ver Destaque)
19.20 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.25 Salsa e Merengue
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Médico Assassino (de Manny Cotto, EUA/1992, com Larry Drake, Holly Marie Combs, Cliff de Young. «Thriller» - Terror)

TVI

10.00 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.00 Uma Família às Direitas
15.35 Competente e Descarada
16.30 Pobre Menina Rica
18.30 F/X: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.30 Edição Especial
23.25 Se o Amanhã Chegar
01.10 Os Vagabundos de Nova Iorque (de Philip Kaufman, EUA/1979, com Ken Wahl, John Friedrich, Karen Allen, Toni Kalem. Ver Destaque)

Domingo, 14

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Os Andrades
15.35 Superbebês
16.15 Em Busca do Vale Encantado - IV (de Roy Allen Smith, EUA/1995. Desenhos Animados)
17.45 Casa Cheia
18.30 Especial Eleições Autárquicas 97
01.05 O Tempo

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 «The Triumph of the Nerds»
12.05 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
17.00 As Teias da lei
18.05 Pandora (de António Cunha Telles, Port./Fr./1993, com Philippe Léotard, Fanny Cottençon, Inês de Medeiros, Alexandre de Sousa, João Grosso, Pedro Hesnes. Ver Destaque)
19.55 Bombordo
20.30 Artes e Letras - «Dinossauros»
21.20 Viúvas
22.15 Horizontes da Memória
22.45 Teatro: «La Place Royal»
00.30 Vidas do Século - «Sakharov»

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Viper
15.45 Libertem o Willy II (com James Jason Richter, August Schellenberg, Jayne Atkinson, Michael Madsen. Aventuras)
17.30 Chuva de Estrelas
18.30 Especial Eleições Autárquicas 97
23.10 Homens à Parte (de Herbert Ross, EUA/1994, com Whoopi Goldberg, Mary Louise Parker, Drew Barrymore. Ver Destaque)
01.30 Último Jornal
01.45 Jô Soares

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.15 Adultos à Força
16.15 Feed Back
17.15 Pobre Menina Rica
19.15 Desafios
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol (Campeonato Italiano)



Francisco José Viegas, agora na equipa do Falatório. às sextas-feiras, com livros à mesa

Segunda, 15

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nico d'Obra
15.05 Na Paz dos Anjos
16.20 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.30 A Grande Aposta
22.50 Concurso 1, 2, 3
01.20 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Euronews
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sárihos com Elas
22.00 Jornal 2
22.30 Asfalto Quente (de Steven Spielberg, EUA/1974, com Goldie Hawn, Ben Johnson, Michael Sacks, William Atherton. Ver Destaque)
00.15 Falatório
01.10 O Crítico

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.50 Juiz Decide
14.50 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.30 007 - Goldeneye (de Martin Campbell, EUA/1995, com Pierce Brosnan, Sean Bean, Isabella Scorupco, Robbie Coltrane. Aventuras / Espionagem)
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.35 Jogo da Vida
16.15 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 MacGyver
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem Sem Passado
23.00 Linha de Fundo
00.45 Doido por Ti
01.25 A Balada de Hill Street

Terça, 16

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 As Lições do Tonecas
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 A Grande Aposta
22.30 Herman Enciclopédia
23.50 A Toca de Robin
00.20 24 Horas
01.00 86-60-86

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Ellen
22.00 Jornal 2
22.30 Encontros Imediatos do Terceiro Grau (de Steven Spielberg, EUA/1977, com Richard Dreyfuss, François Truffaut, Terri Garr, Melinda Dillon, Cary Guffey. Ver Destaque)
02.05 Falatório
03.05 Duckman, o Trapaalhão

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Paródia Nacional
23.30 Filhos da Nação
00.40 Último Jornal
01.05 Raptados
02.25 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.35 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.30 O Jogo da Vida
16.15 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 Rapto Sangrento (de Stephen Gyllenhaal, EUA/1987, com Tracy Pollan, M. Emmet Walsh, Michael Bowen. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.35 Fora de Jogo
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 17

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 A Grande Aposta
22.00 Enviado Especial
23.00 Parque Jurássico (de Steven Spielberg, EUA/1993, com Sam Neill, Laura Dern, Jeff Goldblum, Richard Attenborough, Bob Peck. Ver Destaque)
00.10 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.30 Um Assassino pelas Costas (de Steven Spielberg, EUA/1971, com Dennis Weaver, Tim Herbert, Charles Peel, Eddie Firestone. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.35 Música Maestro - Opus Ensemble

SIC

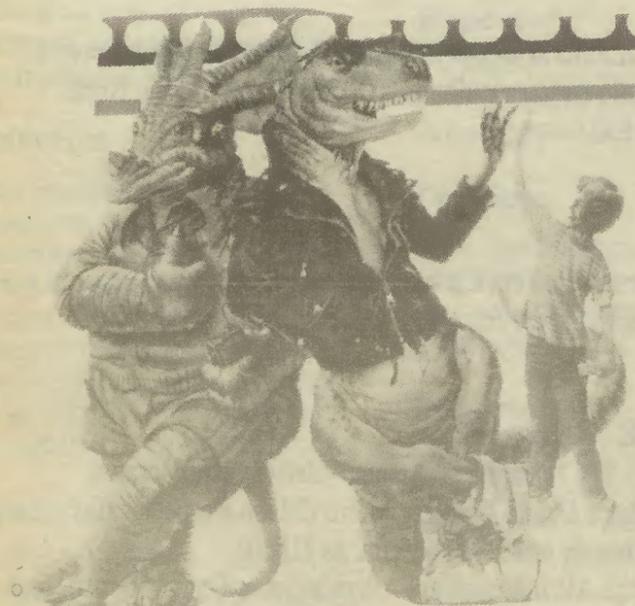
09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Imagens Reais
12.00 Sonho Meu
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Buérré
18.00 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Fantasma
22.30 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Toda a Verdade
01.55 Noites Longas da SIC

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Caprichos
13.30 TVI Jornal
14.20 Portugal Português
15.30 O Jogo da Vida
16.15 S.O.S. Urgências
17.10 Quase Modelo, Quase Detective
18.00 MacGyver
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 A Valsa da Vida (de Ernest Thompson, EUA/1995, com Shirley MacLaine, Liza Minnelli, Kathy Bates, Jennifer Grey. Comédia Dramática)
23.55 Doido por Ti
00.35 Desporto
01.25 A Balada de Hill Street



O Opus Ensemble (Anabela Chaves na foto) na quarta-feira ao fim da noite na RTP2



A RTP (1 e 2) nos próximos dias sob o signo dos dinossauros

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Abismo

(Quinta, 23.00, TVI)

Próxima que está a quadra natalícia e numa semana toda ela dedicada à fantasia e às aventuras mais ou menos irreais no cinema, *O Abismo* inaugura este desfile espectacular. Vulgarmente cognominado de *E.T. submarino* (!) este filme de James Cameron fantasia com intensa desenvoltura cinematográfica as aventuras por que passa a tripulação de um navio que é encarregada de proceder ao achamento e possível salvamento de um submarino nuclear que havia sofrido uma falha técnica. Entretanto, nas buscas efectuadas, os salvadores vão ser surpreendidos por um inesperado furacão que acaba por ser o causador de uma descoberta fantástica com que jamais teriam contado... Nos papéis principais, o destaque vai para Mary Elizabeth Mastrantonio, mas este é um dos tais filmes em que a invenção dos efeitos especiais se sobrepõe a tudo e todos.

Os Salteadores da Arca Perdida

(Sábado, 16.40, SIC)

Pela enésima vez, regressamos ao mundo dos *seriais* de aventuras dos anos 30/40, vistos pelos olhos dos anos 80. Steven Spielberg, Lawrence Kasdan e George Lucas formam a equipa que, de uma outra maneira, revisita o *faz-de-conta* da memória de um certo cinema: e aí estão as inimagináveis aventuras de um herói típico de *banda desenhada*, não já tosca e pobremente encenadas e a deixar campo livre à imaginação dos miúdos das *matinéas* de todos os Coliseus, Olímpias e Politeamas deste mundo, mas fabulosamente servidas por um dispendiosíssimo catálogo de efeitos especiais capazes de encenar, montar e sonorizar a *materialização* da nossa própria imaginação. É Natal! É Natal! Deixemo-nos mais uma vez embalar...

Cyrano de Bergerac

(Sábado, 22.40, RTP2)

Terceira adaptação cinematográfica da maravilhosa peça de Edmond Rostand, este filme de Jean-Paul Rappeneau - no dizer de Jean Tulard, um autêntico bailado de amor dos três principais personagens masculinos, *Cyrano*, *Christian*, o conde de *Guiche*, em torno da bela *Roxane* - pela intensa atmosfera poética que consegue transmitir, pelo constante movimento da câmara ao serviço do texto poético, pela própria originalidade da composição das personagens, é, sem dúvida, a melhor de entre todas as versões cinematográficas até hoje realizadas. E contando, ainda, com uma inesquecível interpretação da figura de *Cyrano*, por Gérard Dépardieu.

Os Vagabundos de Nova Iorque

(Sábado, 01.10, TVI)

Este filme pertencente aos bons tempos do realizador Philip Kaufman merece que se lhe dedique visão atenta. Seria na realidade indesculpável (face à hora tardia da sua transmissão) perder-se este pedaço de temática violenta que se debruça sobre o meio sociológico dos *gangs* de adolescentes em plena década de 60 - os anos do assassinio de *Kennedy*, da guerra do Vietname, das lutas pelos direitos cívicos. Com Ken Wahl, John Friedrich e Karen Allen nos principais papéis.

A Ruptura

(Sábado, 02.35, RTP1)

Transmitido num dia e a uma hora que a RTP costuma reservar para filmes declaradamente eivados de violência e erotismo gratuitos, este filme de Claude Chabrol, um dos melhores realizadores do moderno cinema francês, passa assim despercebido e, pior ainda, confundido com a sordidez que costuma habitar esta zona da programação - o que demonstra, mais uma vez, a perfeita incompetência dos programadores cinematográficos da RTP - embora estejamos perante um filme no qual a temática da violência e do sexo estejam também presentes. A partir de um tema que lhe é caro - o dinheiro todo-poderoso que se compra a corromper tanto as consciências como as pessoas - Chabrol encena um filme que, entretanto, não pode incluir-se nas melhores obras deste cineasta.

Pandora

(Domingo, 18.05, RTP2)

«Uma envolvente reflexão sobre o dilema da liberdade face ao compromisso do amor que se centra na errância sentimental de duas mulheres e um homem.»



O cinema nas televisões com a marca de Steven Spielberg. A começar: «Os Salteadores da Arca Perdida», com Harrison Ford



Goldie Hawn, intérprete principal de «Asfalto Quente»



Richard Dreyfuss em «Encontros Imediatos do Terceiro Grau»

Assim descreve o Boletim de Programas da RTP esta co-produção luso-francesa de António Cunha Telles que, falada em francês, apresenta nos principais papéis Philippe Léotard e Fanny Contençon e, ainda, Inês de Medeiros e João Grosso.

Homens à Parte (Domingo, 23.10, SIC)

Três mulheres extremamente diferentes entre si tornam-se particularmente amigas e confidentes a partir do momento em que fazem uma viagem através da América. Aqui está um filme com um argumento relativamente falhado mas que consegue suplantar-se pela elevada qualidade das interpretações principais: Whoopie

designadamente pela invenção dos movimentos «coreográficos» de dezenas de veículos em louca perseguição.

Encontros Imediatos do Terceiro Grau

(Terça, 22.45, RTP2)

Este é o terceiro filme que Steven Spielberg pensou para a grande sala de cinema e sem dúvida, de entre todos eles, um dos que mais sofre com a (renovada) transposição para o pequeno *écran*, meticulosamente previsto, como foi, para explorar ao máximo a relação *maravilhosa* que (ao contrário do disperso ambiente do lar) se estabelece na sala escura entre as personagens e os acontecimentos da ficção e essa massa anónima de espectadores, em que os adultos se transformam gostosamente em crianças. Tudo isto fica a dever-se à consabida maestria técnica de Spielberg, à sua inegável respiração do cinema e à bem oleada «máquina de sonhos» que apoia o competentíssimo suporte industrial e que tão bem faz despertar, ao mesmo tempo, a nossa própria identificação com a inocência das suas personagens.

Parque Jurássico

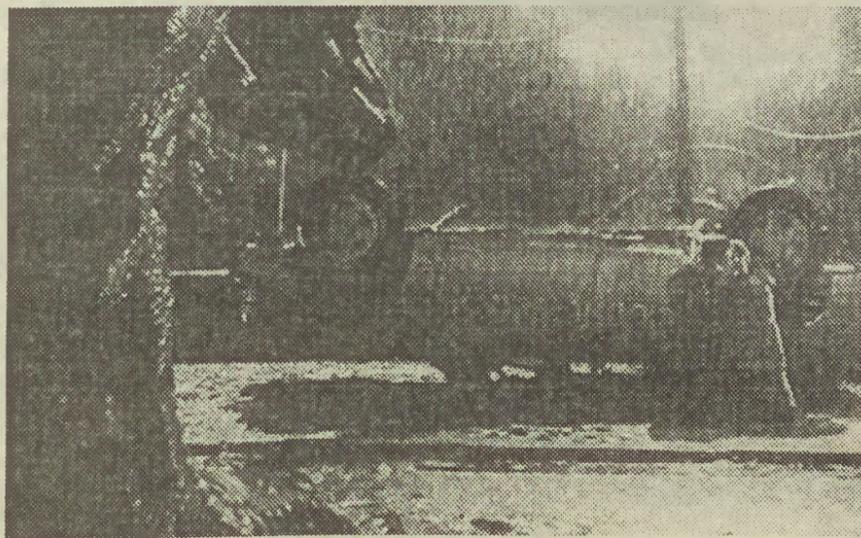
(Quarta, 22.00, RTP1)

Bem instalado na vida e já senhor de uma cinematografia repleta de títulos invejáveis, Spielberg retoma aqui o tema do terror face aos animais, que de forma tão genial abordara num dos seus primeiros filmes: *O Tubarão*. Aproveitando para tal um argumento que Michael Crichton laboriosamente criou a partir do seu próprio romance, o realizador introduz-nos progressivamente nessa autêntica história de pavor que começa com o convite de um milionário excêntrico a um casal de paleontologistas e a um matemático para visitarem o seu parque de diversões situado numa ilha do Pacífico e onde aquele criara pequenos dinossauros a partir de moléculas de DNA há muito adormecidas. O pior é que, quando os dinossaurozinhos começam a sair da casca, a acordar, a crescer e a correr atrás das pessoas, tudo se transformando numa história de grande mistério e de autênticos sustos! Com Sam Neill, Laura Dern, Richard Attenborough e Jeff Goldblum.

Um Assassino Pelas Costas

(Quarta, 22.45, RTP2)

Tal como *Asfalto Quente*, este é um «filme de estrada» cujo argumento se resume a uma situação aparentemente banal que se vai transformando num autêntico e insuportável pesadelo: o súbito surgimento no espelho retrovisor de um camionista de um volumoso camião que, a partir desse momento, passa a persegui-lo e a atacá-lo com a maior das violências. Um filme ainda realizado por Spielberg para a televisão e imediatamente passado para as salas de cinema revelando, logo às primeiras imagens e sequências, um fabuloso sentido da construção do enredo, da encenação, da montagem, e, sobretudo, do especial talento para jogar com os enquadramentos e a escala dos planos. A partir de uma história de nada, uma pequena grande obra a não perder!



Um fotograma de «Parque Jurássico»



E tudo começou ao olhar para o retrovisor: Dennis Weaver em «Um Assassino Pelas Costas»

O teatro e o director

■ Correia da Fonseca

Naquela noite eu precisava de gravar já nem sei o quê, acontecendo contudo que não dispunha de videocassetes em branco, pelo que era forçoso utilizar uma das que continham gravações que não seria indispensável guardar. Um pouco ao acaso, mais por comodidade que por critério, escolhi uma em que estava registado todo o serão da quarta-feira, dia 3, mas antes de apagá-la quis voltar a ver o «Estúdio Um - Memórias do Teatro», que tinha olhado em «tempo real» mas já um pouco tonto de sono, o que aliás bem se compreende: o programa, que era o quinto da série, fora transmitido já perto das três da madrugada e o corpo não é de ferro.

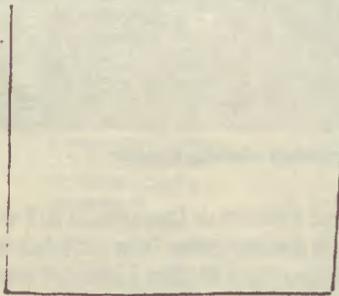
Fiz, pois, um segundo visionamento, motivado sobretudo pelo título da emissão, «A televisão e o teatro (1980-1997)». Lembrava-me bem de que ali se continham fragmentos preciosos de alguns momentos de teatro na TV que seria bom conservar, mas sabia bem que não se pode guardar tudo. Quando cheguei ao fim, porém, percebi claramente que não podia deitar fora a admirável sequência de imagens que constituíam o «finale» quase épico, verdadeiramente empolgante, imaginado pelo talento de Luís Filipe Costa, realizador do programa. Era uma galeria de rostos de grandes actores, ainda que nem todos tremendamente célebres, que ao longo de décadas tinham estado nos ecrãs dos televisores portugueses e ali nos tinham comovido, fascinado e ajudado um pouco a decifrar a vida. Não podia desfazer-me daquele tesouro. E guardei a videocassete.

A sentença

Só depois recordei que no mesmo programa surgira, em dado passo, o Director-adjunto de programas da RTP, Joaquim Vieira, a dizer umas coisas sobre teatro, TV, e teatro na TV. A dizer coisas que, no mínimo, estavam longe de ser sábias. Retomei a cassete, fui ver e ouvir ao certo do que se tratava, e na verdade valeu a pena, embora por razões infelizes. Tudo começava quando o próprio Luís Filipe Costa surgia a lembrar que a partir de 96 o teleteatro «tornou-se praticamente inexistente e sem qualquer reflexo na programação da RTP». A seguir veio o senhor Director-adjunto ditar a sentença: «Entendemos que a linguagem televisiva evoluiu bastante, de modo muito profundo, nos últimos tempos, o que de alguma forma exclui parcialmente o teatro como um tipo de programação que em certas épocas, sobretudo na Pré-história da televisão, ocupava um espaço substancial, em horário nobre e tudo, da programação, e que agora, se virmos as tendências (isto não é só de Portugal, é dos outros países europeus e dos Estados Unidos também), o teatro ocupa um espaço apenas residual no panorama televisivo, mesmo quando se fala apenas de ficção. O que acontece, naturalmente, é que, dado que há outras exigências de linguagem na televisão, se tem ido para outras formas de fic-

ção audiovisual, não necessariamente o teatro.»

É um pedaço de prosa quase antológico: passando por cima dessa alusão difusa a uma Pré-história que não se sabe bem o que é, salvo se for o tempo em que Joaquim Vieira ainda não falava, está lá a manifesta confusão entre linguagem televisiva, géneros e formatos; o seguidismo provinciano perante as alegadas tendências do que se faz nos reinos do Lá-fora; o convencimento implícito e mesmo semi-implícito de que o chamado horário nobre não pode servir para programas verdadeiramente nobres; o equívoco de raiz culturalmente analfabeta segundo o qual «outras formas de ficção audiovisual» (entenda-se, obviamente, «telenovelas e similares») são formas modernas equivalentes ao «velho» teatro. Uma desgraça, se pensarmos que Vieira manda na programação da estação de TV a quem está confiado o serviço público de televisão. Trata-se de qualquer coisa como confiar o comando de um transatlântico a um sujeito que apenas tenha carta de patrão de costa para navegações de cabotagem, se não para operações de contrabando.



A suspeita e a evidência

Ouve-se Joaquim Vieira e fica-se a perceber que ele não entende de todo o que é o teatro e a suspeitar de que não quer saber o que é uma televisão que só se justificará se não se confundir com as estações que estão ao serviço dos dividendos privados, não do interesse público. É claro, porém, que ignorar não é vergonha nenhuma, nem mesmo quando se foi arremes-

sado para a direcção de uma televisão estatal: vergonha é, ignorando, fazer de conta que isso não tem importância e tentar colmatar ignorâncias com a sugestão de que não faz mal não saber o fundamental porque as modas são agora outras. Pelo menos, Vieira podia pedir que lhe ensinassem e ter a humildade bastante para aprender. No programa em que ele próprio depôs, se se der ao incómodo de o ver, encontra um punhado de pessoas que poderão desvendar-lhe o que é básico. Poderá, então, distanciar-se da «modernidade» de um Proença de Carvalho que já há uns bons quinze anos sustentava que isso do teatro era coisa caduca que a telenovela viera substituir.

Não se trata, entenda-se de recusar às melhores telenovelas um lugar importante no preenchimento parcial da instintiva avidez do público de todos os tempos, e portanto também dos actuais, pela ficção como «ersatz» da própria vida e mesmo, em limitada medida, como auxiliar para o entendimento de zonas parcelares da existência. Trata-se, isso sim, de saber que o teatro, lugar de entrosamento da realidade com a magia, da comoção com a inteligência, actua noutras zonas da sensibilidade e abre portas para outros horizontes. Vieira argumenta com o que vai lá por fora, aliás sem se dar ao trabalho de especificar em que tipo de estações, mas quem tem acesso a emissoras estrangeiras, designadamente através do cabo que permite uma já vasta possibilidade de contactos e de escolhas,

pode fácil e regularmente receber excelentes espectáculos de teatro. Vieira refere-se a «certas épocas» com o se se tratasse de remotos tempos jurássicos, mas está por provar que o público em geral, e o público português em particular, deixou de se interessar por teleteatro, ele que entre nós sempre marcou as «noites de teatro», enquanto estas existiram em horários acessíveis, isto é, decentezinhos, como momentos com significativa audiência.

Na verdade, as tristíssimas declarações de Joaquim Vieira rompem caminho para uma suspeita e para uma evidência. A suspeita é a de que o que lhe desagradava no teleteatro não é um carácter supostamente obsoleto mas sim o perfil de emissão inevitavelmente relacionada com a área da cultura, isto é, com um sector que Vieira entenderá incompatível com uma TV de agrado amplo, porque o que está a dar cartas é o analfabetismo cromado e o senhor director-adjunto nem sonha em escapar a esse encarte. A evidência é a de que um homem assim, ou qualquer outro como ele, por muitos mérito que tenha, e tê-los-á decerto, simplesmente não serve para gerir programas numa televisão que há-de pautar-se pelo interesse nacional se quiser ter algum sentido. O País não pode aderir à transnacional da estupidez militante num sector tão importante como o da TV pública sem abdicar de um projecto de presença digna não apenas no chamado concerto das nações mas também, mais simplesmente, na vida. Ouve-se Joaquim Vieira e, parafraseando um dos estribilhos do «Herman Enciclopédia», pensa-se: este homem não é de um serviço público. E acrescenta-se: não se poderá exportá-lo, pelo menos para uma privada?

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES



À Sonhada Viagem

Já foi inaugurada na Galeria S. Mamede (à R. da Escola Politécnica, 163 - r/c, Lisboa) uma exposição de pintura de Teresa Magalhães que continuará patente ao público até dia 15 de Janeiro. Com o título «À Sonhada Viagem», esta exposição divide-se em dois núcleos principais cujo traço comum é uma viagem à Índia que a artista realizou este ano. O primeiro núcleo relaciona-se com a preparação do périplo (a «viagem sonhada») e o segundo é consequência directa daquela estadia, numa série de trabalhos já influenciados pelo contacto com uma nova cultura.

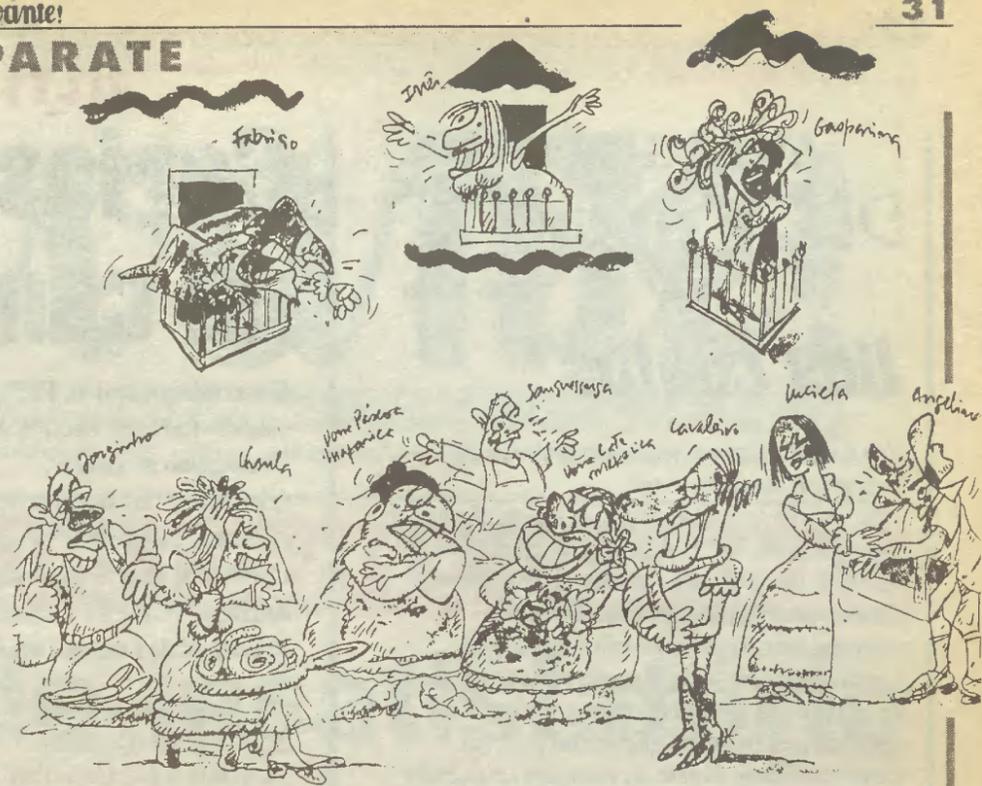
Obra Gráfica de José Hernández

Inaugura-se no Instituto Cervantes (R. de S. Marta, 43, em Lisboa) na próxima quarta-feira, às 19 horas, com a presença do autor, a exposição de gravuras do pintor José Hernández. Este artista é natural de Tânger, onde nasceu em 1944. Radicado a partir de 1964 em Madrid, apresenta dois anos depois a sua primeira exposição individual e até hoje a sua actividade artística não conheceu paragem. A partir de 1971 inicia a sua colaboração como ilustrador em publicações diversas e desenvolve igualmente projectos teatrais no campo da cenografia e dos figurinos.



Goldoni na Malaposta

É já de hoje à que se estreia no Teatro Malaposta a peça «O Campiello», um original de Carlo Goldoni. Segundo o texto de apresentação deste espectáculo, «a história desenrola-se numa pequena praça ("Campiello") de Veneza onde se joga a vida de uma pequena comunidade de mulheres: três velhas (Úrsula, Cate e Páscoa), três jovens (Gasparina, Inês e Lucietta) e um rapaz (Jorginho). São um clã terrivelmente unido e severo nos seus rituais: aquele pobre "Campiello" é o seu mundo e assim permanecerá. (...) Os homens não pertencem ao "Campiello": Fabrício é um hóspede casual; o Cavaleiro é um turista curioso; Angelino vive noutra sítio. Esta ausência de pais e maridos é um enigma do "Campiello"». Nas suas «Memórias» (1787), Goldoni esclarece: «escrevi uma comédia veneziana em versos soltos, "O Campiello". É uma dessas comédias a que (...) nós chamaríamos de feição popular.». Esta peça, cujo texto original foi traduzido por José Colaço Barreiros, tem



encenação de José Peixoto e interpretação de Ana Nave, Anabela Brígida, Cremilda Gil, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Jorge Estrela, Jorge Silva, Luís Alberto, Marco Horácio, Maria José e Victor Santos. A cenografia e os figurinos são de Ana Paula Rocha, a música de Luís Cília, a coreografia de Kot Kotecke e o desenho de luz de Gi Carvalho e Paulo Gomes. Os horários dos espectáculos é o seguinte: de terça a sábado às 21.30 e aos domingos às 16 horas. Marcação e informações: 938 84 07/1938 85 70.



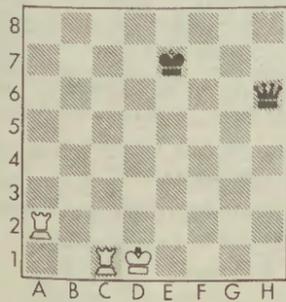
JAZZ

Sassetti na Culturgest

Apenas designado por «Bernardo Sassetti & Convidados» está marcado para o próximo sábado pelas 21.30 no Grande Auditório da Culturgest um concerto em que o excelente pianista de Jazz português levará ao palco alguns convidados, entre os quais não será de estranhar ver e ouvir o brilhante saxofonista valenciano Perico Sambeat e, ainda, a cantora cubana Carmen Canela. Sabendo-se como foi positivamente saudada pela crítica a participação de Bernardo Sassetti com o seu grupo no recente Festival de Jazz de Guimarães, é grande a expectativa que rodeia este seu concerto lisboeta.

XADREZ

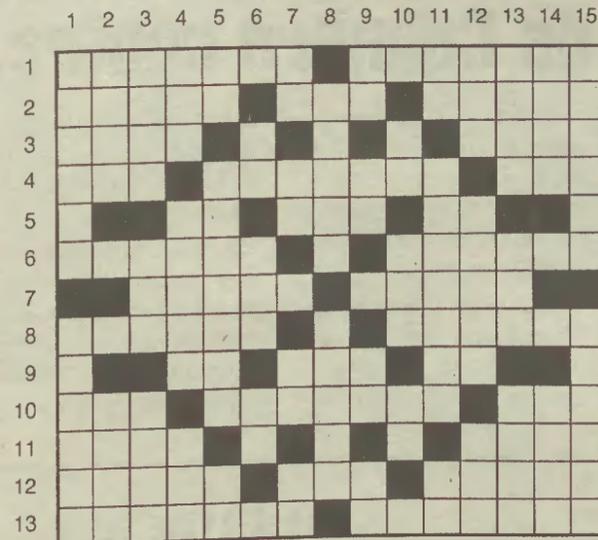
DCXXV - 11 DE DEZEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X44
Por: A DALL'AVA
L'Italia Scacchista, 1960
Pr.: [2]: Dd6-Ré7
Br.: [3]: Ts.a2, ç1 - Rd1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X44 [A. Dall'Av.]
1. Tç7+!, Rd8 2. Th7, Dh7: 3. Ta8+R-; 4. Ta7+ e ganha.
2.... Dç6: 3. Ta8+, D:a8; 4. Th8+ e ganha.
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Livro destinado à anotação do que se tem que fazer em determinados dias (pl.); cereja brava. 2 - Congelal; íntima; soltar balidos. 3 - Fileira; mamífero roedor da América do Sul, afim da cobaia, conhecido ainda por lebre-das-pampas. 4 - Cintura; percurso de um táxi ou carro de praça entre dois pontos; o tio americano. 5 - Cálculo (s.q.); tempo que o Sol gasta numa revolta aparente em torno da Terra; basta. 6 - Espécie de paio feito de lombo de boi entremado de presunto e conservado em tripa; substância calcária, em regra vermelha, que entra na constituição do polipeiro de uns celentrados marinhos e que é usada em joalharia (pl.). 7 - Nasce; dizer. 8 - Residências; manhoso. 9 - aqueles; concede gratuitamente. 10 - Modo de dizer; assentada; cem metros quadrados. 11 - Perverso; irmã da mãe (pl.). 12 - Lavrais; larva que se corria nas feridas dos animais; transpirado. 13 - Trataram; tiraras com violência.

VERTICAIS: 1 - Título do imperador da Etiópia (pl.); insígnia eclesiástica com que os bispos e outros prelados cobrem a cabeça em certas cerimónias (pl.). 2 - Água no estado sólido; tem tonturas de cabeça. 3 - Pron. pess. (pl.); decifrar; imitar o gato. 4 - Naquelas; leitos; gema (pop.). 5 - Quinhentos e um romano; porção de coisas da mesma espécie estendidas uniformemente sobre uma superfície (pl.); senhor (abrev.). 6 - Espécie de escumilha; interj. de espanto; artigo antigo. 7 - Sim (ant.); divindade solar dos antigos e gípcios; prefixo, de origem grega que exprime a ideia de privação, separação; o primeiro de todos os números. 8 - Pouco quente; toda a potência ou força que imprime movimento a uma máquina. 9 - Rio costeiro de França; satélite de Júpiter; apelido; carta de jogar. 10 - Cádmi (s.q.); óxido de cálcio; compaixão. 11 - Rubídio (s.q.); atascada; Escândio (s.q.). 12 - Caminhavam para lá; lavrada; que te pertence. 13 - Remoinhos de água (prov.); apelido de poeta português; soltar ais. 14 - Fita; utensílio de madeira que serve para juntar o sal nas marinhas. 15 - Abelha cujo mel é azedo (pl.); gordos.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Agendas; agenda. 2 - Gelat; imat; bulir. 3 - Alas; maras. 4 - Cos; corria; camadas; sr. 6 - Lç; enat; çl. 7 - Sç; Rç; ant. 8 - Morn; morn; 9 - Av; lo; Sç; Sç; 10 - Cç; cal; dç; 11 - Rç; biolada; sc. 12 - Iant; arada; tua. 13 - Oias; Art; art; ar. 14 - Tç; rdo. 15 - Armas; obesos.
VERTICAIS: 1 - Àgões; mitras. 2 - Gelat; oura. 3 - Elas; bert; mlar. 4 - Nas; canas; mia. 5 - DI; Tom; senada; are. 11 - Ruit; fios. 12 - Arais; ura; suado. 13 - Sarant; sacaras.
Sant. 5 - anor; tá. 6 - Salame; corais. 7 - Emanat; falat. 8 - Morada; hadno. 9 - Sç; aos; da. 10 - 1. 42-32; 1. 42-29; 4. 36-34; 29x2; 5. 35x44 +

BAILADO

«Cinderela», pela CNB

Realizam-se no próximo fim-de-semana, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, três récitas nas quais será dançado o célebre bailado «Cinderela» pela Companhia Nacional de Bailado. Este ballet numa versão e coreografia de Michael Corder, tem música de Sergei Prokofiev, cenografia e figurinos de Yolanda Sonnabend e dezenho de luzes de Orlando Worm, sendo o assistente coreográfico Mark Silver. Michael Corder iniciou a sua actividade coreográfica em 1974 e já trabalhou com as grandes companhias internacionais. A presente coreografia foi encomendada pelo English National Ballet e foi galardoada, na temporada de 1996, com os prémios Lawrence Olivier e Evening Standard. A execução musical estará a cargo da Orquestra Sinfónica Portuguesa dirigida por Philip Gammon. Os espectáculos realizar-se-ão nos dias 12 e 13 às 21.30 e no dia 14 às 16 horas, sendo depois repetidos nos dias 18, 19 e 20, no mesmo local, às 21.30.



CLÁSSICA

Música Portuguesa na Gulbenkian

Embora se realize apenas de hoje a oito dias, desde já se chama a atenção para este concerto da próxima quinta-feira 18 e sexta-feira 19 (respecti-



A mezzo-soprano Helena Rasker



O maestro Michel Corboz

vamente às 21.30 e 19.00), dada a forte probabilidade de se esgotarem os bilhetes. Assim, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, o maestro Michel Corboz estará à frente da Orquestra e Coro Gulbenkian para um concerto totalmente preenchido com a Missa do grande compositor português João Domingos Bontempo. Os solistas serão Vêronique Gens (soprano), Helena Rasker (mezzo-soprano), John Bowen (tenor), Luís Rodrigues (barítono) e Michel Brodard (baixo).

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

Uns chatos

Não nos lembramos de uma campanha eleitoral autárquica como a deste ano.

A fulanização tornou-se palavra de ordem, alguns dos programas eleitorais transformaram-se em capas de revista de tamanho pimba, alguns cabeças de lista passaram a cabeça de cartaz, certas linhas programáticas desceram ao rabisco do slogan.

Certos candidatos – que já nem se dão ao trabalho de explicar ao que vêm – sorriem a cores e acreditam que mais vale uma boa fotografia que mil palavras.

Certos candidatos já nem se preocupam em defender ideias próprias – o seu esforço vai todo no ataque a rostos alheios.

Pelo que esta campanha oscilou, muitas vezes, entre o baile de máscaras e a festa de estruendo – lugares e tempos onde é suposto nada se levar a mal.

Nem a sério.

Mas o pano de fundo desta superficialidade não deixou de evidenciar estratégias.

Uma, consistiu na promessa alucinada, estruturando o inverosímil como mais-valia e o faz-de-conta como linha programática. A realização dos próximos Jogos Olímpicos em Lisboa, lançada por Ferreira do Amaral, é um dos exemplos mais saborosos dessa estratégia.

Outra, assentou na promessa de obras que não competem às autarquias, elidindo no silêncio as que, realmente, estão na sua alçada. Aqui, os fazedores de promessas foram, em geral, autarcas em busca de reeleição e o objectivo não podia ser mais compreensível: lançar no esquecimento a obra que não fizeram e deviam ter feito, dando em troca obra que não farão nem deviam ter pensado fazer.

Exemplo eloquente é o de Fernando Gomes a prometer para o Porto um futuro de cosmopolitismo internacional quando, tantos anos depois à frente da segunda cidade do País, não a apetrechou de equipamentos tão elementares como a cobertura total de saneamento básico e abastecimento de água, um moderno sistema de recolha do lixo e adequado destino final ou o lançamento da recolha selectiva e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. Para só falarmos do essencial que, em qualquer autarquia CDU, é há muito uma realidade quotidiana. Uma terceira linha de intervenção soltou a língua de numerosos candidatos num cacharote de insultos e disparates, desenhando uma estratégia onde o afrontamento individual preencheu o vazio de ideias a apresentar ao colectivo. Foi o terreno privilegiado dos Torres Couto e Carlos Azeredos, dos Valentins Loureiros ou Santanas Lopes.

Em qualquer destas estratégias, e em todos os casos, um denominador comum se impôs: o do deserto de respostas para os problemas concretos de cada região.

Com todo este circo à disposição, os órgãos de Comunicação Social não hesitaram: ampliaram-no ao infinito e deixaram também alegremente de lado o levantamento das questões concretas ou a interpelação dos candidatos para a abordagem séria dos problemas. Mas o espectáculo também teve as suas estrelas, organizadas em equipas itinerantes com sede nos estados-maiores dos partidos.

Foram elas que tiraram quaisquer ilusões, deixando à mostra a fonte e a mola real deste desconchavo. Assim, António Guterres e os seus craques do PS percorreram o País a prometer localmente o que não fazem centralmente, o PSD desunhou-se a vender o seu produto localmente para que lho comprem nacionalmente e o PP agarrou-se às poucas autarquias que tem para mostrar que existe.

Do outro lado, e como sempre, esteve o PCP com os seus aliados na CDU, prestando contas às populações, denunciando as demagogias, debatendo os problemas e propondo programas de acção que resultaram de um longo trabalho de todos os dias em contacto directo com os munícipes.

Uns chatos. Tão chatos, que não há palhaçada que os vença nem provocações que os distraiam.

■ Henrique Custódio

Carlos Carvalhas no fecho da campanha em Loures

O secretário-geral do PCP participa amanhã à noite no comício-festa que encerra a campanha eleitoral da CDU no concelho de Loures.

A iniciativa tem início marcado para as 21 horas e decorre no Pavilhão Paz e Amizade. Além de Carlos Carvalhas, intervirá também o cabeça-de-lista da coligação PCP-PEV e actual presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves.

A animação musical estará a cargo do grupo «Quadrilha».

Durante o dia, Carvalhas participa em iniciativas da CDU em Vila Franca de Xira (de manhã) e na Amadora.

Em festa, com o grupo «Maré Viva», encerra também a campanha da CDU em Setúbal. A partir das 21 horas, no Independente (S. Sebastião), estarão apoiantes, activistas e candidatos da coligação, e intervirá Ruben de Carvalho, cabeça-de-lista à Câmara sadina (ver mais informação sobre as iniciativas da CDU na Agenda, pág. 27).

Incidentes

Carlos Carvalhas lamentou anteontem à noite, em Santiago do Cacém, as confrontações físicas, provocações e calúnias que se têm registado na campanha eleitoral.

políticas, considerando que tais situações não dão saúde à democracia e ao processo eleitoral. Carvalhas contrapôs a necessidade de haver discussão de ideias e projectos para resolver os problemas concretos das populações.

A CDU da Figueira da Foz decidiu transferir o comício de encerramento da campanha eleitoral da sede do município para a freguesia de Vila Verde, para evitar o ambiente de agressividade entre membros das outras candidaturas.

«Os ânimos estão demasiadamente alterados, mas artificialmente, não nos queremos misturar», declarou à Agência Lusa o primeiro candidato da coligação na lista para a Câmara Municipal.

Lamentando os confrontos de segunda-feira, quando um caravana do PSD apareceu num comício do PS, Nelson Fernandes disse que a CDU quer manter-se afastada desse tipo de diferendos. «Queremos conduzir a campanha com dignidade e um respeito muito grande», sublinhou.

Campanha Nacional de Fundos Antiguados os 190 mil contos!

A Campanha Nacional de Fundos, entrando na sua recta final, atingiu na semana passada os 190 mil contos. Ou seja, faltam apenas 10 mil contos para alcançar a meta estabelecida de 200 mil. E falta, naturalmente, um forte e último impulso para que até ao fim do ano, como se espera, essa meta seja atingida e ultrapassada.

Também as eleições autárquicas são já neste fim-de-semana. É, pois, chegada a altura em que se impõe destacar não só a importância que a campanha de fundos teve para o desenvolvimento de todo o processo eleitoral, sob o ponto de vista financeiro, como também para a dinâmica que à volta desta recolha de fundos se gerou entre amigos e simpatizantes do PCP, entre os próprios eleitores da CDU.

Uma grande confiança marcou, aliás, desde o início esta campanha nacional de fundos. Como

lembrámos em Novembro, iniciando-se em Março deste ano, a campanha atingiu em 8 de Maio 15% da meta estabelecida, passando em 12 de Junho para 25%. Quando em 18 de Setembro se voltou a fazer novo balanço à campanha, verificou-se ter a mesma atingido já os 125 mil contos. Entretanto, em 30 de Outubro, a mesma alcançava os 160 mil contos (80%) e pouco mais de quinze dias depois os 175 mil (87,5%). É, pois, com justificado orgulho que o «Avante!» hoje noticia a importância de 190 mil contos agora atingida, prestes a culminar uma campanha que reflecte o prestígio e influência do PCP junto das massas trabalhadoras. Prestígio e influência que os resultados das eleições do próximo domingo certamente confirmarão, através de uma significativa votação na CDU.

Academia de Coimbra contra proprinas

Os estudantes de Coimbra vão manifestar-se hoje em Coimbra, junto ao Governo Civil, e no início de Janeiro, em Lisboa, contra a lei quadro do Financiamento do Ensino Superior.

A decisão foi tomada em assembleia magna, em que participaram, segundo a Lusa, cerca de mil estudantes.

Os alunos entregam hoje um pedido de «suspensão imediata e revogação» da lei que prevê o pagamento de 56.700 escudos de propinas.

Para os próximos dias estão previstas reuniões do presidente da Associação Académica de Coimbra, António Silva, com os líderes das restantes Academias do País, a fim de «concertarem posições» para que a contestação em Lisboa tenha a «maior adesão possível».

«Coimbra vai seguramente estar em Lisboa. Isso está já assente, e será uma caminhada de luta que não irá parar por aí», afirmou António Silva no fim da assembleia magna.

«Espero que o Ministro da Educação leve este aviso dos estudantes a sério, porque evidentemente não pagamos propi-

nas. Não o fizemos no tempo do Governo de Cavaco Silva, por que razão iríamos fazê-lo agora?», acrescentou.

António Silva sublinhou que o investimento no ensino superior público para o próximo ano «decreceu 3,1 por cento por aluno», pelo que os estudantes consideram que o Ministro da

Educação «joga com valores falsos» quando refere o contrário.

A luta dos estudantes de Coimbra contra o diploma inclui ainda uma «greve de zelo» na Universidade, terça, quarta e quinta-feira da próxima semana, e uma nova assembleia magna a 7 de Janeiro.

Funchal

CDU defende política social

Edgar Silva, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal do Funchal, apelou terça-feira ao voto da população funchalense para que este concelho «tenha uma nova política social».

Falando durante um comício realizado no bairro social da Nazaré – amplamente participado –, Edgar Silva afirmou: «Quería que não nos brindassem apenas hoje com a vossa simpatia e carinho mas também nos dessem os vossos votos para que o Funchal e este concelho tenha efectivamente uma nova política social.»

Muito crítico em relação aos que, em vésperas de eleições, «vêm chorar lágrimas de crocodilo pelos pobres desta terra» e que, depois, «cospem no prato do povo», o padre Edgar Silva lembrou que os elementos da CDU «estão todos os dias do ano com aqueles que são os mais vulneráveis da sociedade».

A CDU, como fez notar, tem propostas concretas para a Câmara Municipal do Funchal, entre as quais destacou: a criação de uma Carta Social da Cidade, a nomeação de um vereador exclusivamente para as questões educativas e para a integração social e a criação de um departamento de política social.

No comício participou também Leonel Nunes, candidato à Assembleia Municipal.

